



COMO SE ESTRUTUROU A LÍNGUA PORTUGUESA?

Perspectiva histórica da fonologia e da morfologia da língua portuguesa

A língua portuguesa mudou muito durante seus séculos de existência tanto na fonologia quanto na morfologia. Entenda como se estruturou o português no texto de Rosa Virgínia Mattos e Silva.

Rosa Virgínia Mattos e Silva

UFBA/CNPq

Para bem aproveitar este texto, você deve estar familiarizado com o que é a Fonologia e a Morfologia, e com o que é e o que faz a Linguística Histórica. Deve também ter lido os textos “Como nasceu a Língua Portuguesa” e “Formação do Português Brasileiro”.

Índice

1. [Um breve olhar para os estudos históricos do passado sobre a língua portuguesa](#)
2. [Questões atuais sobre a formação histórica do Português](#)
 - 2.1 [Sobre a relativa unidade original do Galego e do Português](#)
 - 2.2 [Sobre a primitiva produção documental em Português](#)
 - 2.3 [Do Português arcaico para o moderno](#)
3. [Fonética e Fonologia](#)
 - 3.1 [Sobre o sistema vocálico e as variantes fonéticas](#)
 - 3.1.1 [O sistema vocálico em posição acentuada](#)
 - 3.1.2 [Vogais em posição não acentuada](#)
 - 3.1.2.1 [Vogais em posição não acentuada final](#)
 - 3.1.2.2 [Vogais inacentuadas em posição pretônica](#)
 - 3.1.2.3 [Vogais inacentuadas em posição pretônica interna](#)
 - 3.1.3 [Seqüências vocálicas orais: ditongos e hiatos](#)
 - 3.1.3.1 [Ditongos decrescentes, hiatos e crases](#)
 - 3.1.3.2 [Ditongos crescentes](#)
 - 3.1.4 [Nasalizações: vogais, hiatos, ditongos](#)
 - 3.1.4.1 [Vogais seguidas de nasal implosiva, homossilábica:](#)
 - 3.1.4.2 [Nasal latina /n/ em posição intervocálica e suas conseqüências no português](#)

vista de que estou convicta, e que foi elegantemente formulado por David Lightfoot no seu recente livro. Na minha tradução ele diz o seguinte:

A ciência é o mais cooperativo dos empreendimentos, e nada é inteiramente novo (1999: XI).

Quando então se trata de lingüística histórico-diacrônica, essa afirmativa adquire maior força, porque sabemos que a Lingüística nasce e se sedimenta no século XIX como Lingüística Histórica.

Sabemos todos que, no Brasil e um pouco depois em Portugal, entra para ficar com o atraso de algumas décadas a chamada Lingüística Moderna, que reorienta esses estudos para o sincrônico e para as abstrações do sistema/estrutura e, em seguida, da *grammar*, no sentido chomskiano. A tradição de estudos lingüísticos históricos ficará na sombra, mas retomará algum lugar ao sol de forma renovada, aqui no Brasil e diria que um pouco depois em Portugal, a partir da década de oitenta.

Como vou me centrar em questões histórico-diacrônicas na cena atual tanto da Lingüística Histórica brasileira como portuguesa, gostaria de lembrar o rico legado informativo que os estudos históricos passados nos deixaram, para não termos a pretensão de que estamos descobrindo a pólvora ou o caminho marítimo para as Índias.

Seguindo modelos sobretudo alemães e franceses, a tradição de estudos que vou designar de *histórico-filológicos* no âmbito da língua portuguesa foi muito forte e muito rica, tanto em Portugal como no Brasil. Costumamos, por efeitos de nossa formação acadêmica pós-sessenta, ignorá-la como ultrapassada teoricamente – e isso de fato ocorre, como aliás não poderia deixar de ser – mas não devemos ignorá-la, se hoje somos dos que trabalham no campo da Lingüística Histórica, porque recobre essa tradição informações e dados de que, a meu ver, devemos estar conscientes, para não sermos inocentes ao pensarmos que estamos sendo novos, quando muito já tinha sido visto e dito sobre o passado da língua portuguesa.

De maneira esquemática, poderia dizer que, herdeiros dos estudos novecentistas sobre as línguas germânicas e românicas, os estudos históricos do português realizados na primeira metade do século vinte seguia duas orientações conjugadas que, em designação atual, envolviam a variação sincrônica e a mudança no tempo real de longa duração. Produtos atuais dessas duas orientações conjugadas foram o que se designava de *estudos filológicos* no seu sentido amplo, ou seja, estudos de fatos lingüísticos documentados nos textos do passado e de fatos lingüísticos documentados nos dialetos regionais em uso em áreas conservadoras no espaço geográfico das línguas nacionais, politicamente delimitadas. Assim esses estudos filológicos abarcavam não só a Filologia*, ou seja, o estudo do texto escrito, como a Dialectologia*, o estudo sobre os *falares rurais*, embrionária já na segunda metade do século XIX.

No âmbito da língua portuguesa, sem dúvida, o primeiro a conjugar em sua pesquisa essas duas orientações – além de ter sido pelo menos arqueólogo e etnógrafo – foi José Leite de Vasconcellos. Seguindo essa tradição, vemos como exemplo estelares, já nos meados deste século, Serafim da Silva Neto, no Brasil, que na sua obra conjuga o estudo filológico propriamente dito, ou seja, a pesquisa sobre textos do passado, ao estudo da Dialectologia. Lembremos que parte dele o grande incentivo para os estudos dialectológicos no Brasil e a primeira proposta para um Atlas Lingüístico que cobrisse nosso território nacional. Em Portugal, dos meados do século a 1990, a grande figura intelectual e a grande obra de Luis Filipe Lindley Cintra é, a meu ver, a que melhor ilustra essa tradição. Lembro que seu último trabalho, de 1990, é um minucioso estudo filológico-lingüístico da *Notícia de torto*, dos primeiros textos escritos em português e até a sua morte, coordena o atlas Lingüístico de Portugal, em elaboração no Centro de Lingüística de Lisboa.

Nesse tempo em que, no dizer de Ivo Castro (1995: 552), todos se reconheciam e se identificavam como filólogos, houve aqueles que selecionavam uma das orientações referidas ou a do estudo lingüístico dos textos ou os estudos dos usos dialetais regionais falados. Nesse último caso, creio que não erro se disser que em Portugal se destaca, fundamentalmente, como dialectólogo Manoel de Paiva Boleo, e no Brasil, Antenor Nascentes e Amadeu Amaral, com os clássicos *O linguajar carioca* e o *dialeto caipira*, ambos dos anos vinte.

Como produto final da pesquisa em dados dos textos do passado, marca a primeira metade de nosso século, tanto em Portugal como no Brasil, o conjunto das chamadas *Gramáticas históricas*, de orientação neogramática, que se publicaram sobre o português nas décadas de 20 a 40. O rol dessas obras está apresentado no bem informado trabalho de João Alves Penha (1997), apresentado ao XII Congresso da Associação Portuguesa de Lingüística. Delas são, certamente, as mais conhecidas as de José Joaquim Nunes de 1919, a de Said Ali de 1931, a de Ismael Lima Coutinho e a de Edwin Williams de 1938 e também a *Sintaxe histórica* de Epiphânio Dias de 1918 que, diferentemente das *Gramáticas históricas*, centradas na *fonética histórica* e na *morfologia histórica*, aborda, exclusivamente, a sintaxe, aspecto da estrutura a que não foi dada prioridade nessa época dos estudos de tradição histórico-filológica.

A par desses estudos, foram realizadas também *histórias da língua portuguesa*, que em outro trabalho (Mattos e Silva 1998) tive oportunidade de enumerar e brevemente avaliar. Nenhuma delas, entretanto, substituiu ainda a de Serafim da Silva Neto, que começou a ser publicada em fascículos em 1952, que se centra, contudo, do período românico para o medieval, período em que, aliás, se concentraram a maioria dos trabalhos históricos sobre a língua portuguesa, ficando ainda por fazer, como bem assinala Ivo Castro, no seu trabalho *Para uma história do português clássico* (1996: 135-190), a história do português dos séculos XVI ao XIX.

Essa tradição rica de estudos filológicos, que em rápidos traços delineei, contudo nos deixou apenas raros estudos verticais sobre aspectos lingüísticos específicos, diferentemente do que aconteceu com outras línguas, como, por exemplo, o inglês e o francês, estudos esses que hoje ainda são inesgotáveis fontes de dados para interpretações de acordo com as teorias mais recentes.

Com o retorno aos estudos histórico-diacrônicos no Brasil na década de oitenta, como assinali em trabalhos anteriores (Mattos e Silva 1988 e 1997), os novos historiadores e diacronistas, tendo que se voltar aos documentos do passado, têm tido de se fazerem filólogos, ou de buscarem a companhia de filólogos, para levantarem os dados de que precisam para suas interpretações teóricas, já que a sua formação acadêmica em geral tem sido, a partir dos anos sessenta, estritamente lingüística.

O retorno à Lingüística Histórica no Brasil tem se feito sobretudo a partir da implementação aqui da teoria da variação e mudança laboviana e da teoria paramétrica chomskiana de inícios dos anos oitenta. Considero que foi o grande avanço realizado pelas pesquisas sobre o Português Brasileiro em uso hoje que tem principalmente motivado a volta para o passado, a fim de melhor interpretar o presente: Mattos e Silva (1997, 1998). Assim os estudos histórico-diacrônicos no Brasil vêm se centrando na busca da história do Português Brasileiro, questão em que me fixarei na terceira parte deste trabalho.

Em Portugal, embora a Lingüística Moderna comece a avançar nos anos setenta, sobretudo na orientação gerativista, tendo à frente a liderança de Maria Helena Mateus, a tradição filológica continuou e continua forte, porque teve presente e atuante, até 1990, Lindley Cintra. Apesar disso, a Associação Portuguesa de Lingüística, criada em 1986, somente em 1996 programa a Lingüística Histórica como centro temático de seus encontros semestrais, por ocasião de seu XII *Encontro*. Considero que hoje os estudos histórico-diacrônicos têm mais evidência na Lingüística no Brasil, pelas motivações acima expostas, que na Lingüística em Portugal.

Finalizo por aqui esse percurso sobre o passado dos estudos históricos sobre o português, para me centrar em seis questões de caráter histórico sobre a língua portuguesa que selecionei, ficando óbvio que nessa seleção está envolvida não só a minha subjetividade como o âmbito do conhecimento de que disponho sobre os estudos histórico-diacrônicos atuais referentes à língua portuguesa. No viés da minha especialidade, seguirei a linha do tempo e partirei de questões mais remotas do passado da língua portuguesa.

2. Questões atuais sobre a formação histórica do Português

2.1 Sobre a relativa unidade original do Galego e do Português

Essa questão, sem dúvida, reabriu-se na cena da Lingüística Histórica, na década de setenta e, logo de saída, ressalta-se a figura do grande filólogo-lingüista galego Ramon Lorenzo. Até então o período formativo galego-português tinha sido tratado sobretudo por filólogos portugueses e brasileiros. Nos

anos oitenta, a queda do franquismo e a busca da autonomia e identidade do povo e da língua galega desencadeou um rico processo, que perdura, de busca de conhecimento da língua galega de suas origens ao presente. Essa questão certamente recobre problemas sócio-históricos, políticos e intralingüísticos.

Todo o passado do noroeste da Península Ibérica, do oeste cantábrico ao sul do Douro, acima de Aveiro, e pelo leste por terras depois leonesas, levaria a uma situação propícia à formação de um espaço lingüístico com certa unidade, quando comparado às outras áreas hispânicas. Em rápido esboço, sinalizo que por lá estiveram os mesmos substratos pré-romanos. No período romano, a Gallaecia, uma das províncias hispano-romanas, cobria aproximadamente essa área geográfica. Dentre os germânicos, os Suevos só ali se localizaram, depois dominados pelos Visigodos na sua expansão. Os muçulmanos não alcançaram essa área ibérica. Tudo isso abrange um passado plurissecular e configura uma certa unidade original lingüístico-cultural da área galaica.

No fim do século XI – 1096 – se inicia um destino político diferenciado para a área que tem o rio Minho e a raia seca transmontana como limite do que viria a ser Galícia e Portugal e, conseqüentemente, galego e português. A partir de quando se poderá falar de galego e português como línguas distintas? É esta a questão em que neste ponto me centro.

Antes porém pergunto: será que é possível definir línguas sem considerar fatores de natureza histórico-políticos? Tudo indica que não. Nesse aspecto Chomsky está, a meu ver, no caminho certo, quando defende que língua é um conceito, fundamentalmente político, que extrapola o âmbito propriamente lingüístico, daí se concentrar nas *grammars* que subjazem às línguas. Se pensarmos em termos estritamente lingüísticos, para tentar definir o momento em que o galego e o português começam a divergir, faz-se necessário que se explore a documentação mais recuada, do século XIII aos meados do XIV escrita na área galega e na área portuguesa, para tentar rastrear nela quando se evidenciam *gramáticas*, no sentido chomskiano, distintas.

Descreverei brevemente como essa questão tem sido tratada nos estudos filológicos tradicionais e como vem sendo tratada da década de setenta para cá.

A designação dos inícios do século XX, partida dos estudos filológicos portugueses, aponta para a unidade *galego-portuguesa* na documentação remanescente, nos limites seculares antes referidos. Essa designação genérica se estabeleceu como dominante na Filologia Portuguesa e só veio a ser contestada, pelo que sei, a partir das novas orientações político-lingüísticas, antes referidas. Recolocou-se em cena a questão da unidade ou não do galego e do português no período histórico referido, partindo agora da filologia e lingüística galegas.

Manuel Souto Cabo em trabalho de 1988 – *A variante lingüística galega sob a perspectiva da filologia luso-brasileira* – levanta doze autores portugueses e brasileiros deste século que se dividem entre os que acentuam o “*quase igual*” para defender a unidade ou o “*um tanto diferente*” para defender a diferença.

Da década de setenta para cá, as duas posições se encontram em filólogos e lingüistas galegos. Um exemplo ilustrativo e muito significativo, a meu ver, é o de Ramon Lorenzo; em artigo de 1975 – *Gallego y portugués: algunas semejanzas y diferencias* – defende a unidade original galego-portuguesa. Em 1985, no seu estudo lingüístico da *Crônica troiana*, escrita na Galícia na primeira metade do século XIV, defende a diferença na primitiva documentação escrita nessas áreas. No estudo de 1975, aponta para a necessidade de estudos sistemáticos e comparativos entre a documentação recuada remanescente.

Clarinda de Azevedo Maia, lingüista de Coimbra, no seu grande livro de 1986 – *História do galego-português. Estudo lingüístico do galego e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao XIV* – segue a proposta de Ramon Lorenzo e analisa 186 documentos não-literários escritos na Galícia e no noroeste português entre aqueles séculos com o objetivo de chegar a conclusões fundadas na objetividade da análise gráfico-fônica, fonológica e mórfica. Mostra a Autora nos documentos mais recuados uma unidade lingüística essencial; mostra ainda no correr dos séculos a penetração das características do

Castelhano no Galego e indica que, para que se defina a diferenciação, se faz necessário que estudo semelhante seja feito em documentação análoga e contemporânea, escrita na área portuguesa centro-meridional, a fim de que se tenha outro termo de controle em relação ao que encontrou ao norte e ao sul do Minho.

Na realidade, tirante a castelhanização crescente no Galego, língua da casa e do campo, e o Castelhano a língua escrita da Galícia, o Galego ressurgiu na escrita por movimentos literário-culturais e políticos só no século XIX. As diferenças minuciosamente analisadas por Clarinda Maia na sua importante pesquisa poderiam configurar variações dialetais diatópicas próprias à heterogeneidade natural a qualquer língua histórica.

Dispondo-se hoje de uma teoria capaz de definir limites não de línguas, mas de gramáticas, fundada na análise da sintaxe, há que analisar essa documentação recuada no tempo – a de além Minho e a de aquém Minho e ainda a documentação àquelas contemporânea escrita ao sul do Douro, para se chegar a alguma possível conclusão sobre essa questão. Nessa direção, Ilza Ribeiro vem desenvolvendo o projeto *Sintaxe comparada de documentos escritos na Galícia e em Portugal nos séculos XIII e XIV*, no âmbito do *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)*, a fim de verificar se nesses documentos estão representadas mais de uma gramática. Em breve futuro, esperamos, algo de novo haverá na cena sobre a questão neste ponto delineada.

2.2 Sobre a primitiva produção documental em Português

A substituição progressiva do Latim pelas línguas românicas na documentação medieval interessa tanto a historiadores como a filólogos e aos que fazem sociolingüística histórica, mais ainda aos historiadores das línguas, pois fornece, nesse último caso, dados empíricos para alicerçar a delimitação da periodização dos estágios mais remotos das línguas românicas. Assim sendo, a definição do momento em que a língua portuguesa aparece escrita indica o limite inicial do primeiro período histórico do português – histórico no sentido de documentado pela escrita – o chamado período arcaico.

Na última década do século XIII, o rei D. Dinis legaliza a língua portuguesa como língua oficial do reino de Portugal, seguindo também nisso o modelo de seu avô, Afonso X de Leão e Castela, que no seu reinado iniciado em 1252 institui o vernáculo castelhano como língua oficial de seu reino. Apesar de o português só ter sido oficializado no tempo de D. Dinis, já, a partir de 1255, na chancelaria do rei Afonso III de Portugal, usava-se o Português a par do Latim nos diplomas oficiais. Esse período de 1255 e a institucionalização do português como língua escrita oficial é o que Ana Maria Martins considera a *segunda fase da primitiva produção documental* em português: Martins (1998, 1999). Vou centrar-me na *primeira fase* dessa primitiva documentação, portanto anterior a 1255, que nestes anos noventa começa a ser revista sobretudo pela referida lingüista e filóloga, seguindo inferências e sugestões tanto de Lindley Cintra (1963:45) como de Ivo Castro (1991: 183).

Em 1961, em colóquio sobre os mais antigos textos românicos não-literários, realizado em Estrasburgo, Lindley Cintra (1963) torna públicas pesquisas que vinha realizando sobre os *antigos textos* em português, juntamente com o paleógrafo Ruy de Azevedo, que demonstraram que, entre os textos, que a tradição filológica, desde os começos do século XX, indicava como os mais antigos – o *Testamento de Elvira Sanches* e o *Auto das Partilhas* – eram dos fins do século XIII, mantendo-se como os primeiros documentos, o *Testamento de Afonso II*, escrito na Chancelaria desse rei e a *Notícia de torto*, provável rascunho de um documento privado. O *Testamento* datado de 1214 e a *Notícia*, situável, pelos fatos narrados, relacionados a famílias historicamente identificadas, entre 1210 e 1216.

Ao trabalho do filólogo e paleógrafo antes nomeados, juntou-se depois o trabalho do historiador medievalista Pe. José Avelino da Costa (1979). Confirma os achados dos outros e ainda inclui um elemento novo que se refere a mais uma das treze cópias do *Testamento de Afonso II*, encontrada no arquivo da diocese de Toledo, na década de sessenta, já que, desde o século XIX até então só se conhecia uma, a que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. Desde então até hoje os representantes incontestáveis conhecidos da *primeira fase* da primitiva documentação em português são, portanto, as duas cópias do *Testamento de Afonso II* e a *Notícia de Torto*.

Tanto Lindley Cintra, desde a década de sessenta, como Ivo Castro, no seu *Curso de história da língua portuguesa* (1991) deixam claro que esses documentos não teriam sido os únicos dessa *primeira fase*.

Nenhum outro documento oficial foi encontrado até hoje, entre as duas cópias do *Testamento* de 1214 e os documentos em português da Chancelaria de Afonso III, a partir de 1255, sendo assim, realmente, o referido *Testamento* um documento temporão, explicável por razões da história de vida de Afonso II. Pesquisas muito recentes conduzidas sobretudo por Ana Maria Martins nos fundos conventuais arquivados na Torre do Tombo revelaram alguns documentos assemelhados à *Notícia de torto*, os quais já compõem um *corpus* de menos de vinte documentos, que a Autora situa entre 1175 e 1255, momento em que começa a *Segunda fase* referida. Esses documentos na sua classificação são de *scripta conservadora*, como a *Notícia de torto* diferentemente do *Testamento de Afonso II*, que classifica como de *scripta inovadora*. Compõem eles um conjunto de textos de natureza jurídica categorizados como *finhos* ou *róis*, *notícias* e *testamentos*: Martins (1997:7).

Para Ana Maria Martins, a fronteira entre textos latino-romances e textos romances de *scripta conservadora* produzidos em Portugal não deve ser traçada numa base meramente quantitativa. “*O abandono efetivo ou tendencial das marcas de uma morfologia latina*” (Martins 1999: 8) parece-lhe ser característica essencial desses documentos da primitiva produção em Português, por oposição aos documentos latino-romances.

Vale dizer que os documentos latino-romances em Portugal a que se contrapõem esses primeiros documentos de *scripta conservadora* vêm sendo também pesquisados por outro jovem filólogo e lingüista português, Antônio Emiliano que, na sua tese de doutoramento, se dedicou a língua notarial latino-bracarense: Emiliano (1997). Sem conhecer esse lado latino-romance da questão, não teria podido Ana Maria Martins contrapor os documentos que encontrou em sua pesquisa e defini-los com clareza que não são mais escritos em latim, mas representam uma *scripta conservadora*, latinizante da língua portuguesa.

Com esse filão recentemente reaberto, o estado da questão permite afirmar que a par da *Notícia de torto* outros documentos privados a ela assemelhados, compõem a *primeira fase da primitiva produção documental* em português e que a data para esse tipo de texto recua para as últimas décadas do século XII.

Para finalizar esse tópico informo que, também do lado galego, está-se a buscar documentos escritos na Galícia, em vernáculo, nessa *primeira fase* da primitiva produção documental no ocidente peninsular, anteriores, portanto anterior aos meados de 1255: veja-se, por exemplo, o trabalho de Tato Plaza (1997), jovem filólogo e lingüista galego, apresentado ao XII Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística.

2.3 Do Português arcaico para o moderno

É certo que o período arcaico, antigo ou medieval (e prefiro a primeira designação por considerá-la mais definidora), apresenta um conjunto de características lingüísticas representadas na documentação escrita remanescente que fundamenta a oposição entre o Português arcaico e o moderno, para outros designado como clássico. A questão em que neste ponto me vou centrar é uma velha questão, mas ainda, a meu ver, não resolvida, que recobre a definição de quando essas características que tipificam o período arcaico deixam de ocorrer na documentação escrita.

Todos sabemos que, na História do mundo ocidental, são considerados tempos modernos aqueles que se iniciam na passagem do século XV para o XVI. No caso da Península Ibérica e, muito especialmente no caso português, sem dúvida, 1498 e 1500 são inícios de novos tempos, só então se cumpria o antigo projeto de inícios do século XV, com a vitória sobre a rota marítima para as Índias e com o vitorioso domínio da navegação no Atlântico Sul e conseqüente chegada ao futuro Brasil. Será então adequado dizer que o Português arcaico acaba ao acabar o século XV?

Sabemos também que a história das línguas não acompanham a par e passo a história sociopolítica das sociedades que usam essas línguas. Seus ritmos são distintos. Se um evento histórico significativo pode

ser tomado como um marco delimitador de um período histórico para a história de uma sociedade, a língua dessa sociedade continuará o seu ritmo constitutivo e pode disso sofrer o efeito com o passar do tempo.

Decorre desse desemparelhamento entre a história da sociedade e a história da língua dessa sociedade o fato de não encontrarmos consenso, nos estudos pertinentes, na delimitação dos finais do período arcaico e dos inícios do período moderno da língua portuguesa.

Em trabalho anterior, publicado em 1994 na Revista *D.E.L.T.A.*, reuni dados de trabalhos de doze especialistas, filólogos da antiga tradição e lingüistas nossos contemporâneos sobre essa delimitação e neles encontrei desde aqueles que situam o fim do período arcaico como sendo 1500 (Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Serafim da Silva Neto, Amini Haury) até 1572, data da publicação de *Os Lusíadas* (Paul Teyssier, que considera de 1350 a 1572 o *período de formação do português clássico*). Entre essas datas, há os que selecionam 1536 e 1540 – são a maioria – datas do aparecimento das primeiras reflexões metalingüísticas sobre o português e do início da sua normatização explícita, como marco do fim do período arcaico (Leite de Vasconcelos, Said Ali, Lima Coutinho, Mattoso Câmara, Lindley Cintra, Ivo Castro, Fernando Tarallo e Pilar Vasquez Cuesta).

Há ainda a questão da subdivisão do período arcaico em duas fases, para o que também não há consenso. Quanto a isso, há aqueles que não as consideram, há os que estabelecem até 1350 como o *período trovadoresco* ou então *período galego-português* e outros que situam essa divisão entre 1385 ou 1420, designando a primeira fase de *Português antigo* e a segunda de *Português médio*.

A fundamentação para essas divisões díspares está ou num enfoque de natureza literária (basta ver as designações *período trovadoresco*, *prosa nacional*, *português clássico*, publicação de *Os Lusíadas*) ou num enfoque baseado em fatos da história social como 1385 (Aljubarrota) e 1500 ou, ainda, e esse me parece mais adequado, o enfoque de natureza sociolingüística, que seleciona como elemento demarcador os textos metalingüísticos inaugurais sobre a língua portuguesa de Fernão de Oliveira e de João de Barros. Enquanto não se faça uma caracterização com base na cronologia relativa para o

desaparecimento dos fatos lingüísticos que tipificam o período arcaico e que o opõem ao moderno, o enfoque sociolingüístico me parece o mais adequado.

Se para os inícios do primeiro período de história escrita da língua portuguesa estamos hoje em um momento em que essa questão se reabriu, como busquei mostrar no item anterior, para os finais do período arcaico e início dos tempos lingüísticos modernos, a meu ver, há ainda a fazer um estudo sistemático sobre um mesmo *corpus* diversificado e significativo do século XIII aos meados do século XVI, pelo menos, para que se estabeleça com dados intralingüísticos até quando perduram as tipicidades do Português arcaico.

Já mencionei que o período arcaico é o mais estudado filológica e lingüisticamente, portanto o mais sistematicamente conhecido de todo o passado de pelo menos sete séculos de existência documentada pela escrita da língua portuguesa.

Com base nesse conhecimento acumulado, que vem dos inícios do século XX, levantei dez fatos lingüísticos - cinco fônicos e morfo-fônicos estudados pela tradição gramatical (hiatos; sistema de sibilantes; ditongo nasal final; morfemas verbais número-pessoais *-des*, *-de*; vogal temática /u/ dos verbos da 2ª. Conjugação) e cinco morfo-sintáticos (déíticos demonstrativos; locativos adverbiais e anafóricos; conjunções típicas do período arcaico; os usos variáveis de *ser/estar* e de *ter/haver*; o tempo composto; aspectos da ordem sintática), depreendidos de estudos lingüísticos mais recentes, de 1990 para cá . Com base nesses fatos, verifiquei que alguns dos dez se estendem até fins do século XVI, outros desaparecem nos fins do século XIV, a maioria continua ao longo do século XV e alguns estão em claro processo de desuso pela primeira metade do século XVI. A conclusão é que há que ser feita uma pesquisa direcionada para essa questão, com base em *corpus* único, criteriosamente construído, para definir os finais do período arcaico, em termos intralingüísticos.

A partir de fins de 1990 foi organizado o *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)*, associando pesquisadores da UFBA, UEFS, UESB, UNEB, FJA, tendo como campo de observação a língua portuguesa das origens ao século XVI, daí infletindo para a história do Português Brasileiro.

Esses pesquisadores, a partir de sua experiência com a documentação do período arcaico, vêm explorando dados da morfossintaxe de documentação de meados do século XVI, não com o objetivo imediato de delimitar o período arcaico, mas para melhor conhecer o português quinhentista e poder compará-lo com o anterior e ainda ter um ponto de partida para o futuro estudo da história intralingüística do português brasileiro.

Os tópicos em investigação no projeto *Aspectos da morfossintaxe quinhentista* são:

- (1) a ordem sintática da sentença,
- (2) a posição dos clíticos
- (3) os usos variáveis de *ser/estar/haver/ter* em estruturas atributivas, possessivas, existenciais e de tempo composto,
- (4) os verbos de padrão especial,
- (5) a gramaticalização de conjunções e locuções conjuntivas, de preposições e locuções prepositivas, de advérbios e locuções adverbiais,
- (6) o uso variável de artigo diante de possessivo e nomes próprios,
- (7) os demonstrativos dêiticos e anafóricos.

Escolhemos esses tópicos por que eles têm características próprias no Português arcaico, estando em processo de mudança nesse período.

Ivo Castro alerta no seu trabalho *Para uma história do português clássico* (ele chama de *clássico* o que aqui venho designando de *moderno*, seguindo conscientemente a tradição iniciada por Leite de Vasconcellos) que esse novo período histórico da língua portuguesa entre os séculos XVI e XIX envolve tópicos complexos. Sem hierarquizá-los, ele destaca: (1) a entrada da língua portuguesa na galáxia de Gutemberg, (2) o desenvolvimento da língua literária, (3) o uso do português como metalinguagem sobre si mesmo, (4) a padronização do português e, entre esses tópicos

seguramente sobressai o fenômeno nunca demais exaltado de o português ser uma das raras línguas que não só excederam os limites da comunidade que inicialmente as falava, mas transbordaram do seu continente originário e se expandiram à escala mundial (1996: 137).

No que segue tratarei da estruturação histórica do português, observando, sobretudo, os níveis fônicos e mórficos.

3. Fonética e Fonologia

Mantenho nesta parte um diálogo entre o que fiz, em 1991, e Fernão de Oliveira, na sua *Gramática da linguagem portuguesa* (1536 [2000]), este um falante nativo ainda do período arcaico.

A grafia variável dos manuscritos do período arcaico documentada em um mesmo item lexical, relacionado ao étimo e às informações dos gramáticos, a partir do século XVI, além da realidade atual – inevitável ponto de referência – permitem inferir algumas afirmativas e outras suposições sobre o sistema fonológico da língua. A documentação poética, sobretudo a que apresenta a transcrição musical, é testemunho singular para se depreenderem alguns aspectos referentes às realizações fônicas. A rima e a métrica sugerem algumas interpretações sobre elisões vocálicas, ditongos, hiatos, abertura e nasalidade vocálica, também sobre o acento, o ritmo, a estrutura silábica enfim, aspectos prosódicos no português do seu recuado período arcaico.

Fernão de Oliveira diz que

A primeira partição que fazemos em qualquer língua e sua gramática seja esta em estas três partes: letras, sillabas e vozes, que também há na nossa de Portugal com suas considerações conformes à própria melodia (1536[2000]: 89).

Quanto à “própria melodia” de então, creio só poder ser acessível através da documentação poética remanescente, sobretudo aquela que apresentar em seus códices, ou fragmentos deles, a notação musical. E eles persistem ...

3.1 Sobre o sistema vocálico e as variantes fonéticas

Abordarei aqui o sistema vocálico, em posição acentuada e em posição não-acentuada; os ditongos e hiatos, derivados do latim e aqueles constituídos ao longo do período arcaico; também as nasalizações vocálicas que surgem nas variantes românicas do noroeste na Península Ibérica, isto é, no Galego-português.

3.1.1 O sistema vocálico em posição acentuada

O sistema da escrita representado na documentação do período arcaico dispunha de cinco grafemas*, herdados do sistema gráfico latino para as vogais: < a, e, i, o, u >. Tanto Fernão de Oliveira, na sua *Grammatica da linguagem portuguesa* de 1536, como João de Barros, na *Grammatica da língua portuguesa* de 1540 propõem “figuras”, ou seja, letras diferentes para a distinção do timbre “a grande” e do “a pequeno”, do “e grande” e do “e pequeno”, do “o grande” e do “o pequeno”, resultando disso um sistema de escrita com oito grafemas para as vogais. Tais propostas não vingaram em nossa ortografia, como sabemos. João de Barros aplicou, em parte de sua obra, a proposta ortográfica que apresentou na gramática.

Fernão de Oliveira exemplifica no capítulo VIII da sua gramática o que propunha: “a grande como *Almada e α* pequeno como *alemanha*, temos *ε* grande como *festa* e *e* pequeno como *festο* [= largura de uma peça de tecido]; e temos *ω* grande como *fermosos* e *o* pequeno como *fermoso*”. Quanto ao < i > e < u > diz, em outra passagem, não haver “diversidade” na sílaba tônica, “sempre são grandes”.

Assim, na primeira metade do século XVI, no dialeto padrão de Lisboa se distinguiam 8 sons vocálicos em posição acentuada. Numa análise fonológica moderna, pode-se – e é o que afirmam Clarinda Maia (1986) e Paul Tessier (1982) – dizer que a distinção entre os dois timbres do < a > é apenas fonética, já que o “a pequeno” (= fechado) é uma variante condicionada, pois ocorreria quando seguido de consoante nasal e o “a grande” (= aberto) em qualquer outro contexto.

A oposição distintiva /á/ : /a/ que se faz hoje entre a primeira pessoa do plural no presente e do perfeito dos verbos da 1ª conjugação (*am/a/mos* : *am/á/mos*) no dialeto padrão de Portugal ainda não se

estabilizara, segundo C. Maia, nesse dialeto no século XVI. Vale lembrar que essa oposição não se faz, no geral, no Brasil, nem em outros dialetos regionais de Portugal. Nos dialetos do norte (Minho e Douro Litoral), ambas as formas verbais se pronunciam abertas e no centro para o sul de Portugal se pronunciam ambas fechadas, como no Brasil (Maia, 1986:313).

Com base nos dialetos mais conservadores do Norte de Portugal e da Galiza em que, hoje, a vogal /a/ seguida de nasal tem a mesma abertura da de outros contextos – realiza-se aberta – e naqueles em que as nasalizações variam de intensidade, podendo até não ocorrer, C. Maia (1986:318-319) diz ser esse estado em fases mais antigas, inclusive no período que abrange a documentação que analisa (séculos) XIII a XVI). Já Paul Teyssier deixa a questão interrogada: “Pode-se perguntar se, desde essa época (= época do galego-português) o fonema /a/ não se realizaria como *a fechado* diante de nasais. Ex.: *ama, ano, banho*” (1982:25).

A discussão em torno das distinções do /a/ acentuado no português arcaico fica assim polarizada. Contudo, se pode admitir que ainda não era essa a diferença fônica, se ela existia, utilizada como um traço distintivo* para marcar a oposição entre aquelas formas verbais do presente e do perfeito. Além disso, pelo que se sabe de teoria fonética, pode-se também afirmar que é uma realização natural as vogais seguidas de nasal se articularem mais fechadas que em outros contextos.

Quanto à questão da diferença de timbre entre as vogais médias anteriores e posteriores - / e / : / ε / , / o / : / ω / : neste caso estamos diante de uma oposição fonológica e não apenas fonética. Mesmo a escrita não dando nenhuma pista gráfica, já que os grafemas são apenas dois para os quatro fonemas, se pode ter a certeza de que a oposição existia. Fernão de Oliveira, em 1536, apresenta exemplos que são pares mínimos para justificar sua proposta de grafia:

festa < ε > : festo < e >
formosos < ω > : formoso < o >

Além desse testemunho, há as rimas da poesia medieval e, sobretudo, há a correspondência histórica sistemática, a regra geral, do latim em relação ao português, com exemplificações em qualquer das gramáticas históricas do português, apesar das exceções.

Quanto à correspondência histórica sistemática, a ela voltarei mais adiante. Utilizarei agora o que propõem os autores do *Curso de história da língua portuguesa* (1991). Ivo Castro, León Acosta e Rita Marquilhas – sobre o “*Vocalismo tónico do português quinhentista*” (p. 251). Baseiam-se nas histórias da língua portuguesa de Serafim da Silva Neto e de Paul Teyssier e nos que os precederam como, por exemplo, Thomas Hart e Israel S. Révah. Afirmam que o português quinhentista “incluía ainda as sete unidades distintivas que conhecemos dos períodos anteriores:

/ i /	/ u /
/ e /	/ o /
/ ε /	/ /
/ a /	

Conservara-se o sistema do português antigo, uma vez que a vogal central [a] ainda não adquirira pertinência distintiva, limitando-se a funcionar como variante contextual de / a / em posição não acentuada, e em posição anterior à de uma consoante nasal heterossilábica (id. ibid.)

Para documentar a variação alofônica entre [a] e [a] no século XVI, podem articular-se estes dois textos de Fernão de Oliveira e de Duarte Nunes de Leão:

[...] porque a verdade que temos a grande e a pequeno: [...] Temos a grande como almada e a pequeno alemanha.

E não há mais que hum .a. porque ser longo, & ser breue, he accide)talme)te. [...] Porque quando teem accento agudo, parece grande, como em prato, & quando grave, parece pequeno, como prateleiro. E totalas vezes, que depois do .a. se segue. ou .n. como nestas palauras: fama, como, pronunciasse com menos hiato & abertura da boca. & fica parece)do pequeno [...] (p.551-552)

Vale lembrar que a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira é de 1536 e que a *Ortografia da língua portuguesa* é de 1576. Assim, para os autores do *Curso de História da Língua Portuguesa*, entre 1536 e 1576, permaneceu o mesmo o sistema vocálico em posição acentuada.

Não devo finalizar essas observações sobre o sistema vocálico do português arcaico sem a avaliação de Eugenio Coseriu, erudito linguista do século XX, no seu longo estudo intitulado, *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*, traduzido por Maria Christina Maia. Diz Coseriu:

Evidentemente, nem tudo que aparece em Oliveira é para ser avaliado como positivo (...) a força de Oliveira está, porém, no domínio sincrónico e neste, predominantemente na área da fonética (...) no sistema das vogais do português, Oliveira identifica, primeiro oito vogais (...). Ele observa que o português só possui cinco figuras para oito vogais (...) Depois ele identifica as vogais nasais como unidades vocálicas (...) e apenas um sinal de nasalização (...). É importante assinalar que esta caracterização de vogal nasal como som vocálico simples representa uma notável contribuição de Oliveira, pois é a primeira vez que as vogais nasais são consideradas dessa forma na România (e talvez seja a primeira vez em geral) (1991:17-24).

Volto, então, à questão da correspondência sistemática, a regra geral, do Latim em relação ao Português.

Em resumo é o seguinte: os estudos do latim clássico em confronto com as reconstruções feitas para o latim falado imperial, a partir de fontes documentais, mas sobretudo a partir do estudo comparado das línguas derivadas do latim depreenderam que, em grande parte da România (e aí está incluída a área do noroeste peninsular hispânico, a do galego-português) às dez vogais do latim clássico – cinco longas <  > e cinco breves <  > – correspondiam sete vogais, em cujo sistema o traço distintivo da quantidade ou duração vocálica já desaparecera em proveito das distinções com base na oposição de timbre, ou abertura vocálica, entre as vogais médias anteriores e posteriores. esquematicamente:

LAT.	/	i ː	i ː	e ː	E ː	a ː	a ː	o ː	o ː	u ː	u ː	/
GAL.-	/	i	E	E7	a	o7	o	u	/			
PORT.												

Acrescente-se a essa correspondência entre itens vocálicos, a correspondência, também, regra geral, entre os ditongos do latim clássico, monotongados no latim imperial - /ae/ e /oe/ - e os fonemas vocálicos, respectivamente: / e̞ / e / ē / . Daí:

GAL.-PORT. / ɛ / < LAT. ĭ

ē

oe

GAL-PORT. / ɛ /

/ ae /

O que resulta em correspondência do tipo exemplificado a seguir:

Latim clássico	Latim imperial Galego-português	Latim	Português
/ī/	/i/	FĪCUM	FIGO
/ĩ/		SĪTIM	SEDE
/ē/	/ɛ/	ACĒTUM	AZEDO
/oe/		POENAM	PENA
/ĕ/		TĒRRAM	TERRA
	/ɛ/		
/ae/		CAECUM	CEGO
/ā/		AMA ſ TUM	AMADO
	/a/		
/ǣ/		LǄTUM	LADO
/ō/	/o/	PŌRTAM	PORTA
/ō/		AMŌREM	AMOR
	/o/		
/ū/		BŪCCAM	BOCA
/ū/	/U/	PŪRUM	PURO

Esse sistema de vogais em posição acentuada, constituído de 7 unidades distintivas – já que se pode afirmar que o sistema com um /a/ aberto e outro /a/ fechado, próprio hoje ao português padrão de Portugal só se terá estabilizado para esse dialeto depois do século XVI – vigorava já em grande parte da România na época do latim imperial, continua na fase galego-portuguesa arcaica e persiste na maioria dos dialetos contemporâneos da língua portuguesa. É essa história que leva a afirmar-se como conservador o sistema vocálico em posição acentuada do português.

A par dessa regularidade sistemática, atuarem ao longo da história da língua portuguesa mudanças fônicas, condicionadas por determináveis contextos fonéticos que impediram a atuação dessas regras mais generalizadas, exemplificadas no quadro anterior, mas que não são as “leis fonéticas” sem exceção. As gramáticas históricas exemplificam, sugerindo, às vezes, explicações fonéticas, além das explicações analógicas e de outro tipo, os empréstimos, decorrentes do contacto interdialectal e interlinguístico.

Um tipo muito generalizado de mudança fônica que atua entre as vogais é de natureza assimilatória. tradicionalmente se distinguem as *assimilações metafônicas*, ou seja, a *metafonia* (a abertura da vogal acentuada não corresponde à regra geral porque se aproxima sua abertura à da vogal final) das

inflexões vocálicas, quando há o fechamento do timbre da vogal acentuada condicionado pela contigüidade de determináveis elementos fônicos: semivogal, consoante palatal, nasal, como em: *nervo* (lat. *nerui*), engenho (lat. *ingeniu*).

Há evidências seguras da atuação das regras de mudança de timbre quando elas podem ficar representadas na grafia. É o caso, por exemplo, da grafia *isto* por *esto* (lat. *ipsu-*) ou *tudo* por *todo* (lat. *to-tu-*). Nesses casos o timbre /e/ ou /o/, de acordo com o étimo latino, conforme a regra geral, muda para /i/ ou /u/ por assimilação à vogal final que seria realizada como vogal alta posterior /u/. Segundo Williams (1961:106-107), essas formas já aparecem no século XIII, refletidas na grafia. No *corpus* analisado por C. Maia (séculos XIII a XV), há, esporadicamente, a forma *isto* em documentos do fim século XIII, a par da altíssima frequência de *esto*. A forma *tudo* também ocorre esporadicamente desde o século XIII, mas na documentação referida não ocorre, mas sempre *todo*. No texto trecentista (século XIV) que analisei (Mattos e Silva, 1989:150), a par de 89 ocorrências de *esto* há três de *isto*; quanto a *tudo*, não ocorre, mas há 30 ocorrências de *todo*. No caso, a grafia variável indica a existência do fenômeno; a sua frequência rara pode indicar, entre outras possibilidades, a preferência ainda pela forma não-metafonizada, que veio a ser desusada.

Mais difícil de determinar é o momento em que se dá a metafonização que muda o timbre de /e/ em /ē/ (como *metu* > *medo*) ou /ē/ em /e/ (como em *monēta* > *moeda*), ou /o/ em /ō/ (como em *foicu* > *fogo*), ou /ō/ em /o/ (como em *formo7sa*), já que na grafia não se distingue o timbre das vogais médias.

Segundo Williams (1961:107), *medo* (*mētu*) rima com *cedo* (*cītu* no Cancioneiro da Vaticana), o que já indica a metafonização em *medo*; já a rima *essa* : *abadessa*, no mesmo códice indica que a vogal acentuada do demonstrativo ainda não tinha se metafonizado, seria realizada como prevê a regra geral de correspondência.

Pela *Gramática* de Fernão de Oliveira, capítulos VIII e XVIII, sabe-se que no dialeto padrão em 1536, *fermoso* e *fermosa* tinham a vogal acentuada fechada de acordo com a regra geral (lat. *formōsu*,

formōsa), mas que *fermo7sos* (lat. *formōsos*) já tinha a vogal acentuada metafônica: *fermosos* devia ser escrito com “o grande” e *fermoso*, *fermosa* com “o pequeno”, como afirma o gramático.

Desses dados se pode inferir que os processos metafônicos já atuavam, criando “exceções” à regra geral, desde muito cedo na história da língua, mas não se pode afirmar em que itens do léxico, a não ser aqueles que apresentassem reflexo nas grafias. Depois do século XVI, com auxílio dos gramáticos da língua portuguesa, é que se pode, com mais segurança, ter informações mais precisas, embora rarefeitas.

E. Williams tem razão quando afirma que “no presente ainda há uma certa incerteza no uso das formas metafônicas e grande variação de dialeto para dialeto” (1961: 106). Afirmativa análoga, mas em relação à documentação que analisa, faz C. Maia (1986) quando diz que as formas com ou sem metafoia deviam corresponder a níveis sociolingüísticos diferentes.

Pode-se então concluir sobre o sistema de vogais em posição acentuada, pelo menos, o seguinte:

- a. no período arcaico se dispunha de um sistema com sete fonemas vocálicos;
- b. regra geral, em grande parte do léxico, correspondem essas vogais a pré-determináveis fonemas vocálicos do latim;
- c. a atuação da metafoia e de outros condicionamentos fonéticos quebra essa regularidade, permitindo os casos excepcionais em relação à correspondência mais generalizada em relação ao étimo latino;
- d. não se pode ter certeza se já haveria uma distinção entre [á] e [a], seguido de nasal, mas se pode admitir que uma oposição fonológica entre central aberta e fechada não existia.

Em estudo de 1995, intitulado, *La quantité em portugais: reformulation d' une vielle hipotese*, o fonólogo português, sediado em Paris, depois de afirmar a conhecida análise de que, do ponto de vista fonológico o acento era fixo no latim clássico, característica que se perdeu em proveito da qualidade

dos timbres no latim vulgar, tal como vimos anteriormente nas correspondências sistemáticas latim/galego-português, informa que, no latim vulgar, o acento *físico* se tornou *livre*. Prossegue informando que, nas línguas ibero-românicas pode cair sobre uma das três últimas sílabas. Examina a *Gramática* de Fernão de Oliveira e dela depreende uma regra implícita – acentuar a última sílaba da palavra se ela é grande, a penúltima se é pequena. Considera imprecisa a formulação de Fernão de Oliveira, porque não dá conta das oxítonas. Admite Carvalho (1995) que Oliveira é o único entre os gramáticos portugueses que entreviu a existência deste valor fonológico, capital para a compreensão do sistema acentual do português.

Passa então o autor a tratar do português moderno, ou seja, posterior a Fernão de Oliveira ou ao século XVI. Propõe então distinguir casos não marcados de acentuação, que são: paroxítonas de final leve (ex.: *mate(s)*, *mata(s)*, *mato(s)*); oxítonas de final, necessariamente, pesado (ex.: *má(s)*, *mais*, *mau(s)*, *mãe*, *mão*, *uma(s)*, *mãe*, *mal*); de casos marcados: proparoxítonas, cujas duas últimas sílabas são obrigatoriamente leves e paroxítonas de final pesado (ex.: *órfão*, *açúcar*).

Comenta que com essas condições a liberdade acentual do português se apresenta claramente restringida, sem atingir a invariância do Latim clássico: a mobilidade do acento está assim, em português, condicionada pela quantidade da última sílaba. Afirma que tal sistema, pressentido por Fernão de Oliveira, a quantidade silábica preexiste à acentuação. Admite que tais restrições, por analogia, fazem lembrar o latim clássico, mas que se pode distinguir dois tipos de acentuação em português: 1. as variações no interior de uma mesma variante acentual; 2. os fatos de “*démanquage*”, ou seja, da passagem de invariante marcada à invariante não marcada (ex. de 1. *paga-a* = [p a g a:] em estilo lento e cuidado e [paga], em estilo rápido e coloquial, são realizações da crase. São exemplos de 2: a conhecida queda da pós-tônica interna (ex.: *cântaro* > *cantro*; *côrrego* > *corgo*).

Seu objetivo final é mostrar que a língua portuguesa entre as ibero-românicas se destaca por sua especificidade: o Espanhol e o Catalão aparecem com línguas de acento livre, enquanto o Português acumula os dois fenômenos, que, de certa forma, reconstitui um sistema quantitativo do tipo latim.

Pareceu-me procedente este excurso sobre a quantidade silábica, não só por enriquecer a discussão, mas sobretudo para que se matize a proposta tradicional de que a sílaba acentuada do latim assim permaneceu em português.

3.1.2 Vogais em posição não acentuada

Em posição não-acentuada as vogais eram representadas pelos mesmos sinais gráficos utilizados na representação das vogais acentuadas. É mais complexa, entretanto, a interpretação dessas grafias do que na posição acentuada, porque a variação gráfica na representação das não-acentuadas para um mesmo item do léxico é muito mais freqüente e em contextos diversificados, o que não ocorre na representação das acentuadas. Esse fato, por si, é um indicador de flutuação maior, como seria de esperar, por razões fonéticas, na realização das inacentuadas, já que estão em posição de menor intensidade articulatória.

Na sincronia atual da língua portuguesa há realizações variáveis para as vogais não-acentuadas que distinguem áreas dialetais. Está neste ponto do sistema uma das características que mais opõem os dialetos brasileiros aos portugueses, e dialetos brasileiros entre si. Em nenhum deles os sete ou oito fonemas vocálicos do sistema quando distribuído em posição acentuada se mantêm.

Na análise muito conhecida de Mattoso Câmara Jr., temos em linhas gerais, no Brasil, um sistema de três vogais em posição final de vocábulo – as duas altas /i u/, e a baixa /a/ e um sistema de cinco elementos em posição não-acentuada não-final, em que as vogais altas e a baixa estão presentes, mas em que a posição entre as médias, tanto as anteriores [ɛ] e [e] como as posteriores [] e [o], se

neutraliza, decorrendo disso as realizações fonéticas variáveis - [ɛ] - [e], [] [o] - que marcarão dialetos regionais diferentes.

Qual seria o sistema das vogais não-acentuadas do português no período que precede o século XVI? É esse um problema para o qual não se tem uma resposta precisa, mas sobre o qual podem ser levantadas algumas indagações e sugeridas algumas tentativas de resposta.

A descrição de Fernão de Oliveira de 1536, muito clara para as vogais acentuadas, dá-nos apenas algumas indagações e sugeridas algumas tentativas de resposta.

Por exemplo: quando afirma no capítulo VIII que “temos oito vogais na nossa língua, mas não temos mais de cinco figuras”, exemplifica todos os casos com vogais em sílaba acentuada, embora não destaque que está tratando de vogais numa determinada posição no vocábulo. Por aí se poderia inferir apenas que talvez não houvesse variação, decorrente de neutralização, na realização das vogais em outras distribuições, já que a percepção aguda do autor não faz destaque para isso. Em outro capítulo, entretanto, o XVIII, trata da “comunicação que algumas [letras] têm” (*letra* aqui não significa sinal gráfico, mas produção sonora), e apresenta logo como exemplo: “ Das vogais entre *u* e *o* pequeno há tanta vezinhença que quase nos confundimos dizendo huns *somir* e outros *sumir*, e *dormir* ou *durmir*, e *bolir* ou *bulir*, outro tanto entre *i* e *e* pequeno, como *memória* ou *memorea*, *glória* ou *glorea*” (1536 [2000]:104)

Logo adiante opõe “*aravia*” a “*glórea*, *memórea*” dizendo que as últimas devem ser escritas com *e*, com o sinal de acento na sílaba precedente porque não é uma “vogal pura” com o *i* da primeira.

Essas informações ilustram um fato claro: o de que, na metalinguagem de hoje, nos contextos dos exemplos destacados pelo gramático, a oposição /o/: /u/ e /e/: /i/ se neutralizava.

Correndo para trás no tempo da língua portuguesa, vamos procurar ver – embora de uma maneira sintética e que não pretende esgotar o problema – a partir sobretudo de grafias variantes, o que se pode inferir sobre as vogais em posição não-acentuada no português arcaico.

3.1.2.1 Vogais em posição não acentuada final

A. A vogal grafada < a >:

Proveniente de /ã/ ou / ā/ latino não apresenta variação na grafia nos textos do período arcaico. É esta situação encontrada na documentação analisada por C. Maia e em toda versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório* que descrevi. Huber, no seu manual sobre o português arcaico, e também C. Maia apresentam ocorrências da locução *em casa de*, com grafia variante *em cas de*, que indicaria o enfraquecimento ou queda do *a* final.

B. As grafias < e >, < i >:

Haveria uma posição /e/:/i/ em posição final?

Nas origens do português falado parece ter havido uma posição fonológica nesse par. O argumento histórico para essa afirmativa está no fato de ter ocorrido a metafonia que deu origem à oposição nos perfeitos de verbos de padrão irregular, já realizada quando o português aparece documentado em: *fiz/fez; estive/esteve; pus/pôs*. Na 1ª pessoa havia um *i* final (do latim *i*↗) que condicionou o fechamento da vogal tônica; enquanto na 3ª a vogal final seria /e/ (do latim /i/, que já no latim imperial seria /e/ e por isso não metafonizou a vogal acentuada. No português arcaico ocorrem grafias do tipo *pusi, puse, pose* etc. em que a vogal etimológica está representada.

No exame das grafias a partir do século XIII, observa-se, esporadicamente, a variação <i> ~ <e> final, convencionalizada, posteriormente, na ortografia do português a última, que já é a predominante no período arcaico: a grafia <i> ocorre, em geral, nos pronomes complementos (*me/mi, te/ti, lhe/lhi*) e nas formas verbais do perfeito de padrão irregular. Nos *Diálogos de São Gregório*, por exemplo, variam: *soube/soubi; troxe/trouxi; ouve/ouvi* (do verbo *haver*), predominando a grafia em *e*; é sempre em *i* o morfema da 2ª pessoa do singular do perfeito –*sti*, em vez de –*ste*. Essa grafia poderia ser interpretada como reflexo da latina, mas a existência do fechamento do timbre, por metafonía, da tónica favorece a interpretação como vogal alta, por exemplo: *tulhisti* e *fusti* por *tolheste* e *foste* e a oscilação entre: *quisisti ~ quisesti ~ quesisti*; ocorre também sempre marcado por *i* o morfema do imperativo: *bévi, colhi, enténdi, escolhi, meti, recebi* etc. (que se opõe ao presente do indicativo *beve, colhe, entende, escolhe, recebe*) e, em alguns casos, a metafonía *curri, miti, fugi* (em vez de *corre, mete, foge*). Tais grafias sugerem uma realização alta na vogal final que favoreceu o fechamento do timbre da acentuada.

Maia conclui que a esse respeito:

Desde muito cedo, /i/ e /e/ finais se fundiram num único fonema (...) desde o século XIII algumas palavras que terminavam em i proveniente de /i/ passam a ao correr também com e. O fonema resultante dessa fusão dos dois fonemas admitiria diferentes realizações fonéticas, ora [e], ora [i], ora timbres intermediários (1986:523).

A. Naro (1973:42) demonstra, com base em detalhada argumentação crítica a estudos clássicos sobre o problema, que, no século XVI, a final [i], como também a [u] deveriam ser “ligeiramente levantadas (...) mas que não podiam estar igualadas às realizações portuguesas [i] e [u]”. Se assim era no século XVI, possivelmente no período arcaico mais recuado o alteamento completo do /i/ e do /u/ não ocorreria.

C. As grafias <o>, <u>:

Repetimos aqui a pergunta colocada em B.: haveria oposição /o:/u/ em posição final?

Um argumento forte para admitir-se uma vogal final /u/, que se oporia ao /o/ é também o da metafonia da acentuada: o/e/ do latim / ĭ/ passaria a /i/ e o /ũ/ passaria a /u/ por assimilação à vogal alta /u/ da sílaba final.

O estudo da grafia das formas desse tipo por C. Maia indica que a metafonia de que resultaram *isto, isso, aquilo*, antes *esto, esso, aquilo* não se processou de uma só vez ou ao mesmo tempo na área galego-portuguesa. Considerando a grafia dos documentos ao norte do Minho em relação aos de Entre-Douro e Minho, admite a autora que a realização do [u] final deve ter existido no extremo meridional dessa área, já que a grafia que reflete as formas metafonizadas é freqüente nos documentos daí e rara na área do Minho e galega. Isso lhe permite afirmar que haveria uma variação [u] ~ [o] em posição final, com possíveis realizações intermediárias. Reforça o seu argumento o fato de, ao correr da história, a área que veio a definir-se como portuguesa, já no século XVI, apresentar no dialeto padrão a realização alta [u] e na área galega se encontra a realização [o].

Relembrando Naro (1973), citado em B., poderia ter havido no período arcaico um alteamento do [o], mas não uma vogal alta do tipo [u].

Quanto à variação gráfica do tipo < u > ~ < o > em casos em que não está em jogo o fenômeno fonético da metafonia se pode afirmar que a grafia < u > é mais freqüente nos documentos mais recuados e dará lugar à grafia < o >. Para alguns especialistas certos casos de < u > final refletem a grafia latina, sem dúvida. É o caso da grafia do morfema verbal da 1ª pessoa do plural *-mũs* e a grafia de nomes masculinos com o singular em *-u*, mas no plural *-os*, assim grafados em um momento em que ainda não se tinham definido normas ortográficas gerais para a escrita do português.

Um reforço para esse ponto de vista está no *Testamento de Afonso II* (1214), primeiro texto oficial escrito em galego-português, e cuja data não permite dúvida, com *vimos*. Nele, o vocábulo *Porto* nas suas ocorrências está com *-u* numa versão e com *-o* na outra, das duas remanescentes. Sabe-se que houve treze cópias desse documento e supõe-se que o texto foi ditado e deve ter sido escrito simultaneamente (Costa, 1976). Diante disso e da variação em causa, pode-se admitir a incerteza de grafar dos notários, acostumados que estavam a escrever em latim (Maia. 1986:408). Não se pode também descartar que os notários fossem portadores de variantes dialetais em que oscilariam as realizações das posteriores em posição final.

Ao que ficou observado pode-se concluir pelo menos:

- a. é possível admitir algum tipo de variação regional (social também?) nessa posição, o que se pode inferir pela metafoia (quando reproduzida na grafia), conseqüência da alta final; tal fenômeno fonético não teria ocorrido ao mesmo tempo e em toda parte da área galego-portuguesa. Vale notar que, em certas áreas galegas e em dialetos regionais muito arcaizantes da área setentrional portuguesa, ela não ocorreu e, também nesses dialetos, a vogal final não é sempre realizada como alta;b
- b. pode-se também admitir que a variação existente oscilaria desde uma realização média fechada, mas não chegaria ao alteamento total.

Diante do exposto se pode propor como possível, na distribuição final, um sistema de três membros – uma vogal central e duas vogais, uma da série posterior, com realizações fonéticas que oscilariam, respectivamente, entre [e] e [i8] (= [e] tendendo para [i]) e entre [o] e [u8]. No caso da posterior, os dados sugerem que poderá ter havido uma distribuição distinta: os dialetos do Douro para o Norte com a realização do tipo médio e os do Douro para o Sul com a realização mais elevada ou alteada.

3.1.2.2 Vogais inacentuadas em posição pretônica

A. A vogal grafada < a > :

Haveria mais de uma realização fonética para a vogal baixa: [a] e [ɑ]?

Em posição acentuada, com vimos, no século XVI existia o condicionamento que fechava “*a* grande” em “*a* pequeno”. É o que se depreende de Fernão de Oliveira. Ele também fornece, indiretamente, alguma informação quando opõe a realização “grande” à “pequena” em segmentos não-acentuados: o *a* artigo e o *a* pronome são “pequenos”, mas o do artigo e o *a* inicial dos demonstrativos, quando precedidos e fundidos à preposição *a* são “grandes”. Havia, portanto, em posição não-acentuada, uma realização distinta para o *a*, decorrente da sua maior ou menor intensidade articulatória. João de Barros distingue duas realizações do *a*: é escrito < á > e não com < â > (ele próprio aplica essa norma gráfica), por exemplo: *sadio*, *vádio*, derivados de uma crase ou elisão vocálica na história da língua (*sadio* < lat. *sanatium*; *vadio* < lat. *vagatium*).

Na documentação do português arcaico se faz a diferença regularmente entre o *a* artigo, do *aa*, artigo mais preposição e também *aquele* de *aaquele*, assim para todos os demonstrativos precedidos de preposição e iniciados por *a*.

Esse tipo de grafia pode indicar que a crase ainda não teria ocorrido, ou que já teria ocorrido e a vogal duplicada indicaria uma vogal mais aberta que outra não craseada.

Além dos casos do tipo destacado, há variação gráfica entre <a> e outros grafemas vocálicos que sugerem flutuação articulatória da vogal baixa.

Por exemplo, <a> varia em um mesmo item lexical com <e>: *apistola/epistola*; *avangelho/evangelho*; *alefante/elefante*; *asperança/esperança*; *asteença/esteença* (= *abstinência*); *antre/entre*; *Anrique/Enrique*; *salário/selário*; *traslado/treslado*; *sagrado/segrado*; *sarrar/serrar*, *piadade/piadade*; *piadoso/piadoso*.

Indicaria essa grafia variável uma variação articulatória, condicionada por contextos fonéticos favorecedores ao fechamento? Talvez sim. O contexto com sibilante, por exemplo, seria um forte candidato.

Note-se que nos exemplos acima a variação ocorre em posição inicial absoluta, em sílaba inicial e em sílaba interna também.

B. As grafias < e > / < i >:

a) Em posição inicial absoluta:

Documenta-se no português arcaico a variação gráfica entre <e> / <i> também o ditongo <ei>. Essa grafia variável é usual em certos itens lexicais, por exemplo: *egreja/igreja; idade/idade/eidade; Einês/Inês*.

Encontra-se também a variação <e> / <i> em sílabas iniciais em que a vogal é travada por nasal ou sibilante: *enfinta/infinta; escritura/iscritura*; vale notar que nesses casos a vogal seguinte é sempre vogal alta.

Talvez C. Maia (1986:357-359) esteja certa quando diz que é possível que durante alguns séculos a língua se caracterizasse por um estado de flutuação fonética entre realizações da pretônica anterior inicial que oscilaria entre um [e] e um [eɸ], muito breve, próximo a [i], podendo, em certos itens do léxico ditongar-se. Sendo que, essa ditongação, documentada no galego-português mais recuado, é uma tendência também documentada em outros dialetos hispânicos ocidentais e que permanece ainda em áreas dialetais, como no mirandês, asturiano ocidental, no leonês e em áreas dialetais galego-portuguesas.

3.1.2.3 Vogais inacentuadas em posição pretônica interna

A variação gráfica mais destacada nessa posição é aquela entre < e > e < i > quando na sílaba acentuada estão as altas / i / ou / u /, vogais ou semivogais. Essa variação deve indicar um alteamento da pretônica, fenômeno fonético assimilatório conhecido como harmonização vocálica e que já aparece fixado no século XVI, já que Fernão Oliveira dele se utiliza para exemplificar a “comunicação entre as letras”, como vimos. São exemplos dessa variação gráfica em um mesmo item lexical no *corpus* trecentista dos *Diálogos de São Gregório*; quer em sílaba inicial quer em sílaba interna: *meninice/mininice*; *vegiar/vigiar*, *desplizel/displizel*; *veuva*; *viúva*; *vendita/vindita*; *lengugem/linguagen*; *enterido/entirido*.

Maia (1986:362-364) apresenta interessantes indicações dialetais e diacrônicas, a partir do exame de sua documentação, do século XIII ao XVI e testemunhos galegos e do norte de Portugal: é mais freqüente a apresentação gráfica do alteamento nos documentos galegos que nos portugueses e nos portugueses está documentada com maior incidência a partir do século XV. Destaca também exemplos nas *Cantigas de Santa Maria*, cujos códices são dos fins do século XIII, em que ocorrem, por exemplo: *pidimos*, *pidi*, *firidas*, *servia*. Mostra também que no século XVI, no padrão da corte, além de Fernão de Oliveira, também em João de Barros está documentada a harmonização: *bibiam*, *mistiço*, *mininos*, *pirigos*.

Tais dados informam que a elevação do timbre da pretônica por harmonização vocálica remonta ao século XIII pelo menos e está, certamente, no dialeto padrão no século XVI.

C. As grafias < o > / < u > :

a) Em posição inicial absoluta:

Nessa distribuição a grafia variável < o > / < u > e até mesmo o ditongo < ou > - simétrico ao que ocorre < o >, < i >, < ei > - é esporádica, como afirma C. Maia (1986:397); contudo está documentada. Por exemplo, o item *oliveira* aparece escrito: *oliveira, uliveira*, também ocorre *oulivar* (por *olival*). Nas *Cantigas de Santa Maria* (séc. XIII) e nos *Diálogos de São Gregório* (séc XIV) ocorrem: *homildaded/humildade, homilde/humilde, homildoso/humildoso, homildança/humildança* (com ou sem *h* inicial); também *orgulho/urgulho*. Vale notar que em todos os exemplos destacados a vogal que tem representação gráfica variável está seguida de vogal alta na sílaba vizinha. Seria um alteamento, se admitirmos a realização alteada, condicionado; mais um caso, portanto, de harmonização vocálica.

b) Em posição pretônica interna:

Simetricamente ao que se passa na variação gráfica < e > / < i > nessa mesma posição, ocorre com as posteriores grafadas < o > / < u >: a variação gráfica mais destacada ocorre quando na sílaba acentuada estão /i/ ou /u/: , vogais ou semivogais. O mesmo fenômeno assimilatório, ou seja, a harmonização na direção da vogal alta, já está indicada na grafia de documentos desde o século XIII.

O exame dos textos analisados por C. Maia informa que, ao norte do Minho, a representação < u > é mais freqüente (1986:399); na área portuguesa já aparece desde o século XIII, embora com menos intensidade, o que leva a autora a afirmar que essa assimilação vocálica constituía já, desde o século XIII, uma tendência do português.

Na versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório* documentei esse tipo de grafia, indicadora de harmonização por assimilação a traços da vogal acentuada alta nos itens: *bogia/bugia; costume/custume; fogueiras/fugueiras; moimento/muimento* (=monumento); *outoridade / outuridaderecordir/recurdir*.

Tais exemplos apresentam o fato em causa em sílaba inicial e em sílaba interna antes da acentuada.

Fernão de Oliveira testemunha, como vimos, que no século XVI a variação ocorria no dialeto padrão de Lisboa quando afirma que das vogais “antre *u* e *o* pequenos há tanta vezinhança que quase nos confundimos” (1536 [2000]:104) e apresenta como ilustração os casos de assimilação em *somir/sumir*, *dormir/durmir*.

Pelos dados de C. Maia e dos *Diálogos de São Gregório* se pode inferir que a harmonização nesse tipo de verbo, ou seja, de vogal temática *i*, começa a aparecer com maior frequência na segunda fase do português arcaico, ou seja, dos fins do século XIV em diante.

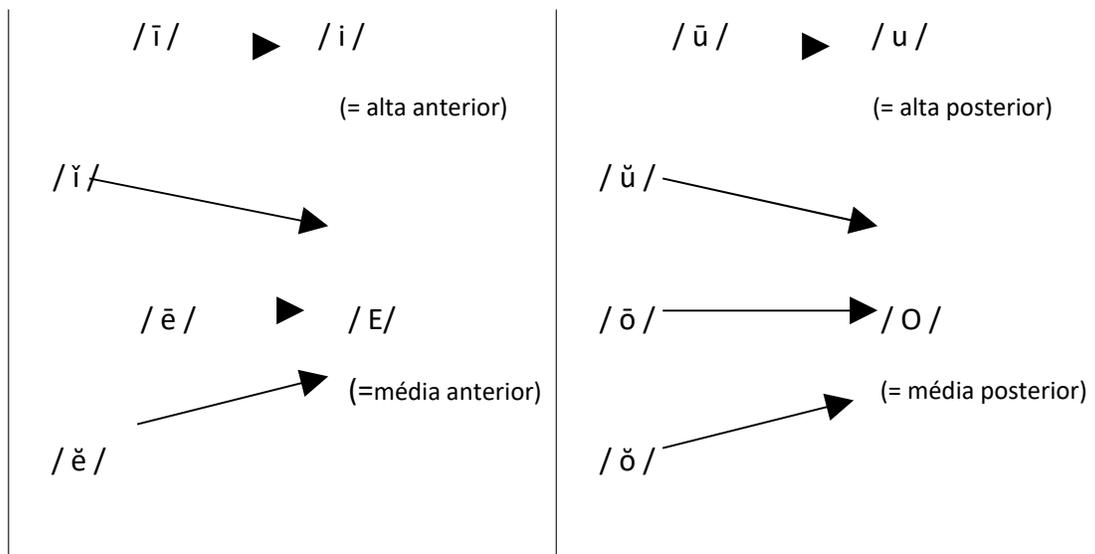
Encontra-se a grafia < o > / < u > em itens esporádicos do léxico, como *logar/lugar*; *molher/mulher*; *soterrar/suterrar*, a que não se pode aplicar uma regra de condicionamento fonético do tipo assimilatório.

Parece que, excetuados os casos de alteamento por harmonização, pode-se admitir que a vogal média posterior seria realizada como [o], articulação que se mantém na língua culta de Lisboa ainda no século XVIII (Maia, 1986:408).

c. A oposição entre as médias abertas e fechadas em posição pretônica:

A história das vogais não-acentuadas em posição pretônica, do latim para o português, permite que se definam regras gerais de correspondência do seguinte tipo para as vogais da série anterior e posterior:

<i>Latino</i>	<i>Português</i>	<i>Latino</i>	<i>Português</i>
---------------	------------------	---------------	------------------



Exemplos para cada caso se encontram nas gramáticas históricas. As vogais não-acentuadas médias do português resultam de um complexo fenômeno de fusão de fonemas vocálicos latinos, como se pode observar na representação acima.

A história desses fonemas do português que pode ser acompanhada pela informação dos gramáticos, embora só a partir do século XVI, pela grafia da documentação medieval e também pelas variantes dialetais documentadas do português ao longo do tempo, permite afirmar que em determinados contextos se neutralizaria (e se neutraliza) – como vimos – a oposição entre as médias e altas.

Quanto à variação entre as médias – [e] ~ [e7] e [o] ~ [o7] em posição não acentuada, não se encontram hoje no português europeu.

Como vimos anteriormente, pela documentação medieval, pode-se propor para a anterior uma realização média do tipo [e], com possível alteamento, não só, mas principalmente, nos casos de

harmonização vocálica, também para a posterior; seria uma realização também média, do tipo [o], com possível alteamento condicionado. Para a variação média aberta/média fechada, a grafia da documentação medieval não fornece pistas.

Contudo, se poderia admitir um sistema para as pretónicas com duas anteriores e duas posteriores

/i, e/ e /u, o/

e na posição baixa um fonema /a/, com possível variação fonética [a⁷] [α].

Haveria variação fonética médias abertas e médias fechadas do tipo [e] [e̞] e [o] [o⁷]?

Paul Teyssier (1982:41-43) destaca um fato significativo que é o da mudança estrutural que ocorre nesse sistema de cinco elementos

/ i / / u /
/ ɛ / / ɔ /

/ a / [a]
[a7]

acima representados, mudança que terá sido posterior ao século XIV. Em síntese, como conseqüência da fusão ou crase de vogais distintas postas em contacto, por queda de consoante intervocálica, surgem pretônicas médias abertas /ɛ/, /o7/ e /a7/, que persistem na variante europeia do português. Ilustra sua análise com os exemplos:

PORT. ARC. 1

PORT. ARC. 2

(antes do séc. XIV)

(depois do XIV)

esqueecer (lat. *excadescere* > (escaecer)

esquecer [e7]

pregar (lat. *praedicare*)

pregar

caaveira (lat. **calavaria*)

caveira [a7]

paadeiro (lat. **panatariu*)

padeiro

coorar (lat. *colorare*)

corar [o7]

resultantes, portanto, essas médias abertas da fusão de duas pretônicas, passaram a opor-se às fechadas, provenientes de vogais simples, de acordo com as correspondências etimológicas e gerais como em:

pregar (= fixar com pregos)

lat. *plicare*

cadeira	lat. <i>cathedra</i>
morar	lat. <i>morare</i>
curar	lat. <i>curare</i>

Concluindo sua análise, admite que, por volta de 1500, portanto no fim do período arcaico, o sistema vocálico pretônico poderia ser representado assim:

/i/	/u/
/e/	/o/
	/a/
/e/	/a [~] /
/o [~] /	

Tal sistema, provável no século XVI, não persistiu nas variantes já mencionadas do português atual.

Em linhas gerais, admitindo-se a análise de Teysier, pode-se dizer que há reduções, de natureza distinta, tanto na variante brasileira como na europeia do português.

Nos dialetos brasileiros há neutralização, em que as realizações variam entre média fechada e aberta, por vezes a depender do contexto, também a alta (cf. ex. (1)):

(1) [mɛ, ninu] ~ [mɛ̃, ninu] ~ [mi, ninu]

[mɔh, didu] ~ [mo7h, didu] ~ [muh,
didu]

(2) [kɔ, rah] ~ [ko7, rah] : [ku, rah]

Nos portugueses há as médias abertas no subgrupo do léxico em que a pretônica é proveniente da crase histórica, que não variam com a média fechada, como no Brasil, mas se opõem às altas:

(2a) [ko⁷, rar] : [ku⁸, rar]

(3a) [pre⁷, gar] : [pri⁸, gar]

As variantes brasileira e portuguesa descritas acima podem ser representadas:

	/i/	/u/	/i ⁸ /	/u ⁸ /
	[e ⁸]	/O/	[o ⁸]	/ɐ̃/
}	/E/	{	[o ⁷]	/o ⁷ /
	[e ⁷]		[o ⁷]	
	P.B.		P. E.	

Os autores do *curso de História da língua portuguesa* (1991:252), com base em Paul Teyssier (1982:43), representam o “vocalismo átono pretônico” como segue:

/i/	/u/
/e/	/o/
	/ɔ/
/ɛ/	/ /
/a/	

	–	ui9		iu9	–
	ei9	oi9		eu9	u9
		ai9			au9
II.	–	ui9		iu9	–
	ei9	oi9		eu9	ou
	ei9	oi9		eu9	–
		ai9			au9

São exemplos de Teyssier para o sistema I:

- a. primeiro (lat. *primariu-*), mais (lat. *magis*), coita (lat. *cocta-*), fruto (lat. *fructu-*);
- b. partiu (lat. *partiuit*), vendeu (lat. **vendeuit*), cautivo (lat. *captivu-*), cousa (lat. *causa*).

Vale questionar nessa análise se já na 1ª fase não haveria o ditongo /e7u9/: afirma-se que palavras com *meu*, *deus*, *judeu* (lat. *meu-*, *deus*, *judaeu-*) teriam originalmente a vogal base do ditongo aberta, por causa do seu étimo, vindo a fechar-se por assimilação à semivogal alta. Evidência para isso é o fato de não se rimar nos *cancioneiros* tais ditongos com aqueles provindos de étimos que predizem uma vogal fechada, como é o caso do /ēu9/ da 3ª pessoa do singular dos verbos da 2ª conjugação (Ramos, 1983:100-101).

Se observarmos os exemplos de Tessyer que ilustram os ditongos já documentados nos primeiros textos galego-portugueses, vemos que só em *cousa* (lat. *causa*) o ditongo português veio de um ditongo latino. Os outros são ditongos secundários, isto é, resultam de mudanças fônicas ocorridas no período de constituição do hispano-romance do noroeste ibérico: em *coita*, *ffruito*, *cautivo*, os ditongos se formam pela vocalização de elementos consonânticos; em *partiu* e *vendeu* a semivogal /u9/ que fecha o ditongo resulta de mudanças que fizeram os elementos finais desaparecerem; em *primeiro*, o ditongo

provém da mudança de sílaba, ou metátase, do /i/ latino e posterior assimilação vocálica (*ai* > *ei*); em *magis*, resulta da queda ou síncope da consoante sonora intervocálica.

É o fenômeno de queda da consoante sonora em posição intervocálica que, em geral, está na origem dos nossos ditongos da segunda fase do português. Utilizando ainda os exemplos e P. Teyssier (pág. 44) para os novos elementos de II, *cruéis* (lat. *crudeles*), *sóis* (lat. *soles*), *céu* (lat. *caelu*): até o fim do período arcaico, palavras como essas apareciam grafadas não com os grafemas próprios às semivogais (*i*, *y*, *h* para semivogal anterior /i^h/ e *u* para a posterior /u^h/), mas com *e* ou *o*: *cruees*, *soes*, *céu*, o que indica que antes de se tornarem semivogais esses elementos eram vogais e até se ditongarem constituíam seqüências em hiato, uma em cada sílaba, portanto.

O fenômeno fonético referido no parágrafo anterior (síncope de consoantes sonoras intervocálicas, do latim para o português) faz com que se representem na escrita do português arcaico seqüências de vogais idênticas, ocupando ou não sílaba acentuada do tipo (marcaremos com diacrítico < ' > a vogal acentuada):

máa, *paáço*, *pée*, *leér*, *triigo*, *riír*, *póo*, *coór*, *críu*
paancáda, *preegár*, *remiidór*, *voontáde*
perígoo *póboo*, *diáboo*, *Bráгаа*

Como se trata de vogais da mesma faixa de altura atuou, ao longo do período arcaico, a regra de crase ou de fusão de vogais idênticas. Pela escrita e pela métrica dos *cancioneiros* se pode afirmar que já no século XIII essa fusão poderia operar-se. A grafia, eventualmente, apresenta indicação quando alternam vocábulos ora com vogais simples ora com vogais duplas.

Os *Cancioneiros* evidenciam fatos como: nas *Cantigas de Santa Maria*, *triigo* se apresenta com três ou duas sílabas; na grafia de documentação em prosa se pode observar, por exemplo, que nos *Diálogos de*

São Gregório (texto em prosa do séc. XIV) há 905 casos do tipo descrito e exemplificado acima, nelas 0,3% de representação escrita com uma só vogal (quando a distribuição é em sílaba acentuada) e 72% com uma só vogal, quando em sílaba não-acentuada. Esse dado é interessante porque pode servir de testemunho para afirmar que a crase se iniciou pelas sílabas não-acentuadas.

A queda das sonoras intervocálicas, além de ditongos e seqüências em hiato de vogais idênticas, depois fundidas pela crase, produziu hiatos constituídos de vogais que não podem fundir-se por não estarem na mesma faixa de altura, como em: *creo* (lat. *credo*), *candea* (lat. *candela*).

Segundo Williams (1961:35.7.A), tais hiatos permanecem até o século XVI. Só então se desfazem pela regra de inserção de semivogal, surgindo, assim, novos itens lexicais com o ditongo /ei9/: *creio*, *candeia*. A versão trecentista dos *Diálogos de S. Gregório* sempre apresenta a grafia indicadora do hiato < eo, ea >. Na documentação analisada por C. Maia (1986:595) só em um texto de 1500 ocorre a variação < eo, eio >, em documento galego e nenhum nos documentos portugueses que são do século XIII ao XVI. Esses dados são testemunhos que confirmam a afirmativa de Williams.

Vale lembrar que há, como nos ditongos, hiatos primários, isto é, herdados do latim. Como em:

apreender, *compreender* (< *aprehendere*, *comprehedere*), *reatrair*) < arc. *retraer*, lat. *Retrahere*

e não apenas como resultado de mudanças fônicas como as já referidas.

Já na fase arcaica há indícios da variação dos ditongos <ou ~ oi>, ainda hoje existente nas variantes da língua portuguesa: no Brasil diz-se *coisa* em Portugal, *cousa* (lat. *causa*-); *ouro*, no Brasil, enquanto em Portugal, *oiro* (lat. *auru*-).

Esses ditongos em variação têm origens históricas distintas: <ou>, do ditongo latino < au >, ou resultado da vocalização do /l/ em <al> : *mouro* (< lat. *mauru*), *outro* (lat. < *alteru*). <oi>, resultado do /k/ em seqüências do tipo /ky/, /ks/ ou da metátese da semivogal da sílaba seguinte: *coiro* (< lat. *coriu*).

A variação em desacordo com a etimologia ocorre eventualmente desde o século XIII. Nos *Diálogos de S. Gregório* as 1206 ocorrências de < ou > e as 126 de < oi > estão de acordo com o que a etimologia prediz. Uma curiosidade gráfica do *Orto do Esposo*, texto dos fins de século XIV, indica talvez a dúvida do escriba diante de duas possibilidades de realização: há nesse texto seis ocorrências de *noyte* (< lat. *nocte*) e uma de *nouyte*. C. Maia (1986:567) dá exemplos do século XIV para essa variação: *moiro/mouro*; *coisa/cousa*; *coiro/couro*.

Vimos, quando tratei das vogais, que era possível em posição não acentuada inicial a variação <ou ~ o ~ u>, <ei ~ e ~ i>: *ouliveira*, *oliveira*, *uliveira*; *eigreja*, *igraja*. Ao longo da história da língua a monotongação do /ei/ e do /ou/ em /e/ e /o/ vem se processando e distingue dialetos regionais portugueses. No Brasil, em que, como nos dialectos meridionais portugueses, em geral, se monotonga, a possibilidade de articulação ditongada marca variantes de natureza sociolingüística, mas não apenas, parece-me; fatores estilísticos e estruturais (distribuição do ditongo no vocábulo, classes de palavras) entram também em jogo nessa variação entre ditongos e vogais monotongadas.

No período arcaico ainda posteriormente se documentam, em variação com vogais, ditongos em formas derivadas de palavras latinas em que se vocalizaram consoantes latinas por exemplo:

trautado, *fruito*, *conduita*, *conduito*, *luita*, *cautivo* (lat.

tractatu-, *fructu-*, *conducta-*, *conductu*, *lucta*, *captivu-*),

normatizado depois em *tratado*, *fruto*, *conduta*, *conduito*, *cativo*.

3.1.3.2 Ditongos crescentes

Documentam-se com frequência no período arcaico ditongos crescentes (=semivogal + vogal) do tipo /i9u/ e /i9a/, derivados de hiatos no latim, que vieram depois a desaparecer. Muitas vezes a semivogal nessas seqüências vem grafada com *h*, embora seja o *y* a grafia mais usual para a semivogal anterior:

chuvha (lat. *pluvia-*), *sobervha* (lat. *superpia-*), *nervho* (lat. *nerviu*), *ravha* (lat. *ravia*), correspondendo a *chuva*, *soberba*, *nervo*, *raiva*;

ravhoso, *sobervhoso*, *limpho* (*raivoso*, *soberbo*, *limpo*);

cómha (lat. *comeat*), *sérvho* (lat. *serviat*), posteriormente: *coma*, *servo*.

A semivogal do ditongo arcaico, nesses casos, ou desloca-se para a sílaba anterior ou desaparece, mas deixa seu reflexo no alteamento do timbre da vogal acentuada.

Movimento inverso ocorre, quando ditongos crescentes do latim são recuperados: no português arcaico, a semivogal do étimo, por metátese, ocorre na sílaba precedente, por exemplo:

p. arc.: *aversairo*, *contrairo*, *notairo*; posteriormente: *adversário*, *contrário*, *notário* (lat.: *adversariu-*, *contrariu-*, *notariu-*).

Na fase arcaica o ditongo crescente que tem como semivogal e elemento /u9/ – *lua*, /ou9/ – ocorre seguindo as velares /k/ e /g/ e são geralmente representados por *u*, raramente por *o*. Na documentação analisada por C. Maia (1986:426), a par de múltiplas ocorrências de *u*, do séc. XIII ao XVI (*guardar*, *quanto*, *qual*, *quarto*, *quantia*, *quartos*, *quando*, *quareeta*) ocorrem onze vezes, *agoa*, *agoardente*, *mengoa*.

Essa última grafia será a adotada pelos dois primeiros gramáticos, com a intenção explícita de distinguir a semivogal da vogal e substituirá a grafia antiga (cf. item *Em posição não-acentuada*).

Na documentação de C. Maia já é, no entanto, freqüente a grafia que indica a perda da semivogal: *gardar*, *agardente*, *calquer*, *catorze*, *realização que*, segundo a autora (1986:642) é habitual hoje no galego e nos dialetos populares do Minho.

Esse fato, como outros indicados, evidenciam já no período arcaico a variação nessas seqüências vocálicas.

Nas seqüências grafadas <eu, ui> precedidas de <q, g> o <u> é apenas um recurso gráfico remanescente do latim, sem valor fônico, como em: *que*, *aquele*, *aquilo*, *guerra*, *guisa*.

Em face dessa assimetria gráfica em que *q* e *g*, seguidos de *ua*, *uo* representam ditongos crescentes e em que *ue*, *ui*, precedidos de *q* e *g* não representam, se encontram na escrita arcaica grafias do tipo *gvanhar* por *ganhar*, *paguar* por *pagar*, *vaqua*, por *vaca* espelhada nas grafias do tipo *que*, *queria* e, talvez, hipercorretas, já que dialetalmente era provável a existência de pronúncias do tipo *gardar* ou *calquer*.

Os escribas, sem uma norma ortográfica bem definida e explicitada – o que só começa a estabelecer-se na 2ª metade do século XVI – demonstram nesses casos a sua vacilação na representação gráfica, não só pela assimetria da tradição escrita como também pela dificuldade, certamente, de dar conta de uma realidade fônica variável.

No decorrer dessa exposição sobre seqüências vocálicas pretendi mostrar, a par do seu aspecto sistemático, evidências para os processos de constituição de ditongos e de crases, em seqüências antes

em hiato, além da possibilidade de variação, na sincronia arcaica, entre ditongos e entre ditongos e vogais.

Esses fatos mostram que o fazer-se e desfazer-se de seqüências vocálicas do português é um fenômeno complexo, diversificado e variável que acompanha sua história desde as origens.

3.1.4 Nasalizações: vogais, hiatos, ditongos

As vogais e os ditongos nasais do português resultam de vogais seguidas de consoantes nasais no latim.

Essas consoantes podem estar:

- a. em posição implosiva, isto é, fechando sílaba, portanto homossilábica (lat. *dente-*, *cambiare*: pot. *Dente*, *cambiar*);
- b. em posição intervocálica, em que a consoante do latim vai desaparecer (lat. *lana*, *manu*: port. *lã*, *mão*);
- c. em posição implosiva final de palavra, ou seja, antes de pausa (lat. *amant*, *in*, *cum*: port. *amam*, *em*, *com*);
- d. a nasalidade da vogal também pode resultar da contigüidade da consoante nasal que inicia a sílaba seguinte, ou seja, heterossilábica, que não desapareceu do latim para o português, como ocorre no caso *b* (lat. *amare*, *flamma*: port. *amar*, *chama*; *annu-*, *pannu-*: port. *ano*, *pano*).

Observe-se que em todos os casos a nasal sucede a vogal, por isso dizer-se que, regra geral, a consoante nasal latina – do *-m-*, do *-mm-* e do *-nn-*. No caso das duplas ou geminadas, simplificaram-se segundo a regra geral de simplificação das geminadas do latim para o português.

A presença de uma nasal heterossilábica pode resultar no português na nasalização da vogal precedente. Atualmente há dialetos que nasalizam mais ou menos fortemente essa vogal e outros que não a nasalizam. Não se tem como saber, com exatidão, se essas vogais seriam ou não nasalizadas no

português arcaico. Pode-se admitir que essa variação fonética já existisse, distinguindo dialetos, já que o contexto fônico é propício à nasalização.

Essas vogais de que tratamos são as *vogais nasalizáveis* ou *nasalizadas*, quando o dialeto nasaliza.

Os dados agrupados em *a.*, *b.* e *c.* são os que identificam as vogais classificadas como *vogais nasais*.

Pode-se dizer que no português arcaico havia um sistema constituído de 5 vogais nasais:

/ĩ/ /ũ/

/ẽ/ /õ/

/α/

como afirmam Teyssier (1982:28) e M. A. Ramos (1983:96).

3.1.4.1 Vogais seguidas de nasal implosiva, homossilábica:

Como em: *sinto*, *seno*, *santo*, *conto*, *junto*, também em *campo*, *ambos*, *tempo*, *ombro*, *penumbra*, *limbo*, *manga*, *longo* etc.

Na documentação manuscrita medieval, a representação da nasalidade, em casos como o desses exemplos, pode estar grafada com til sobre a vogal ou com *n* ou *m* seguindo a vogal, de acordo com a grafia do latim.

O problema que se coloca para a fase arcaica, no que concerne aos casos do tipo *a* é se neles tinha-se uma vogal nasal ou uma vogal com travamento consonântico nasal que seria realizada como dental (p. ex.: *sinto*), como labial (p. ex.: *campo*, como velar (p. ex. *longo*), a depender, portanto, do ponto de articulação da consoante subsequente.

Os que tratam do problema se dividem: Huber (1933/1986:§238) não vacila e considera vogal seguida de consoante nasal, quando a consoante subsequente é dental ou velar; outros deixam em aberto a

questão como A. Ramos (1983:96). Celso Cunha, no seu estudo sobre a *Rima de vogal oral com nasal*, afirma que essa vogal já nasal começa a estar indicada em documentos do latim bárbaro e fixa o fenômeno como iniciado no século X:

Os começos do fenômeno podemos fixá-lo no século X, quando certas palavras principiam a ser grafadas, documentos do latim bárbaro, sem o -n- etimológico, sinal de que esta consoante, na língua viva, já se devia ter convertido no traço nasal da vogal nasal antecedente (1961:189).

Nesse estudo C. Cunha defende as vogais nasais contra orais seguidas de travamento consonântico nasal, indo de encontro aos filólogos da primeira metade do século (Michaëlis, Nobiling, Nunes, Lapa que depois aceitou a análise de C. Cunha) que consideravam a rima V nasal/V oral, não como assonâncias da poética medieval galego-portuguesa, mas antes como V oral + C nasal, rimando com V oral, do tipo *amigo-cingo*, *cingo-comigo*, *trago-ambos*, como na cantiga de amigo de D. Dinis:

Madre, moyro d'amores que mi deu meu *amigo*
quando vej' esta cinta, que por seu amor *cingo*
Alva é; voy lieiro!

.....

Quando vej' esta cinta, que por seu amor *cingo*,
e me nembra, fremosa, como falou *comigo*.

Alva é; voy lieiro!

Quando vej' esta cinta, que por seu amor *trago*,
e me nembra, fremosa, como falamos *ambos*.

Alva é; voy lieiro!

(cf. C. Cunha 1961:190).

A argumentação de C. Cunha de que essas vogais já eram nasais é convincente. Não se pode decidir se, na sua articulação fonética, se realizaria o decurso consonântico condicionado pela consoante seguinte. Nem as rimas, Nem as grafias fornecem elementos para isso.

Os fonólogos se dividem nos estudos do português contemporâneo: entre fonemas vocálicos nasais e fonemas vocálicos, foneticamente nasalizados, seguidos de arquifonema nasal, foneticamente realizado com um traço consonântico nasal, articulado como a consoante subsequente – labial, dental, velar (c[am]po, c[an]to, s[an]gue).

3.1.4.2 Nasal latina /n/ em posição intervocálica e suas conseqüências no português

A queda, perda ou síncope da nasal alveolar simples em posição intervocálica do latim é um fenômeno fonético que caracteriza as variantes hispano-românicas do noroeste peninsular, isto é, a variante galego-portuguesa, em oposição às outras – leonês, castelhano etc. Considera-se que essa mudança fônica começou a ocorrer no século X ou XI e estaria em curso no século XII “nas vésperas no aparecimento dos primeiros textos escritos galego-portugueses” (Teyssier 1982:15).

Sabe-se também que, na sua origem, é um fenômeno próprio ao galego e ao português setentrional já que não ocorreria nos dialetos moçárabes (variante hispano-românica centro-meridional, falada pelas populações cristãs que ficaram sob o domínio árabe a partir do século VIII). Argumento para isso são remanescentes do -n- em topônimos de origem latina dessa área indicadores no vocabulário de dialetos populares do Alentejo e do Algarve, em que o -n- etimológico permanece, quando desaparece no noroeste peninsular (Teyssier 1982:16).

A queda da consoante deixa o traço nasal da vogal que a precede e essa nasalidade se expande à vogal seguinte. A conseqüência fônica disso é o surgimento de hiatos constituídos de vogais nasais, que sofrem mudanças subsequentes. Pela métrica do *Cancioneiro Medieval* essas seqüências ainda estão em sílabas separadas.

Atente-se para o fato de que a queda da nasal intervocálica se integra na regra geral do latim para o português em que as consoantes sonoras intervocálicas simples, regra geral, desaparecem. Vimos, em “Seqüências vocálicas orais: ditongos e hiatos”, que essa mudança fônica origina hiatos e ditongos orais no português.

Se as vogais que ficam contíguas, pela queda do *-n-*, estão na mesma faixa de altura elas virão a fundir-se, isto é, craseiam-se.

Na primeira fase do português arcaico é comum a grafia da vogal duplicada, marcada a nasalidade por til (por dois sinais de til ou por um, alongado, que recobre as duas vogais: *lãã* ou *laa*; *bôõ*, *bõo*; *têẽ*, *teer*, *algũũ*, *alguu*, *vĩĩ*, *viir* (lat. *lana*, *bonu*, *tenere*, *alicunu*, *venire*). Também ocorre a grafia com o diacrítico < ' > em cada vogal (*láá*, *bóó*, etc.) que se costuma interpretar como indicador de hiato, designado por plica.

As grafias com vogais duplicadas, com indicação ou não de nasalidade, prolongam-se até o século XV. Afirma-se, contudo, que a fusão ou a crase das vogais contíguas começou a realizar-se desde o século XIII, constituindo assim vogais nasais. Esse fato, se não se admitir vogal nasal nos casos discutidos no item A, permite dizer que havia as vogais nasais no sistema vocálico do português arcaico já desde o século XIII.

Essas vogais nasais em vários itens do léxico vêm a perder a nasalidade, como em *teer*, *teer*, *ter*; *viir*, *viir*, *vir*; em outros se mantém ou como V nasal (*lãã*, *lã*, p. ex.) ou foneticamente ditongadas, se são finais (*bêẽ*, *be*), [*bêĩ*]).

Se a perda do *-n-* intervocálico põe em contacto vogais que, foneticamente, não se podem fundir por serem de faixas de alturas distanciadas ocorrem hiatos vocálicos, em que a vogal antecedente ao *-n-*

etimológico se torna nasal. Esses hiatos vão ser desfeitos por regras fonéticas de vários tipos, no decorrer do período arcaico.

Observem-se os exemplos:

	LATIM	PORT ARC. (sécs. XIII-XV)		PORT. SÉC XVI
1.	<i>Perdonare</i>	> perdōar	> perdoar	
	<i>Corona</i>	> corōa	> coroa	
	<i>Bona</i>	> bōa	> boa	
	<i>Minus</i>	> me)os	> meos	> menos
2.	<i>Plena</i>	> che)ja	> chea	> cheia
	<i>Alheno</i>	> alhe)o	> alheo	> alheio
	<i>Senu</i>	> se)o	> seo	> seio
3.	<i>Vinu</i>	> vi)o	> vinho	
	<i>Farina</i>	> fari)ja	> farinha	

Nos exemplos do tipo 1, o traço nasal vem a desaparecer, a vogal desnasaliza-se, deixando seqüências vocálicas em hiato. Em lat. *minus*, arc. *mēos/meos*, mod. *menos*. É uma regra específica a alguns itens do léxico retomada à forma latina.

Nos exemplos do tipo 2, após a desnasalização, as seqüências em hiato <eo>, <ea> são desfeitas pela inserção ou epêntese da semivogal anterior e palatal, constituindo-se um ditongo, cuja base é uma vogal também anterior e palatal. Nas grafias do século XVI é que o elemento semivocálico inserido começa a aparecer. Na versão trecentista, por exemplo, dos *Diálogos de S. Gregório*, nas 285 ocorrências dessa seqüência, a grafia alterna com ou sem o til indicador de nasalidade <eo, ão / ea, ãa>, mais nunca a grafia moderna <eio, eia>.

Nos exemplos do tipo 3, o hiato nasal constituído de vogal nasal anterior palatal, seguida de *-o*, *-a* é desfeito pela inserção de uma consoante nasal palatal /n9/. Pode-se acompanhar nas grafias da documentação os estágios gráficos do tipo <-iõ, -iõho, -inho / -iã, iãha, -inha>. Admite-se que já no século XIII a realização com consoante nasal palatal existia. A grafia que indica, o dígrafo <nh>, é recurso gráfico tomado emprestado da grafia francesa e começa a ser adotado em documentos portugueses na segunda metade do século XIII, primeiro em documentos da chancelaria Real. No *corpus* trecentista dos *Diálogos de S. Gregório*, por exemplo, convivem as três grafias, variando sua freqüência (-iõ, -iã, 17%; -iõho, -iãha, 73%; -inho, -inha; 10%). Nesse texto ocorrem as três grafias para um mesmo vocábulo: <viõ> , <vinho>, <viho>, <agãa>, <agiha> , <aginha>. Essa grafia variável informa sobre a possível indecisão do escriba medieval diante das possibilidades gráficas que conhecia e também sobre a possibilidade de conviverem então uma realização com consoante palatal e outra sem variação que na atualidade também se verifica na fala – [vĩu, vin9u], por exemplo.

3.1.4.3 Vogais e ditongos nasais em posição final de vocábulo

As vogais em posição final no português arcaico resultam, em geral, da perda de elementos finais, isto é, da apócope que faz a nasal etimológica vir a fechar a sílaba e nasalizar a vogal precedente: *coratione* > coração [õ], *cane* > can [α], *amant* > aman [α], *ama(ve)runt* > amaron [õ]. Em alguns elementos gramaticais do português, já no antecedente latino, a nasal fechava a sílaba, como em *in*, *cum* (port. *em*, *com*).

Outras nasais finais resultam da fusão de vogais da mesma faixa de altura, conseqüência da síncope da nasal intervocálica etimológica: *alicunu* > algũũ > algum [ũ]; *unu* > ãũs > um [ũ]; *fine* > fĩĩ > fim [ĩ], vogais nasais que antes eram hiatos de vogais idênticas, como informa a grafia com nasal duplicada e a rima ducentista.

Pode-se assim afirmar que no período arcaico se documentam, em posição final também, o sistema de cinco vogais nasais (/ĩ/, /ẽ/, /α)/, /õ/, /ũ/).

A queda do *-n-* intervocálico também está na origem dos ditongos nasais do tipo: *mão*, *mãos* [ãu9] (lat. *manu-*, *manos*), corações [õi9], (lat. *corationes*), cães [αi9] (lat. *canes*). Precede, historicamente, à ditongação o hiato, decorrente da queda do *-n-* que pôs em contacto vogais que estavam em sílabas diferentes e de faixas de altura diferentes. Esses hiatos nasais desfazem-se pela semivocalização da vogal que será a margem do ditongo. Esses, como outros hiatos já mencionados, desfazem-se no período arcaico; a métrica dos *cancioneiros* fornece pistas para isso. Pode-se assim dizer que já no português arcaico havia os ditongos nasais [αu9], [õi9], [αi9].

É também durante o período arcaico que começa a processar-se a ditongação das vogais nasais /õ/ e /α) /, em posição final de nomes e verbos. Essa ditongação leva à convergência na direção do ditongo [αu9] que – já no século XVI – é própria ao dialeto padrão de Portugal.

Observem-se os exemplos:

<i>Lat.</i>	<i>Port. Arc.</i>	<i>Séc. XVI (Dialeto padrão)</i>
<i>coratione</i>	coraçon [õ]	coração [α]u9]
<i>cane</i>	can [α]i9]	cão [α]u9]
<i>amant</i>	aman [α]	amam [α]u9]
<i>ama(ve)runt</i>	amaron [õ]	amaram [α]u9]

Embora o padrão atual português e brasileiro indiquem um ditongo [α]u9] do lat. *-one*, *-ane* e do etimológico *-anu* (como em *mão* > *manu*), há dialetos populares portugueses do Norte em que a ditongação resulta em [õu9], com uma etapa anterior [õ], tanto para os derivados *-one*, como de *-ane* e *-anu*:

No século XVI, quando no português literário e na língua culta do centro do país já as três terminações [-anu > -ão, -one, > on, -ane > an] se tinham uniformizado em -ao, a pronúncia -õ era tida pelos gramáticos da época como característica da região interamnense (Maia 1986:604).

e apresenta testemunho de Duarte Nunes de Leão, gramático da 2ª metade do século XVI.

Admite-se que a convergência do dialeto padrão já existiria desde a 2ª metade do século XV, já que no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (coletânea de poemas do séc. XV para XVI) rimam, em várias poesias, indiferentemente, palavras provenientes dessas três origens, enquanto no *Cancioneiro Medieval galego-português* ocorre, excepcionalmente, a rima *-am* (lat. *-ane*) com *-ão* (lat. *-anu*), nas *Cantigas de Santa Maria*. Esses dados sugerem os limites cronológicos dessa mudança que levou à convergência em ditongo nasal, vogais nasais distintas [α] e [õ].

A grafia da documentação medieval também informa sobre o curso da mudança. Por exemplo: se a rima em *-ão* (de *-ane* e de *-anu*) sugere variação entre *-an/-ão*, o exame desse problema no *corpus* trecentista dos *Diálogos de S. Gregório* permite dizer que nesse conjunto de dados (mais de 3 mil itens

foram examinados) o *-om*, *-am*, *-ão* nos substantivos sempre correspondem ao étimo, não haveria variação; nesse material, contudo, há indício de confusão gráfica, reflexo possivelmente da variação fônica, nas formas verbais de 3ª pessoa do plural do perfeito (lat. *-unt*) e do mais-que-perfeito (lat. *-ant*), que aparecem em *-om* ou *-am* para ambos os tempos verbais. Note-se que essas formas verbais apresentam nasal final em sílaba não-acentuada, enquanto os nomes são, em geral, oxítonos. Isso sugere, pelo menos, que a mudança dessas vogais nasais finais em ditongo nasal pode ter começado por uma variação [õ] ~ [α] em posição não-acentuada.

O ditongo [α]u9], entre as línguas românicas, é típico do português e parece que de dialetos do sardo. Não há, portanto, regras fonéticas estabelecidas, pelo estudo comparado das línguas românicas, para explicar a ditongação de [õ], [α] em [α]u9].

Aqueles que têm explicado esse problema se dividem entre os que seguem a teoria de mudança analógica, com base no [α]u9], proveniente de /-anu/, considerado, impressionisticamente, como mais frequente; e os que recusam a analogia e propõem uma mudança fônica de *-one*, *-unt*, *-ane*, *-ant* para [α]u9] – em que o travamento consonântico nasal favoreceu o desenvolvimento de uma semivogal, ditongando-se assim a V nasal final. Nessas propostas não fica explicado como as seqüências com base o (*-one*, *-unt*) passam a ter base *a*.

As explicações fonéticas divulgadas discutem o problema tendo como foco a ditongação [α]u9], isto é, a convergência para esse ditongo e não levam em conta a variante [õu9], de atuais dialetos conservadores do norte de Portugal e que foi recusada pela norma já no século XVI, como vimos. Também não levam em conta a ditongação de [ẽ] em [ẽi]9], que é antiga na história do português.

Se se admite um travamento consonântico que feche a vogal nasalizada pelo *-n* etimológico, em um determinado momento da história do latim para o português, no que se refere às vogais em sílaba

interna, como vimos em A, pode-se admiti-lo em sílaba final antes de pausa. Neste caso não teria se enfraquecido ou apagado, depois de nasalizar a vogal precedente, como na sílaba interna, o decurso consonântico nasal, mas teria se mantido em posição final, antes de pausa, sob a forma de semivogal do mesmo tipo da vogal base do ditongo /u/ ou /i/, respectivamente nos ditongos [õu] e [ẽi].

Paralelamente ao [α] se desenvolveria a semivogal [u] e não [i], já que [α] tem um traço fônico de recuo da língua como [u].

Se assim for entendido o problema, em um determinado estágio conviveriam como variantes no diassistema do português o ditongo [αu] proveniente do etimológico [-anu]. Como a oposição [αu] : [ou] parece não ter rendimento funcional significativo, na distinção de itens do léxico, a variação entre os dois ditongos nasais, em um mesmo vocábulo e em vocábulos de étimos distintos, poderia ter ocorrido, como aliás indica a grafia de documentos medievais, como já atrás referimos.

A norma que se estabelece no século XVI avalia negativamente [õu] e prestigia a variante [αu], como está explícito em Duarte Nunes de Leão, já mencionado. E esta a realização de prestígio até hoje, enquanto ainda hoje a realização [õu] é marcada como popular, arcaizante e regional.

Essa avaliação sociolingüística é provavelmente o fator fonético favorecedor ao ditongo e não à vogal nasal em posição final contribuíram para a seleção do ditongo nasal final [αu], como pronúncia de prestígio em detrimento da nasal final e do ditongo nasal [õu] que persiste em variantes regionais do norte de Portugal.

Vale lembrar, para finalizar esta parte, que, contrariamente à área portuguesa que ditonga as nasais finais, reforçando assim a nasalidade, a área galega não apresenta ditongo nasal final: ou mantém a vogal seguida de consoante nasal ou a desnasaliza, a depender da região.

3.2 Sobre o sistema consonantal e as variantes fonéticas

O objetivo principal deste item é demonstrar como se estruturava o sistema das consoantes no período arcaico do português. Para isso levarei em consideração o ponto de partida, ou seja, o sistema do latim, em confronto com o português que usamos para, em seguida, apresentar os dados que permitem propor o sistema para o português arcaico e que também permitem analisar variações que atuavam naquela sincronia. Para alcançar esse último objetivo levarei em conta como informantes fundamentais a grafia da documentação remanescente e pistas que podem ser depreendidas das observações dos gramáticos do séc. XVI.

O sistema do latim em confronto com o atual

Mattoso Câmara Jr. (1975:49-58) apresenta com clareza diferenças do sistema latino em relação ao português. Nele me apoiarei e desenvolverei esta síntese a partir do confronto do quadro das consoantes e do quadro das consoantes portuguesas.

Sistema latino “clássico”

Ponto de articulação	Labiais		Anteriores		Posteriores	
Modo de articulação	simples	geminadas	simples	geminadas	simples	geminadas
Oclusivas surdas	p	-pp-	t	-tt-	k	-kk-
Oclusivas sonoras	b	-bb-	d	-dd-	g	-gg-
Constritivas surdas	f	-ff-	s	-ss-	–	–
Constritivas sonoras	–	–	–	–	–	–
Nasais	m	-mm-	n	-nn-	–	–
Laterais	–	–	l	-ll-	–	–
Vibrantes	–	–	r	-rr-	–	–

Sistema
atual português

Ponto de articulação	Labiais	Anteriores	Posteriores
Modo de articulação			
Oclusivas surdas	p	t	k
Oclusivas sonoras	b	d	g
Constritivas surdas	f	s	s ^h
Constritivas sonoras	v	z	z ^h
Nasais	m	n	n ^h
Laterais	–	l	l ^h
Vibrantes	–	r	R

Antes de entrar na história, merece um esclarecimento a disposição, neste quadro, dos dois erres do português. O que representamos como /r/ se classifica, sem hesitações, como vibrante anterior simples. Convencionamos representar por /R/ o que se opõe à vibrante simples (cf. *ca/r/o* ‘caro’: *ca/R/o* ‘carro’) e que pode ser realizado como vibrante alveolar múltipla [r], também como consoante posterior – constritiva posterior [r^h], aspirada [h], realizações que caracterizam dialetos contemporâneos atuais da língua portuguesa. Pode-se, portanto, fazer uma generalização anterior /r/: posterior /R/, desconsiderando aqui o seu modo de articulação.

3.2.1 As diferenças na distribuição medial, interior da palavra

a. As geminadas latinas, sempre intervocálicas, se simplificaram, resultando na correspondente simples (*suppa* > *sopa*; *abbate* > *abade*; *cattu* > *gato*; *additione* > *adição*; *bucca* > *boca*; *agredire* > *agredir*; *officina* > *oficina*; *ossu* > *osso*[s]; *flamma* > *chama*; *annu* > *ano*; *caballu* > *cavalo* ; *ferru* [R]).

b. Nas oclusivas se mantém a mesma correlação do latim – labial, anterior, posterior/surdas e sonoras – apesar da atuação da lenização ou abrandamento que se processou desde o latim imperial, resultando na simplificação das geminadas, sonorização

das surdas e, na maioria dos casos, no desaparecimento das sonoras. Essas correspondências históricas podem ser representadas esquematicamente, como segue:

LABIAIS



ANTERIORES



POSTERIORES



Essas mudanças encadeadas, conseqüência da atuação do mesmo fonético de enfraquecimento articulatorio ou lenização, não mudaram, contudo, a configuração do sistema (observem-se os dois quadros). Muitos exemplos de cada uma das mudanças acima representadas se encontram nas gramáticas históricas do português.

- c. As constrictivas, que só se apresentavam como surdas no sistema latino, apresentam-se com suas correspondentes sonoras no sistema do português, por via também do fenômeno fonético de abrandamento ou lenização já referido: simplificação das geminadas e sonorização das surdas, o que pode ser representado no esquema:

LABIAIS



PORT. -v- -f-

ANTERIORES:

LAT. -s- -ss-

PORT -z- -s-

Essas mudanças entre as constrictivas resultaram numa nova configuração do sistema, com o aparecimento das homorgânicas sonoras, inexistentes no latim. Cada uma delas constituem regras gerais de correspondência fonética e delas há múltiplos exemplos nas gramáticas históricas.

d. Entre as posteriores se encontram no sistema do português atual as palatais constrictivas surda e sonora (/sʲ/, /zʲ/), a nasal (/nʲ/), a lateral (/lʲ/).

As palatalizações românicas (não só portuguesas) resultam de complexas mudanças fonéticas, na maioria dos casos, condicionadas pelo contexto fônico: presença de vogal ou semivogal palatal /i,e/, seguindo consoantes oclusivas. Note-se que se designa pelo termo geral de palatização fenômenos que tenham como característica fonética a posteriorização em direção ao palato de uma articulação anterior, dental, ou a anteriorização em direção ao palato de uma realização posterior, velar. Então são consideradas palatalizações tanto as assibilações como as palatalizações das oclusivas dentais e velares.

As palatalizações do latim para o português podem ser representadas nos esquemas seguintes:

Assibilações de anteriores dentais e de posteriores velares

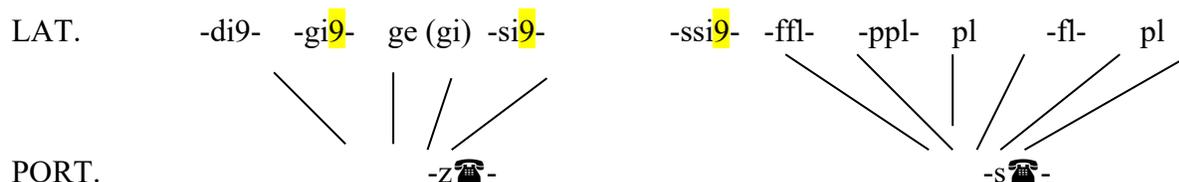
LAT.		-tiʝ-		-kiʝ-		i		
PORT.	-s-		-z-	-s-		-z-		z-

Anote-se que a assibilação do tipo /k/ seguido de vogal /e,i/ pode ocorrer não só no interior como no início da palavra. No item “As diferenças em posição inicial” voltarei às assibilações por causa do caráter de africados desses fonemas no período arcaico, os quais são hoje constrictivos. Note-se também



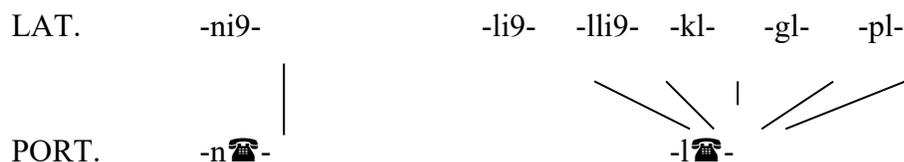
e desde já que as sibilantes do português atual /s,z/ podem vir também da sonorização do /s/ do latim e da simplificação da geminada /ss/ (cf., antes c.).

Palatalizações de anteriores dentais e de posteriores velares



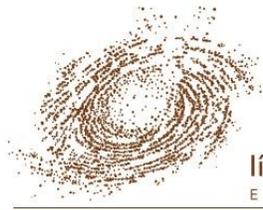
Anote-se aqui também que a palatalização do tipo /g/ seguido de vogal /e,i/ pode ocorrer não só no interior como no início da palavra. As seqüências <pl, fl, kl> também se palatalizam quando no início e não apenas no interior da palavra. Em “As variações e o sistema no português arcaico” voltarei a essas palatalizações por causa do caráter africado desses fonemas – exceto os provenientes de -si- e -ssi- - no período arcaico.

Palatalizações de nasal e lateral anterior



As mudanças fônicas esquematizadas nesse grupo *d* modificaram a configuração do sistema latino introduzindo os elementos palatais no sistema do português /s[☎], z[☎], n[☎], l[☎]/; além disso, como veremos adiante proveniente desse tipo de mudança – palatalização, no sentido amplo antes

definido – o sistema do português arcaico apresentava africadas sibilantes /ts, dz/ e africadas palatais /tʃ, dʒ/, além das



constritivas ou fricativas correspondentes. As gramáticas históricas apresentam muitos exemplos dessas mudanças; serão eles utilizados mais adiante na discussão do sistema arcaico.

e. Observando ainda o quadro latino e o português chamamos a atenção para o fato de que as sonoras simples do sistema latino se enfraqueceram chegando a \emptyset (cf. b.), com exceção da nasal labial /m/, que se manteve, sendo tanto ela como a geminada simplificada os antecedentes históricos do /m/ do português (*amare* > *amar*; *flamma* > *chama*).

f. A vibrante anterior simples latina é o antecedente histórico da vibrante simples do português (*carru* > *ca/r* & /o) que assim se realiza ainda em dialetos conservadores de Portugal e caracteriza algumas áreas do Brasil.

3.2.2 As diferenças em posição inicial

De *a* a *f* tratei, esquematicamente, das mudanças que levaram o português a apresentar uma nova configuração no seu sistema, decorrentes dos processos fonéticos de lenização (a –c) e de palatalização (d). Esses fenômenos, exceto nos casos destacados no item *d*, atuaram sobre as consoantes no interior da palavra. Com isso quero chamar a atenção para o fato de que a maioria das mudanças na estrutura do latim para o português se verifica nas consoantes distribuídas no interior do vocábulo.

As consoantes latinas em posição inicial se mantiveram no português (*pane* > *pão*; *bucca* > *boca*; *tela* > *teia*; *cane* > *cão*; *gallina* > *galinha*; *facere* > *fazer*; *salute* > *saúde*; *male* > *mal*; *nidu* > *ninho*; *lege* > *lei*; *rosa* > *rosa*).

Quanto às “novas” consoantes do português /v,z,sʁ,zʁ,nʁ,lʁ/ (cf. Quadro) em posição inicial:

/v/: provém da consonantização da semivogal posterior /u9/, pelo fenômeno de intensificação ou de maior tensão articulatória (/u9/inu > /v/inho; /u9/ano > /v/ao; /u9/idere > /v/er).

/z̃/: esse mesmo processo é responsável pela consonantização da semivogal /i/ (/i/am > /z̃/a;

/i/acere > /z̃/azer) na palatal /z̃/, sendo essa, portanto, uma outra fonte da palatal sonora do português. Vimos antes (cf. d) que o /g/ velar inicial, seguido das vogais /e,i/ palatalizou-se, condicionado pela vogal palatal (/g/ente > /z̃/ente; /g/eneru > /z̃/ênero).

/s̃/: em posição inicial as seqüências latinas <cl-, pl-, fl- > podiam ser palatalizadas no português (cf. d) (/kl/amare > /s̃/amar; /pl/uvia > /s̃/uva; /fl/amma > /s̃/ama).

/z/: aparece no latim em posição inicial em palavras adquiridas por empréstimo a outras línguas (/z/ephyrum > /z/éfiro, por exemplo, do grego).

/ñ/ e /l̃/: só ocorrem em posição inicial em palavras de origem não-latina, integradas no léxico português, portanto, por empréstimo de outras línguas.

3.2.3 As diferenças em posição final

Das consoantes latinas, podiam ocorrer em posição final /b t d k s m n l r/. Dessas, /t s m/ associadas a lexemas nominais e verbais funcionam como morfemas flexionais. Todas podem ocorrer ou travando lexemas nominais atemáticos da 3ª declinação (*caput, nomem, labor, animal, bos*, por exemplo) ou em “instrumentos gramaticais” (*ab, et, ad, ac, his, cum, in*, por exemplo).

No português o inventário em posição implosiva é mais restrito; só ocorrem nessa posição as sibilantes, as líquidas, lateral e vibrante, e o travamento nasal.

Exceptuando o /s/ morfema flexional de plural, também em morfemas flexionais verbais e consoantes finais de “instrumentos gramaticais” (*mais, menos, com, em*) as sibilantes, líquidas e o travamento nasal do português não correspondem a consoantes finais latinas, mas a consoantes que se tornaram implosivas pelo desaparecimento da vogal não-acentuada final do latim ou desta e de consoante que lhe sucedia (*mense > mês; facit > faz; fecit > fez; amare > amar; animale > animal; cane > can (arc.) > cão*, por exemplo).

Contrariamente ao que ocorre às consoantes em posição inicial e, sobretudo, em posição medial, posições em que os elementos do sistema se reestruturaram e sistema é enriquecido, em posição final o inventário é simplificado pelo processo fonético de enfraquecimento do segmento fônico implosivo, que leva a seu cancelamento ou apócope, fenômeno antigo que marca a língua latina já na sua fase pré-clássica.

Para concluir esta síntese sobre o confronto entre o sistema latino e o do português, vale pôr em destaque:

O sistema português se tornou mais simétrico e equilibrado que o latino. Observe-se que, à semelhança das oclusivas, as novas constrictivas /v, z, s^h, z^h/ preencheram as “casas vazias” das sonoras e das posteriores inexistentes no latim; além disso as nasais e líquidas apresentam no português elementos posteriores /n, l^h, R/ inexistentes no latim;

Da posição inicial para a final, vê-se que as primeiras não se perdem, pelo contrário, ganham novos elementos enquanto na posição final quase todas desaparecem. Em posição media, apenas se perde o traço de germinação. As outras, apesar de se enfraquecerem pela lenização, não chegam, sua posição no sistema vai ser ocupada por outro item já existente no sistema latino que sofreu, portanto, mudança

(cf. b). É ainda na posição interna que se encontram numerosos ganhos do sistema pelo surgimento das palatais inexistentes no latim.

Postas as características do sistema latino em relação ao atual podemos, a partir dessas balizas limites no tempo, rastrear como se configurava o sistema consonântico no período arcaico.

3.2.4 As variações e o sistema no português arcaico

O grande salto no tempo da língua que retratei no item anterior e que recobre do latim padrão clássico do I século ao século XX no paradigma descrito por Mattoso Câmara Jr., pouco desvendou sobre os vinte séculos da dinâmica lingüística que terá existido no curso dessa história. Apenas resultou na apresentação de mudanças concluídas.

Aqui procuraremos esboçar, dos dados de que dispus, algo sobre o percurso histórico das mudanças fônicas fundamentais que foram responsáveis pela reestruturação do latim para o português atual, fixando-nos em seguida na sincronia que interessa a este livro, a do português arcaico.

Destaquei no item que foram os processos fonéticos de lenização das oclusivas e constrictivas, de palatalização e de consonantização das semiconsoantes, os principais responsáveis pela reestruturação apresentada.

3.2.5 Lenizações, consonantizações e palatalizações do latim imperial aos inícios do português arcaico

Quanto às lenizações: quando o português aparece escrito nos inícios do século XIII há uma representação gráfica consistente que permite afirmar que a simplificação das geminadas intervocálicas latinas, a sonorização das surdas intervocálicas e o desaparecimento das sonoras também intervocálicas já teriam ocorrido.

Pode-se aceitar o ponto de vista de que essas mudanças encadeadas se iniciadas já nos primeiros séculos do latim imperial pela simplificação das geminadas que teriam desencadeado as lenizações subseqüentes: sonorização das surdas e queda das sonoras.

Sabe-se, pelos resultados e por informações documentadas desses séculos, que as quedas não se processaram de forma categórica, como, por exemplo, é o caso da velar sonora /g/. Essa mudança não atinge todo o léxico do português; permanece a velar sonora, em alguns contextos anotados nas gramáticas históricas, como, por exemplo, quando seguida de /a/ ou /u/ (*legumem* > *legume*, *plaga* > *chaga*, p. ex.) (Câmara Jr. 1975:54).

Sobre a sonorização das surdas intervocálicas informa-se que teria começado desde a época imperial no latim ibérico (*caput* > *cabo*; *amatu* > *amado*; *amicu-* > *amigo*) (Teyssier 1982:11). Esse processo de lenização possivelmente percorreu camadas do léxico ao longo dos séculos e não atuou simultaneamente nos diversos espaços lingüísticos da hispanorromânia. Pode-se afirmar, por exemplo, que são a líquida /l/ e a nasal /n/ intervocálicas que são os últimos, no tempo, a desaparecer. Teyssier informa que a queda do <-l-> “ocorreu possivelmente em fins do séc. X – por exemplo, em documento em latim bárbaro datado de 995, lê-se *Fiiz* (< Felice) e *Fafia* (< *Fafile*)” (1982:15). Também se pode afirmar que queda do <-n-> “ainda estava em curso no século XII, nas vésperas do aparecimento dos primeiros textos escritos” em português (Ibid.). Já vimos, quando tratei das nasalizações (“Nasalizações: vogais, hiatos, ditongos”), que o resultado desse desaparecimento não é total já que é dele que resulta o traço nasal, responsável pelas vogais e ditongos nasais do português.

Sabe-se também que a perda do *-l-* e do *-n-* do latim, que não ocorreu nas outras variantes hispanorromânicas, não ocorreu também na área dos chamados dialetos moçárabes que se estendiam pelo centro meridional da Península, inclusive no espaço lingüístico em que ficou definida a língua portuguesa. Essa perda é típica, portanto, do galego-português do noroeste peninsular e daí se expandiu, possivelmente, em direção ao sul, vencendo as variantes moçárabes que mantinham essas sonoras intervocálicas latinas.

Assim, entre a data relativamente recente da perda da lateral e da nasal intervocálicas, nos albores do português histórico, e a data recuada da simplificação das geminadas, podemos delimitar apenas, no tempo e na estrutura, os extremos da complexa história que permeia entre a configuração do sistema latino e o do português nesse aspecto focalizado, ou seja, o das diferenças decorrentes das lenizações.

Quanto às consonantizações: vimos que o */i/* e o */u/* latinos seguidos de vogal no início de sílaba, quer interna quer no início de palavra (cf. “As diferenças em posição inicial”) resultam, respectivamente, na palatal */zʲ/* e na constrictiva labiodental sonora */v/*, novos fonemas consonânticos inexistentes no latim. Esse processo de intensificação articulatória, segundo a romanística, já teria ocorrido desde o século I

d. C., isto é, quando ainda o padrão “clássico” era forte, graças à coesão centralizadora da capital do Império.

Problema que discutirei depois é como a constrictiva românica */v/* seria articulada no português arcaico. Vale chamar a atenção para o fato de que, seguindo a tradição escrita latina, esses dois fonemas consonânticos permaneceram representados na grafia manuscrita medieval portuguesa pelos grafemas *<i>* e *<u>*. O *<j>* e o *<v>*. Só no século XVI são estabelecidos para a representação gráfica desses fonemas consonânticos. Na escrita manuscrita medieval podem ocorrer como variantes gráficas para representar o correspondente ao */i/* latino palatalizado, além do *<i>*, *<gi>*, *yy*, *yi*, *j*, *y* e *g>*, grafias que também são utilizadas para a palatal sonora proveniente de outras fontes como veremos. Para o

correspondente ao <u> latino consonantizado, além do <u>, ocorre o <v>, grafia que aparece esporadicamente no século XIII e já com mais frequência no XV (Maia 1986:470, 473-474).

Com essas informações, destaca-se que, sendo tão recuadas no tempo essas consonantizações, ainda no século XV era a grafia que refletia sua origem semivocálica que predominava.

Quanto às palatalizações: vimos que uma das fontes da palatal actual /zʃ/ é a consonantização do /i9/ seguido de vogal do latim. Em “As diferenças na posição medial, interior da palavra” item *d* observamos que, no seu conjunto, as palatalizações de que resultaram as atuais palatais /sʃ zʃ nʃ lʃ/ e as africadas medievais /ts, dz, ts, dz/, em que me deterei, provieram de oclusivas seguidas de vogal ou semivogal palatal /e, i/, na maioria dos casos, ou de seqüências consonânticas constituídas de

$$\left. \begin{array}{l} /k/ \\ /f/ \\ /p/ \end{array} \right\} \text{seguido de /l/}$$

Esse conjunto complexo de palatalizações não ocorreu ao mesmo tempo na história do latim para o português. A partir da exposição de Teyssier (1982:9-15) se pode sintetizar o problema da seguinte forma:

a. Já vêm do latim imperial as anteriorizações das velares e a posteriorização das dentais seguidas de /i/ e /e/ que resultarão nas africadas /ts, dz, dzʃ/, depois /s, z, zʃ/, tanto no início como no interior da palavra, por exemplo:

/k/ivitate > /ts/ > /s/idade ‘cidade’

/k/entum > /ts/ > /s/em 'cem'

<i>/g/etem</i>	>	<i>/dz/</i>	>	<i>/z/ente</i>	‘gente’
<i>pre/ti/um</i>	>	<i>pre/ts/</i>	>	<i>/s/o</i>	‘preço’
<i>pre/ti/are</i>	>	<i>pré/dz/</i>	>	<i>/z/ar</i>	‘prezar’
<i>au/di/o</i>	>	<i>au/ts/</i>	>	<i>/s/o</i>	‘ouço’
<i>vi/de/o</i>	>	<i>vê/dz/</i>	>	<i>/z/o</i>	‘vejo’
<i>fa/ki/o</i>	>	<i>fa/ts/</i>	>	<i>/s/o</i>	‘faço’
<i>spon/gi/a</i>	>	<i>espon/dz/</i>	>	<i>/z/</i>	‘esponja’

Possivelmente já vêm também do latim imperial as outras palatalizações anotadas em “As diferenças na posição medial” item *d* descendentes das sibilantes latinas seguidas de vogal ou semivogal palatal e de nasais e líquidas também seguidas de elemento vocálico palatal, por exemplo:

<i>ba/si/um</i>	>	<i>bei/z/</i>	<i>/o</i>	‘beijo’
<i>ru/sse/um</i>	>	<i>ro/s/</i>	<i>/o</i>	
		‘roxo’ <i>se/ni/orem</i>	>	<i>se/n/</i>
		‘senhor’ <i>te/ne/o</i>	>	
		<i>te/n/</i>	<i>/o</i>	‘tenho’
<i>fi/li/um</i>	>	<i>fi/l/</i>	<i>/o</i>	‘filho’

Observe-se que a escrita do português adotou para representar esses novos fonemas tanto grafemas que no latim representavam velares, é o caso de <c, g>, adotou o <x>, que representava no latim a seqüência /ks/ como utilizou também novos grafemas românicos como <c, z, nh, lh>. No item seguinte, voltarei, necessariamente, às representações gráficas dos fonemas resultantes das palatalizações.

Enquanto são muito recuadas nesta história as palatalizações condicionadas por elementos vocálicos palatais, são menos antigas as palatalizações que têm como antecedente consoantes seguidas de /l/.

b. Pode-se situar entre os séculos V e VIII, isto é, entre a queda do Império Romano e o despontar das variantes românicas, o surgimento de seqüências /cl/ decorrentes da perda da vogal não-acentuada. Resultarão na palatal /lʎ/ - *oculu* > *oc'lu* > *o/lʎ/o*, *apicula* > *abe/lʎ/a*, *ovicula*, *ovic'la* > *ove/lʎ/a*, *tegula* > *teg'la* > *te/lʎ/a* > *teg'la* > *te/lʎ/a*, *scopulu* > *scop'lu* > *esco/lʎ/o*.

c. Como posteriores ao século VIII podem ser situadas as palatalizações das seqüências latinas /cl/ que resultarão na africada, depois constrictiva, /tʃ/ > /sʃ/, como em - *plaga* > *chaga*, *implere* > *encher*, *clamare* > *chamar*, *flamma* > *chama*, *afflare* > *achar*. Essas seqüências nem sempre apresentam como resultado a palatalização, mas a mudança líquida lateral pela vibrante, por exemplo: *placer* > *prazer*, *clavu* > *cravo*, *flaccu* > *fraco*. E em palavras consideradas “empréstimos cultos” ao latim continua a seqüência latina, como em: *pleno*, *clamar*, *fluir*.

Observe-se, aqui também, que, para esse novo fonema /tʃ/ > /sʃ/ um grafema não existente na escrita do latim foi utilizado, <ch>, tal como o <nh> e o <lh> para as palatalizações do /ni9/ e /li9/.

Os dados acima apresentam, portanto, informações, embora muito pouco detalhadas, para o fato de que as palatalizações do latim para o português não ocorreram simultaneamente no tempo, já que vimos que umas remontam ao latim imperial, outras depois do século V, e outras já no período em que se definem os domínios lingüísticos românicos. A sua difusão pelo léxico também não é do mesmo tipo para todos os casos: se os casos *a* e *b* resultam em regras gerais, em que, dado o contexto para isso qualificado, a regra atua, o caso *c*, de todos o mais recente, não se apresenta como os anteriores, mas marca itens lexicais com estatutos diversos no léxico que, nas palavras de Teyssier (1982:14-15) se definem como “populares”, “menos populares” e “eruditas”, respectivamente, com /tʃ/ > /sʃ/, com /cr/, com /cl/ - *chaga*, *prazer*, *pleno* < *placa*, *placere*, *pleno*, por exemplo.

3.2.6 Definindo o sistema e caracterizando variantes no português arcaico

Há poucos estudos sobre o sistema consonântico e suas variantes no português arcaico. Desenvolverei a apresentação seguinte com base, principalmente, no detalhado estudo de C. Maia (1986) sobre a grafemática e a fonética histórica do período arcaico, baseado em 168 documentos galegos e do norte de Portugal (do Douro para cima), que cobrem o período histórico entre a segunda metade do século XIII e os começos do século XVI (1262 a 1516). Serão consideradas na discussão, embora sumária, informações dos gramáticos do século XVI, informações sobre dialetos conservadores de L. F. L. Cintra (1963) sobre fatos gráficos arcaicos.

No item anterior aflorei problemas que aqui serão retomados e tentarei explicitá-los. Os principais deles são:

- a. Haveria uma constrictiva labiodental /v/, opondo-se à oclusiva bilabial /b/ no período arcaico?
- b. As africadas sibilantes /ts/ e /dz/ e as africadas palatais /tʃ/ e /dʒ/, que resultam nas fricativas /s/ e /z/, /sʃ/ e /zʃ/ do padrão atual, se mantinham ainda no português arcaico, ao lado das fricativas sibilantes e palatais derivadas, respectivamente: /s/ < /s-/, /-ss-;/ /z/ < /-s-;/ /sʃ/ < /-ssiʃ/; /zʃ/ < /-siʃ-/, /iʃ/?

Na busca dessas respostas abordarei, necessariamente, problemas de natureza gráfica que percorrem a escrita da documentação medieval e que informam sobre a constituição do sistema arcaico.

O quadro seguinte considera a análise de C. Maia (1986:502) e dados de Teyssier (1982:26) para a primeira fase do período arcaico, chamada de galego-portuguesa. Está organizado levando em conta maior número de entradas para o ponto de articulação do que os quadros de confronto do latim e do português atual apresentado em “O sistema do latim em confronto com o atual”, porque esse detalhamento se faz necessário para a análise:

Ponto de articulação	Labiais	Labiodentais	Dentais	Alveolares	Palatais	Velares
Modo de articulação						
Oclusivas surdas	p		t			k
Oclusivas sonoras	b		d			g
Africadas surdas				ts?	ts 📞	
Africadas sonoras				dz?	dz 📞	
Constritivas surdas	b# ?	f		s	s 📞	
Constritivas sonoras				z	z 📞	
Nasais	m			n	n 📞	
Laterais				l	l 📞	
Vibrantes simples				r		
Vibrantes múltiplas				r		

Exemplos em contexto idêntico ou assemelhado:

copa /p/ gafo /f/ seco /k/ galo /l/ fero /r/ amo /m/
 cabo /b/ gato /t/ cego /g/ galho /l 📞/ ferro /
 cavo / b# /? gado /d/ anho /
 passo /s/ coser /z/ ancho roxo /s 📞/ n 📞/
 paço /ts/? cozer /dz/ ? anjo beijo /z 📞/

Confrontando este quadro para a primeira fase do português arcaico com o do português contemporâneo, observa-se a presença de uma bilabial constritiva sonora /b#/ , interrogada, e a ausência da labial constritiva sonora /v/; observa-se também a presença de africadas alveolar surda e sonora /ts/ e /dz/ , interrogadas, e de africadas palatais surda e sonora /tʃ/ e /dʒ/ , esta última também interrogada, todas ausentes do contemporâneo e, a par dessas estão as constritivas alveolares e palatais surdas e sonoras /s/ , /z/ , /sʃ/ , /zʃ/ , como no contemporâneo.

Vou me centrar nessas situações em que se distinguem o galego-português do português que usamos.

- a. A pergunta que coloquei anteriormente – haveria uma oposição /b/ : /v/ no português arcaico – se deve ao fato de não ser consensual a existência dessa oposição. C. Maia (1986:474-485), na sua detalhada análise da documentação galega e do norte de Portugal dos séculos XIII ao XVI, conclui pela posição de que a perda da distinção /b/ /v/ /b#/ < lat. b-, -p-, -bb-, Cb; /v/ < lat. u-, -u-, -f-, -b-: *boca* < *bucca*, *cabo* < *caput*, *sábado* < *sabbatu*, *ambos* < *ambos*, *vento* < *uentu*, *cavo* < *cauo*, *proveito* < *profectu*, *dever* < *debere*) é “um traço muito antigo” (pág. 481) e Cintra, dos mais completos hispanistas da atualidade, considera a perda da oposição etimológica inovação relativamente tardia. Expõe essa posição em estudo no qual discute o centro-sul, em que a oposição é feita e de onde foi transplantada para o português brasileiro (cf. Maia 1986:480). Paul Teyssier (1982:26), em um quadro do sistema consonântico da primeira fase do português arcaico coloca os fonemas /b/ e /v/; está assim em posição diferente da de Maia que, em quadro equivalente (1986:502), apresenta os fonemas /b/ e /b#/ , e não /v/. Cintra e Teyssier se encontram e diferem de C. Maia.

Não há desacordo quanto ao fato de que nos falares moçárabes centro-meridionais se fazia a oposição /b/ : /v/ e é com base nisso que C. Maia defende que essa característica do centro-sul moçárabe veio a se manter na variante que é a base do futuro dialeto padrão de prestígio, que começou a se definir no eixo Coimbra/Lisboa a partir, provavelmente, de D. Dinis (†1325).

Diante desses dados se pode dizer que a oposição que veio a ser prestigiada vem do sul para o norte e que a perda da oposição etimológica, uma mudança antiga no noroeste peninsular (o primitivo galego-português), que se tornou consistente na sua área de origem – o galego e o português regional setentrional ainda hoje neutralizam a oposição etimológica – foi brecada pela característica que se tornou própria à norma urbana e culta.

Os gramáticos do século XVI são os melhores informantes para fundamentar esse argumento: F. de Oliveira, em 1536, na sua descrição das consoantes distingue o que hoje se classifica de oclusiva bilabial sonora do que hoje se classifica como a sonora homorgânica de /f/, isto é, o /v/. Duarte Nunes de Leão, em 1576, é claro ao marcar o carácter regional da “confusão” b/v dos falares do norte:

o que muito mais se vee nos Gallegos, & em alguns Portugueses dentre Douro & Minho que por *võs* & *vosso*, dizem *bos* & *bosso*, & *por vida*, disem *bida*.

E quase todos os nomes, em que há *u* consoante mudão em *b* (Maia 1986:476).

Se a questão fica clara para a variante padrão do português do século XVI e para o regional, graças aos informes dos gramáticos citados, ela não é assim tão clara para o período arcaico, tanto que Teyssier propõe a o posição /b/ : /v/ com base no que segue:

Em algumas palavras encontramos regularmente *b*: *bem*, *saber*, *cabo*; em outras, sistematicamente, *v*: *valer*, *vida*, *travar*. Os casos de hesitação gráfica entre *b* e *v* existem, mas num número reduzido de palavras (1982:27).

C. Maia, por sua vez, ao destrinchar a grafia de 168 documentos seriados da Galiza e do Entre-Douro-e-Minho português conclui que na fase primeira galego-portuguesa haveria uma oposição /b/: /b#/, embora de base foneticamente frágil, que distinguiria (*cabo* , lat. *caput de cavo* lat. *cauo*) e no final do

português arcaico, nesta mesma área, a oposição já se neutralizara em proveito de uma articulação bilabial e não labiodental (1986:504).

A sua argumentação se baseia na variação gráfica <v,u>, - *arbore* por *árvore*, *nobenta* por *noventa*, *libre* por *livre* etc. já existente nos documentos mais antigos e que cresce nos mais recentes, incluindo aí as grafias inversas em que aquilo que deveria estar com *b* aparece com *v* – *veesta* por *beesta*, *vancos* por *bancos*, *vem* por *bem* etc. Além do argumento gráfico a autora joga com a dialeção hispânica histórica, que favorece o ponto de vista de que é o substrato moçárabe do centro-sul da península Ibérica que reforça a oposição etimológica que será dominante apenas na área portuguesa, mas não nas outras variantes românicas do centro-sul da península Ibérica.

Para concluir podemos então dizer quanto à questão colocada: na fase galego-portuguesa, ou seja, na primeira fase do português arcaico, no noroeste peninsular, haveria uma oposição entre bilabial oclusiva e bilabial constrictiva (/b/ : /b#/), que convivia com os dialectos portugueses do sul em que se faria a oposição bilabial oclusiva e constrictiva labiodental (/b/ : /v/). Na segunda fase, a oposição /b/ : /b#/ teria desaparecido nos dialectos setentrionais, neutralizando, portanto, os resultados históricos do /b/ e do /v/ que se mantêm nos dialectos centro-meridionais, pelo reforço do substrato moçárabe. Esta última situação configura o dialeto padrão português, pelo menos desde o século XVI e marca até hoje como regional e estigmatizada a neutralização já realizada desde o período arcaico nos dialectos do norte.

Em outras palavras: no período arcaico haveria duas áreas dialetais, a setentrional em que uma mudança em curso levou à fusão dos fonemas históricos /b/ e /v/ e a meridional em que a oposição /b/ e /v/ se manteve e fez recuar a mudança nortenha já que o dialeto padrão prestigiado, estabelecido nessa área, impediu a difusão da mudança que vinha do norte. Para confirmar esse ponto de vista seria necessário analisar o problema em documentação seriada do Douro para o Sul, como fez C. Maia do Douro para o Norte.

- b. A questão colocada em b se refere à existência ou não de africadas sibilantes (/ts/ e /dz/) e palatais (/tsʲ/ e /dzʲ/) no período arcaico. Começemos pelas últimas.

Retomando alguns dados já colocados (“Lenizações, etc” itens *a* e *c*):

A africada palatal surda /tsʲ/ provém da palatalização facultativa de seqüências constituídas de /CI/, tanto no início como no interior da palavra: *plaga* > *chaga* > *implere* > *encher*, *clamare* > *chamar*, *flamma* > *chama* > *afflare* > *achar*. Desde os primeiros documentos escritos em português, à seqüência latina corresponde o dígrafo românico <ch>. Ela não se confundia com a grafia da constrictiva palatal representada por <x> e proveniente do latim <-ssi-, -sse->, como em *russeu* > *roxo*, *bassiu* > *baixo*.

Fernão de Oliveira faz a distinção da pronúncia <ch> da de <x> (1536 [2000]:97) e também Duarte Nunes de Leão, em 1576. Só no século XVII (Teyssier 1982:53) é que começam a se confundir as grafias de <ch> e <x>. Esses dados históricos permitem dizer que a africada /tsʲ/ não se confunde com a que, em grande parte das províncias do Norte, em variantes regionais arcaizantes, a antiga oposição /tsʲ/:/s/ ainda se mantém. Os estudos de dialectologia portuguesa contemporânea traçam os limites dessa isoglossa.

Esses fatos permitem portanto dizer com segurança que, no período arcaico, havia no sistema uma africada palatal surda.

Já a questão da africada palatal sonora é mais difícil de ser situada no tempo da língua. São as seqüências latinas constituídas de oclusivas sonoras e vogal/semivogal palatal – /-diʲ/, /-giʲ/, /g^{ei}/ – o seu étimo: *video* > *vejo*; *spongia* > *esponja*; *gente* > *gente*. A par da africada palatal /dzʲ/ havia a

constritiva palatal /zʃ/ do latim /i9V/ e /-si9-, -se-/ , como em *iam* > *já*, *ieiunu* > *jejum*, *basiu* > *beijo*, *caseu* > *queijo*.

Ao contrário do que ocorre com <ch> e <x> a grafia medieval embora prefira o <i, y, j> para representar a constritiva também utiliza o <g>. Assim aparecem no período arcaico os grafemas <gⁱ, yy, gh, i, j, y e g> na grafia de palavras cujos étimos justificam constritivas e africadas. Por via da análise da escrita é portanto difícil afirmar se haveria uma articulação africada sonora no período arcaico.

No seu quadro de consoantes da primeira fase do período arcaico, C. Maia (1986:502) apresenta o fonema seguido de interrogação e no quadro que propõe para a segunda fase do período arcaico (1986:504) ela já não ocorre. Teyssier usa outro recurso, parece-me, para indicar uma variação fonética [dzʃ] ~ [zʃ], coloca entre parênteses o segmento oclusivo da africada “/(d)zʃ/”.

A descrição de Fernão de Oliveira é nítida no sentido de que não há diferença articulatória do que era grafado com *j* e *g*:

[j] a sua pronúncia é semelhante à do *xi*, com menos força. E esta mesma virtude damos ao *g*, quando se segue depois dele *e* ou *i* (1536[2000]:97).

Assim se pode admitir que em 1536 no dialeto padrão não haveria oposição entre /dz/ e /z/. O *terminus ad quem*, ou seja, o limite final, pode ser por isso sugerido. E o *terminus a quo*, ou seja, o a partir de quando?

C. Maia (1986:472) apresenta um argumento forte para o fato de que já no século XIII se processava a perda da africada palatal em proveito da fricativa. Observou que em documentos galegos do século

XIII e XIV aparecem representados por <x> e não por <ch> palavras que etimologicamente seriam no português /dz/ primeiro, depois /z/: *sexo, Tereixa*; e conclui seu argumento:

Pode ter-se como altamente provável que, no séc. XIII, já se tinha iniciado o processo de transformação da africada pré-palatal sonora em fricativa: o resultado do ensurdecimento é [s] e não [ts], como seguramente aconteceria se a consoante tivesse ainda carácter africado.

Vale lembrar, apenas de passagem porque ultrapassa os objetivos deste livro, que o sistema galego correrá numa direção diferente do português quanto às palatais sibilantes: virá a perder completamente a sonora, processo que se teria iniciado pelo menos no século XIII, como o fato acima descrito indica.

Esses poucos indícios permitem apontar que a perda desta africada se iniciou já no século XIII e estava concluída, pelo menos no padrão lisboeta, quando o primeiro gramático da língua descreve as suas consoantes.

Enquanto a africada palatal surda permanece firme mesmo no dialeto padrão até, pelo menos, fins do século XVI e a correspondente sonora começa a desaparecer no século XIII e já não ocorre no dialeto padrão em 1536, que terá acontecido com as africadas dento-alveolares /ts/ e /dz/?

Relembrando alguns dados já colocados antes: da história do latim para o português resultam as sibilantes /s/ e /z/ que provêm, respectivamente, do /s/ (<s-, -ss-, -s->), como *sine* > *sem*, *passum* > *passo*, port. /s/; *consuere* > *coser*, *rosa* > *rosa*, port. /z/. Esses elementos são os que no quadro estão qualificados articulatoriamente de constritivas alveolares. A par dessas, que acusticamente se classificam de sibilantes fricativas, havia as sibilantes africadas que, no padrão, estão qualificadas de africadas alveolares. Estas provêm do /ti9/, /di9/, /ki9/, /k^e.i/, como vimos no item a de “Lenizações, Consonantizações”, por exemplo: *palatium* > *paço*, *audio* > *ouço*, *pretiare* > *prezar*, *facio* > *faço*, *civitate* > *cidade*, *centum* > *cem*. Chamando a atenção para o quadro do português padrão atual se

verifica que ali estão apenas duas sibilantes /s/ e /z/ que resultam, como veremos, da fusão do /ts/ e /s/ e do /dz/ e /z/.

Na p

rimeira fase do português arcaico parece fora de dúvida: Teyssier não vacila no seu quadro (pág. 26) em colocar /ts/ e /dz/ a par de /s/ e /z/ e à página 49 e ss., quando analisa a evolução do sistema das “sibilantes”, diz:

O galego-português medieval possuía, como vimos, os quatro fonemas /ts/ (ex.: *cem*), /s/ (ex.: *sem*), /dz/ (ex.: *cozer*) e /z/ (ex.: *cozer*). Por volta de 1500, as duas africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial, mas a oposição entre os dois pares de fonemas continuava a manter-se, porque o seu ponto de articulação não era o mesmo (1982:49).

O ponto de articulação referido é descrito pelos historiadores da língua como predorsodental para as resultantes das africadas /ts/ → /s̄/ e /dz/ → /z̄/ e ápico-alveolar para as outras duas /s̄/ e /z̄/

C. Maia no seu quadro para a primeira fase do português arcaico indica já o “/ts/ → /s̄/” e o “/dz/ → /z̄/”, além do /s̄/ e do /z̄/; no quadro para a fase final apresenta as quatro sibilantes constrictivas.

Estão de acordo os dois autores. O problema que não está resolvido é o do momento em que se perdeu o traço oclusivo das africadas. E. Gonçalves e M. A. Ramos (1983:103) dizem com propriedades que “se ignora, em rigor, quando se verifica a transformação da africada, com subsequente desenvolvimento da fricativa sibilante, não se sabendo se teriam vitalidade na língua medieval”. C. Maia admite que na área galega desde o século XIII já começava a desaparecer a realização africada pelo menos na surda, como sugerem grafias de documentos galegos (1986:454).

É certo que na descrição de Fernão de Oliveira (1536 [2000]:96-97) estão distinguidos quatro elementos sibilantes, o que dá base à afirmativa de Teyssier. É certo também que os dois primeiros gramáticos nada informam sobre “confusões” ortográficas entre sibilantes de origens diversas,

enquanto os do fim do século XVI, Duarte Nunes de Leão e P. M. de Gândavo, atestam as confusões ortográficas que já se processavam nos fins do século XVI.

A grafia da documentação não dá indícios seguros para acompanhar a perda das africadas sibilantes, mas permite, com segurança, demonstrar que havia quatro fonemas sibilantes no período arcaico.

Nos documentos mais antigos, em geral, há uma razoável sistematicamente na representação delas. Simplificando a questão gráfica, que é mostrada com detalhes em C. Maia (1986:438-468), se pode dizer que as africadas depois predorsodentais constrictivas são representadas, em geral, por <c^{e.i}, ç^{a.o.u}>, se surdas e por <z>, se sonoras; e as ápico-alveolares constrictivas por <s-, -ss-, -s->, conforme o quadrinho já clássico para demonstrar o problema, adaptado de Teyssier (p. 50):

	predorsodentais	ápico-alveolares
su	cem /ts → s̄	sem /s̄
so	paço cozer /dz → z̄	passo coser /z̄

Outros sinais gráficos eram utilizados, embora menos usuais, como o *s* visigótico, o sigma grego, o *ti* e o *ci*, da grafia latina e que reflectem o seu étimo.

Essa situação ideal para demonstrar as quatro sibilantes é documentada nos textos mais antigos e conservadores. Cintra (1963:72-75), em artigo já clássico sobre a questão, demonstra as “confusões” gráficas que observou em documentos não-literários portugueses e que lhe permitiu defender que elas começam em documentos dos arredores de Lisboa e do sul de Portugal desde os finais do século XIII. Com mais dados C. Maia aprofunda a questão e fornece novas informações sobre o problema, que não

desmentem Cintra. Informa, por exemplo, que, contrariamente aos documentos do norte de Portugal que são conservadores na representação das quatro sibilantes, os da Galiza já desde o século XIII indicam “confusões” ortográficas que sugerem que a perda do sistema de quatro elementos começa a se reflectir nos documentos galegos. C. Maia ainda informa que se pode admitir que é na posição implosiva final de palavra que a realização dos quatro elementos começa a perder-se, uma vez que desde o século XIII há oscilação gráfica nessa posição entre s, z e x. Essa afirmativa envolve o fato de que a palatalização da sibilante final já se pode supor que começasse a existir em momento recuado e não só depois do século XVI como afirmaram filólogos de grande peso, como I. S. Révah, S. S. Neto e C. Cunha (1986:462).

Nos fins do século XVI, Gândavo, na sua *Ortografia* de 1574, parte em guerra contra as “confusões” gráficas (cf. Teyssier 1982:30) entre as possibilidades de representar as sibilantes e também Nunes de Leão, em 1576. Esse dado é importante porque se pode contrapô-lo aos gramáticos da primeira metade do século XVI, que não mencionam o problema.

Que se pode tirar disso tudo? Enquanto a grafia se mantém sistemática conforme o quadrinho anterior, se pode deduzir que já perdidas as africadas havia duas constrictivas, surdas e sonoras, representadas por <c^{e,i}, ç^{a,o,u}, z> e duas outras, também surdas e sonoras, representadas por <s-, -ss-, -s->. Quando começa a ficar documentada a variação nas grafias de um mesmo vocábulo – ora com s ora c, se pode inferir que o traço distintivo que opunha as duas surdas e as duas sonoras – a predorsodental e a ápico-alveolar – estava em processo de mudança. E parece que é isso que ocorre, de Lisboa para o Sul, desde o século XIII e está no dialeto padrão dos fins do século XVI. E as variantes setentrionais?

Vale lembrar, de passagem embora, que o processo de mudança das quatro sibilantes no galego segue um caminho distinto do português. Perde-se o sistema de quatro sibilantes, mas também se perdem as sonoras, ficando o sistema galego oriental constituído de uma interdental surda /T/, provinda das antigas africadas, e de uma alveolar também /s/, como o do castelhano. Esse sistema convive com outro

constituído de apenas uma surda /s/, em geral, predorsodental. O sistema de quatro sibilantes ocorre em áreas que confinam com as áreas conservadoras dos dialetos do norte de Portugal.

Quanto a esses últimos, interessa muito saber, no que se refere a esse aspecto das consoantes no período arcaico, que, na sincronia atual, os dialetos rurais mais conservadores do norte e nordeste de Portugal mantêm até hoje o sistema arcaico de quatro sibilantes, enquanto o padrão, como vimos – e daí na área centro-norte um sistema que seleccionou o traço ápico-alveolar – o chamado “s beirão”, isto é, das Beiras portuguesas-tanto surdo como sonoro.

Esse dado dialetal contemporâneo é um argumento significativo para a história do passado porque, aí, a sincronia atual reflete estágios diacrônicos conviventes hoje: a variação diatópica atual espelha a mudança diacrônica.

Analisados esses dois problemas centrais – o da oposição ou não /b/ : /v/ e o das africadas – que permeiam o sistema do português arcaico em relação ao moderno – se pode propor um novo quadro para as consoantes que represente a situação ao findar o período arcaico, tomando como base o que ocorreria no dialeto padrão português ao iniciar-se o seu período moderno:

Ponto de articulação	Labiais	Labiodentais	Dentais	Alveolares		Palatais	Velares
				predorsodentais	ápico-alveolares		
Modo de articulação							
Oclusivas surdas	p		t				k
Oclusivas sonoras	b		d				g
Africadas surdas						ts 	
Africadas sonoras							
Constritivas surdas	b#↔	f		s7	s8	s 	

Constritivas sonoras				z7	z8	z ^h	
Nasais	m			n		n ^h	
Laterais				l		l ^h	
Vibrantes simples				r			
Vibrantes múltiplas				r r ^h			

Cabe numa breve observação, para finalizar essa caracterização das consoantes no período arcaico: as vibrantes /r/ e /r^h/ (do lat. /-r/ e /-rr-/) simples e múltipla eram assim ainda na descrição de Fernão de Oliveira. O nosso primeiro gramático apresenta uma demonstração expressiva da oposição em 1536:

Pronuncia-se o r singelo com a língua pegada nos dentes queixaes de cima, e sai o bafo temendo na ponta da língua. Do rr dobrado, a pronunçiação é a mesma que a do r singelo, senão que este dobrado arranha mais as gengivas de cima, e o singelo não treme tanto (1536 [2000]:97).

A posteriorização da vibrante múltipla, que marca os dialetos contemporâneos do português, como disse ao iniciar esse estudo das consoantes, só começou a atuar, parece, nos fins do século XIX. Segundo Gonçalves Viana, primeiro foneticista moderno do português, em trabalho de 1883, era essa realização posterior variante individual. Já em trabalho de 1903, afirma o mesmo autor que essa realização se difunde e faz recuar nas cidades a vibrante múltipla. Hoje é geral em Lisboa e largamente adotada no resto do país (Teyssier, 1982:65). No português brasileiro é a posterior, com variados modos de realização, a mais generalizada.

Esse breve excurso final, confrontando com as mudanças antes estudadas, vale como um exemplo do inesperado e variado ritmo na implementação e difusão de mudanças lingüísticas.

No caso da história das consoantes do latim ao português, vimos aquelas que atravessam séculos e não estão concluídas no diassistema do português. É o caso da mudança de quatro para duas sibilantes e da africada palatal surda para a constrictiva correspondente. Outras consoantes permanecem durante séculos estáveis, começam então a mudar e se difundem com rapidez, como no caso da vibrante anterior múltipla para as realizações posteriorizadas e não-vibrantes.

Na análise do sistema consonântico antes apresentada me limitei ao já publicado no meu livro de 1991. Completarei, no que se refere às sibilantes, com dois trabalhos recentes, ambos de 2003: um Clarinda de Azevedo Maia e outro de Esperança Cardeira .

O de Clarinda Maia, intitulado *Para a história dos sibilantes em português: algumas reflexões sobre a cronologia da mudança fonológica* (2003:783:791), apresenta, principalmente, uma preocupação teórico-metodológica. Diz a autora, no item 1:

Identificaremos alguns problemas – uns decorrentes dos próprios textos, e da sua interpretação, e da dificuldade em combinar as informações textuais directas e indirectas, e outros, provenientes da própria natureza da mudança, entendida como um “processo”, com implicações estruturais e sociais, cuja complexidade em fases pretéritas é difícil de captar e reconstituir (p. 783).

No item 2 resenha o que, sobre o assunto, escreveram Fernão de Oliveira, Pêro Magalhães de Gândavo, Duarte Nunes de Leão, L. F. Lindley; Paul Teyssier (p.784-788):

Não pode hoje continuar a estabelecer-se uma cronologia linear e unidimensional, que se limite a um mero registo no tempo de mudanças já ocorridas, à semelhança do que se praticava na gramática histórica de feição neogramática, onde apenas havia lugar para substituições de formas no tempo: aí, o estabelecimento da cronologia de um fenómeno histórico identificava-se com a fixação do limite inicial de uma inovação ou com a fixação do limite final do fenómeno antigo que foi abandonado na língua escrita. Por outras palavras, tratava-se de identificar a primeira abonação de um fenómeno de inovação ou a última de um fenómeno substituído por outro e que, portanto, desaparece, pelo menos da língua escrita. Saliente-se, contudo, que mesmo se pretende levar a bom termo o estabelecimento do limite inicial e final de uma mutação fonético-fonológica, essa tarefa encerra grandes dificuldades decorrentes da necessidade de determinação da fiabilidade filológica da documentação, quer no plano da sua transmissão textual, quer no plano das edições disponíveis.

Na nossa perspectiva, o tratamento da questão da cronologia de mudanças ocorridas em fases pretéritas tem que articular-se como o conhecimento do modo como se opera a mudança idiomática, dos seus reais mecanismos. Da reflexão teórica até este momento empreendida e da observação empírica de fenómenos de

mudança em curso tomou-se consciência de que a mudança idiomática é um *processo* extremamente complexo, sendo particularmente demorada a sua difusão social, ou seja, a sua generalização na comunidade.

Ao longo dessa fase deve determinar-se quando e como uma inovação individual se generalizou numa região ou quando alcança extensão geral em toda a comunidade, freqüentemente, durante muito tempo, em convivência (individual e social) com as variantes mais antigas. Além disso, como de forma muito precisa foi salientado por Frago Gracia ao estudar o chamado reajuste fonológico do espanhol moderno, “la sistematización del cambio se habrá visto precedida talvez de alteraciones y confusiones fonéticas que a la postre la harían posible e la exigirían.”

Antes da fixação da ortografia a partir do século XVI, os desvios grafêmicos em relação aos usos tradicionais podem ser o reflexo de uma mudança fônica; esses desvios ocorrem com mais frequência em escribas ou notários semi-cultos do que nos mais cultos que exerciam a sua actividade escrituraria no *scriptorium* régio ou nos *scriptoria* conventuais, onde actuava em modelo, tanto ao nível lingüístico como ao nível das tradições gráficas.

O facto de não serem recuperáveis exemplares fidedignos da língua oral de fases pretéritas não permite confirmar de forma irrefutável a interpretação das grafias desviantes. Mas, desde que analisados com sentido crítico, os equívocos surgidos na prática escrituraria de escribas e notários, sobretudo os que ocorrem em textos originais oferecem uma evidência documental que não só não pode desprezar-se como pode ser valiosa (p. 789).

No item 4, o último, apresenta o que segue:

Após estas considerações de natureza teórico-metodológica, voltemos à história do sistema de sibilantes e, de modo particular, à questão da cronologia da mudança do sistema medieval de quatro fonemas.

As observações feitas ao longo desta comunicação ajudam a compreender por que razão não coincidem as informações de Fernão de Oliveira com as Duarte Nunes Leão e de Pero de Magalhães de Gândavo, contribuindo, ainda, para articular, com coerência histórica, os dados textuais recolhidos da documentação não literária e atrás apresentados com as informações dos gramáticos e ortógrafos referidos.

Apoiando-nos nos dados textuais não temos dúvida de que, pelo menos a partir da segunda metade do século XIII, na área meridional de Portugal, os falantes tinham começado a não estabelecer a distinção entre sibilantes predorsais e apicais e que, ao chegar ao século XV, a língua oral do Sul do País deveria apresentar em estado muito avançado o processo de neutralização fonológica dos dois tipos de fonemas. A partir da zona meridional, a mudança fonético-fonológica difunde-se geográfica e socialmente. No entanto os trinta e tantos anos que medeiam entre os textos de carácter gramatical de Fernão de Oliveira e de Duarte Nunes de Leão e Pero de Magalhães de Gândavo não parecem suficientes para explicar a diferença de informação que proporcionam e a explicação aduzida de Paul Teyssier. A falta de coincidência entre a descrição fornecida pelo primeiro gramático da língua portuguesa e os comentários apresentados pelos ortógrafos nos seus compêndios de ortografia pode dever-se à perspectiva mais descritiva do primeiro em relação à orientação mais prescritiva dos segundos e, ainda, ao facto de fazerem referência a diferentes “variedades” da arquitetura da língua, a língua comum ou o português exemplar em Fernão de Oliveira, ou, nos segundos, a observação do uso lingüístico dos falantes. O certo, porém, é que um quarto de século antes de terminar o século XVII, “a mais da gente, & não soa a vulgar” confundia a grafia dos fonemas predorsais e apicais como consequência da indistinção da pronúncia. Com esta opinião é concordante o testemunho & viciosos” e “corrompem a verdadeira pronúncia”, exemplificando em primeiro lugar com as confusões que se verificam no domínio das sibilantes.

Não obstante a grande frequência do fenómeno, em finais do século XVI a não distinção entre as sibilantes predorsais e as apicais era ainda condenada pelos gramáticos como um vício de linguagem. A análise a empreender das atitudes dos gramáticos e ortógrafos subsequentes fornecerão a chave para

acompanhar o processo de ascensão normativa do novo sistema de sibilantes com apenas dois fonemas predorsais. A mudança do gosto lingüístico, que se traduz em mudança na norma, pode captar-se através dos juízos avaliativos – a passagem de juízos negativos a juízos positivos – que sobre a mutação fônica em apreço fizeram os gramáticos e ortógrafos dos séculos seguintes. Isso será tema de estudo para outra ocasião (p. 790-791).

Esperança Cardeira, no estudo antes referido e intitulado, Alguns dados sobre o sistema de sibilantes do português (2003:129-145), depois de descrever o sistema de sibilantes do galego-português, apresenta, com base na classificação dos dialetos portugueses de L. F. Lindley Cintra, a utilização que ele faz para traçar fronteiras dialetais dessas sibilantes e afirma em seguida:

A simplificação das sibilantes deverá ser perspectivada dentro de um complexo conjunto de mudanças em que se inserem a inexistência de sibilantes sonoras no galego, a palatização da sibilante em contexto final ou de sílaba travada e, ainda, a neutralização da oposição entre a africada palatal surda /tʃ/ e a fricativa /ʃ/, um amplo e longo processo que resultou da instabilidade do antigo sistema. Enquanto esperamos por um trabalho fundamentado em documentação e proveniência diacrônica, diatópica e diafásica diversificada que venha clarificar este conjunto de mudanças, estas breves notas pretendem, apenas, contribuir para a análise do processo de neutralização da oposição entre predorsodentais e apicoalveolares (p. 130).

Quanto ao processo de neutralização se refere às propostas de Clarinda Maia, Evanildo Bechara, Paul Teyssier. A propósito de onde começou a neutralização se refere à Clarinda Maia e Ramón Lorenzo diz:

A posição de R. Lorenzo, admitindo a existência de vários subsistemas de sibilantes durante a época medieval difere da hipótese proposta por Cintra e por Teyssier: enquanto esta coloca a origem da simplificação do sistema e no português meridional, aquela aceita o surgimento de focos de mudança que poderiam ter-se localizado em dialectos diversos (p. 132).

Em seguida explicita o que entende por “simplificação do sistema de sibilantes e o *corpus* em que pesquisa a questão:

De que falamos quando nos referimos à simplificação do sistema de sibilantes do português? De dois diferentes estádios de mudança: um primeiro, que consistiu no apagamento do elemento oclusivo da africada; um segundo, que se traduz pela redução do sistema a dois elementos (predorsais ou apicoalveolares). Desse primeiro momento, as grafias não dão testemunho. A redução das sibilantes implica uma fase – teoricamente anterior – de desafricamento, mais pode também imaginar-seum processo simultâneo de perda do elemento oclusivo e neutralização da oposição entre dorsais e apicais. De qualquer modo, é apenas esse momento de redução do sistema que as confusões gráficas atestam. Não parece, pois, viável verificar a origem dialectal do

desafricamento. O(s) foco(s) em que a neutralização tem origem são, por outro lado, passíveis de observação em documentos de proveniência geográfica diversificada. Um conjunto de documentação que pode servir este objectivo é o acervo documental recentemente editado por Ana Maria Martins. Trata-se de uma edição, extremamente fiel, de uma colecção de documentos notariais de mosteiros das regiões do Noroeste e de Lisboa (arrendamentos, aforamentos, vendas, câmbios, partilhas, doações, testamentos, procurações, sentenças, etc.). Que foram produzidos no Douro litoral (Mosteiros de Vilarinho e Moreira) e no Vale do Tejo (Mosteiro de Chelas), entre os séculos XIII e XVI, num total de 218 documentos distribuídos de forma equilibrada no eixo temporal e por área geográfica. Nesta documentação procede a recolha dos casos de oscilação gráfica entre <s, ss> e <z, c, ç> passíveis de serem interpretados como exemplos de neutralização, nos nomes comuns, em início de sílaba e em final absoluto ou de sílaba (p. 132).

Apresenta, em seguida, quatro quadros, respectivamente, dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, com dados depreendidos na documentação referida, separando os dados da documentação do Noroeste daqueles de Lisboa. Depois de cada quadro tece detalhados comentários sobre as grafias das sibilantes, nas diferentes posições silábicas. (p. 133-139)

Apresentarei a seguir as conclusões da autora:

Da observação destes dois conjuntos documentais, que se estendem ao longo de quatro séculos relevam alguns pontos merecedores de atenção.

1. A comparação entre a frequência de casos de instabilidade gráfica entre sibilantes nos documentos provenientes do Noroeste português e aqueles de origem meridional não revela diferenças significativas.

No século XIII estes exemplos são ligeiramente superiores nos documentos de Lisboa mas no século XIV é na documentação do Noroeste que esse valor sobe, para logo decrescer nos dois conjuntos documentais durante o século XV. Curiosa é a disparidade entre os totais observados no século XVI: apenas 6 casos de confusão gráfica nos documentos da região de Lisboa frente a 25 nos documentos do Noroeste. Não podemos afastar a hipótese de que esta diferença se deva à pequenês da amostra que totaliza apenas cerca de 10 documentos para cada uma das regiões.

Só a observação de um conjunto mais alargado de documentos poderá vir a mostrar se a neutralização das oposições entre sibilantes se revela, de facto, mais significativa em alguma região portuguesa num dado momento. O que a observação desta amostra indica é a existência, desde cedo, de uma instabilidade generalizada num sistema de sibilantes que se expressa graficamente quer na documentação de Lisboa quer na do Noroeste. Ou seja: se a região de Lisboa foi um foco de neutralização, então o Noroeste também o foi.

Lembremos que em ambas as regiões se encontra actualmente neutralização: os documentos do Noroeste situam-se no Douro litoral e representam a variedade do português m que ocorre redução do sistema a duas apicoalveolares; os de Lisboa integram o grupo dos dialectos centro-meridionais, com redução do sistema a duas predorsodontais. O facto de não encontrarmos na documentação medieval diferenças significativas indica que a evolução do sistema, materializada na sua redução, teria ocorrido simultaneamente em ambas as regiões.

A distinção fonológica entre dois pares de sibilantes de articulação tão próxima seria de difícil manutenção: Assim, cedo, teriam surgido focos de neutralização, atestados pela instabilidade gráfica presente na documentação notarial do século XIII.

2. Embora o número de exemplos de confusão gráfica entre sibilantes não seja elevado, nunca chegando, em nenhum dos séculos observados, a atingir um total de 40, mantém-se estável durante os séculos 13 e 14 nos dois conjuntos documentais, sem que se verifique diferença significativa entre documentos do Noroeste e de Lisboa. No século XV a ocorrência de casos de instabilidade gráfica diminui. Tal facto pode, naturalmente, dever-se à correspondente diminuição do número total de documentos observados referentes a esse século. Não será, no entanto, de afastar a hipótese de que neste século o início da fixação e uma norma linguística (e gráfica), a par de uma crescente influência do texto literário, possa ter contribuído para a diminuição da instabilidade gráfica: sem que o processo de mudança tenha estagnado, a sua expressão gráfica pode ter diminuído devido a uma maior pressão do texto literário sobre o texto notarial.

Assim, os exemplos de confusão gráfica entre sibilantes que registámos na documentação notarial observada encontram paralelo em oscilações como as Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989:91-94) verifica no texto no século XIV, *Diálogos de S. Gregório: aceso ~ acezo, cïsa ~ cïza, bravesa ~ braveza, preses (= preces) e simples ~ simplez, simplezes*. É marcante, diz esta autora, a raridade da variação no conjunto dos dados. As oscilações existem, mas são raras. No *Livro das Aves*, também no século XIV, por outro lado, não se registam casos de confusão entre sibilantes. Como explicar a disparidade de dados fornecidos por textos literários e notariais? É possível que a quase ausência de irregularidades gráficas nos textos literários seja testemunho da presença do modelo etimológico no espírito mais culto (isto é, mais conhecedor do latim) de quem escreve.

Também da observação de documentos literários do século XV releva a ausência de variação gráfica: no *Livro de Esopo*, no *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)* e nas *Vidas de Santos (Collecção Mystica de Fr. Hylario da Lourinhã)* não registámos oscilação na representação das sibilantes. Pelo contrário, em documentação não literária, observa-se instabilidade, em documentação de proveniência diatópica diversa, desde cedo: nos *Documentos Históricos da Cidade de Évora* ocorrem desde 1355 formas como *fazer, veses, vesinhos, juises* (Cardeira 1999:81); nas *Actas das Vereações de Loulé* observamos grafias como *sinquo, nececidade, lousseiro (=louceiro), geraez*, entre 1384 e 1408 (Cardeira e Fernandes 1997:62) e, também em documentos portugueses de Montederramo, R. Lorenzo (1997) encontra oscilação gráfica na mesma época. Os exemplos multiplicar-se-ão, certamente, se alargamos a amostra mas estas observações fundamentaram já a hipótese da coexistência de uma norma culta escrita e de um processo de neutralização em curso, processo que só se completará, contudo, quando penetrar na norma culta. Só a observação de uma amostra mais alargada poderá, também, vir a confirmar a aparente aproximação entre a documentação literária e não literária no respeito gráfico pela etimologia das sibilantes, durante o século XV.

A centralização do poder político no eixo Lisboa-Coimbra-Santarém-Évora, a partir dos séculos XIV-XV, coloca a futura elaboração da norma linguística na área dos dialectos centro-meridionais. Se nesta área o sistema de sibilantes se reduz às predorsodontais, então a norma em constituição esquecerá as apicoalveolares, transformando-as em traço característico dos dialectos setentrionais. No finais do século XVI, os testemunhos de gramáticos como Nunes de Leão ou Gândavo mostram que a neutralização estava já instalada no português comum mas, afirma Teyssier (1982: 51), “a língua escrita esforça-se em a manter a ortografia antiga”. A língua escrita de cariz literário ou, pelo menos, a língua escrita culta, parece ter-se “esforçado” no sentido de manter a antiga distinção gráfica. Ainda assim, a variação gráfica que ocorre no *Livro das Obras* de Garcia de Resende (Verdelho 1994: 681-686) mostra que a instabilidade na realização das sibilantes presente, certamente, na língua falada, se infiltra já na língua culta e escrita. E em textos menos cuidados, como será o caso dos documentos notariais aqui observados, a emergência da indistinção gráfica materializa a generalização da indistinção fonológica no século XVI quer no Douro Litoral, quer na região de Lisboa (p. 139-143).

Com os dois estudos aqui apresentados, fica, sem duvida, enriquecida a questão do sistema de sibilantes no galego-português e no português no seu período arcaico.

Do que dispus sobre o sistema consonântico, busquei transferir aos leitores interessados.

4. Morfologia Flexional

4.1 Morfologia dos nominais

Mais uma vez começo com um contemporâneo do período final do português arcaico, Fernão de Oliveira que, citando o primeiro gramático da língua latina, informa no Capítulo XLVI de sua *Gramática da linguagem portuguesa*:

Diz Marco Varrão que nenhu)a outra língua tem declinação de casos senão a grega e latina. E esses casos mostram entr'elles o estado das cousas, o qual é diverso segundo os diversos officios dessas cousas: porque hum estado tem este nome homem quando faz, dizendo o homem senhoreia o mundo; e outro estado mui diverso do primeiro tem quando padece, dizendo Deos castiga o homem (1536[2001:149]).

Em termos contemporâneos, no primeiro exemplo *homem* exerce a função de sujeito da sentença; no segundo, é objeto ou complemento do verbo. Se quisermos ser ainda mais atualizados, no primeiro *homem* é o argumento interno e, no segundo, é argumento externo.

Apresento a seguir uma breve memória da complexa mudança que ocorreu do latim para as línguas deles derivadas, entre elas o português, no que se refere à morfologia dos nominais. O latim, como se explicita em termos atuais, quanto aos elementos nominais (substantivos, adjetivos, determinantes do nome), possuía uma morfologia forte e uma sintaxe fraca, isto é, em breves palavras: as funções sintáticas (“os estados” para Fernão de Oliveira) estavam marcadas na flexão nominal, enquanto, nas línguas românicas isso não ocorre, como, sinteticamente veremos a seguir. Aqui, depois da “breve memória”, tratarei do gênero e do número dos nominais e dos determinantes do nome – núcleo do sintagma nominal, os artigos, os demonstrativos e os possessivos.

4.1.1 Breve memória: os nominais do latim ao português arcaico

Basta observar o início do *Testamento de Afonso II* (Mattos e Silva 1991:22-23), primeiro documento oficial, entre os remanescentes, escrito em português em 1214, para podermos afirmar que a rica morfologia flexional do nome do latim padrão ou clássico, que além de marcar o número, o gênero, marcava a função sintática (= caso) do nome na frase, não mais existia.

(1) *a proe de mia molier e de meus filios... fiz* (f.3-4)
(port. contemp.: 'em prol de minha mulher e de meus filhos... fiz')

(2) *mia molier e meus filios... sten en paz* (f.5-7)
(port. contemp.: 'minha mulher e meus filhos... estejam em paz')

Nesses dois exemplos *molier* e *filios* se apresentam quanto à morfologia flexional tal como hoje — *mulher* e *filhos* — embora desempenhem funções sintáticas diferentes: adjunto adverbial em (1) e sujeito em (2); no latim apresentariam o morfema flexional próprio a esses nomes nessas funções sintáticas.

A rica e complexa morfologia flexional dos nomes (substantivos e adjetivos) também dos determinantes do latim passou por um violento processo de simplificação no latim falado do Império Romano, que é a base dos romances, origem das línguas românicas. A romanística tem demonstrado que só os primeiros documentos em galorromance — variante românica com documentação mais recuada — indicam ainda marcas flexionais diferentes para a função sintática de sujeito e complemento direto do verbo.

Esse processo de mudança morfológica, que dentre outros fatores deve ter tido como um dos principais as mudanças fônicas que então ocorriam (a perda do traço de quantidade da vogal, o enfraquecimento de consoantes finais são os mais evidentes), teve como consequência fundamental, não apenas a simplificação da morfologia nominal latina, mas também a reestruturação da frase do latim para as línguas românicas. Nessas as funções sintáticas não mais estão marcadas pela flexão do nome, mas pela ordem das palavras na frase, pelas relações semânticas entre os sintagmas na frase e pelo uso das preposições que, no latim, podiam marcar adjuntos adverbiais, redundantemente, com a flexão adequada e nas línguas românicas marcam, sem a flexão específica, não só os adjuntos

adverbiais, mas as outras funções sintáticas, com exceção do sujeito e do complemento direto dos verbos. Esse interessantíssimo problema de mudança linguística está recentemente discutido por F. Tarallo (1990), caps. 9, 10, 11 e tem sido um dos pontos mais trabalhados por romanistas, desde o século passado.

Decorrente do exposto, na morfologia do nome e dos elementos do sintagma nominal no primeiro período documentado do português, tal como hoje, vão remanescer, como elementos constitutivos: o classificador nominal, vogal temática (VT); a marca não-geral do gênero feminino <a> e a marca geral do número plural < s > .

4.1.2 vogal temática (VT) como classificador nominal

Os nomes no português de hoje, tanto substantivos quanto adjetivos, segundo conhecida análise de Mattoso Câmara Jr. (1975), podem ser classificados, quanto à VT, como nomes de VT < a, o, e > e de VT Ø, também chamados de atemáticos. Essa análise se aplica aos nomes do período arcaico:

VT < a > : *guarvaia*, *alfaia*, *correa*

VT < o > : *mondo*, *amigo*, *desejo*

VT < e > : *morte*, *nome*, *saúde*

(exemplos retirados dos mais antigos textos anteriormente referidos).

Os nomes atemáticos ou de VT Ø são aqueles cujo lexema ou radical no singular terminam pelos fonemas consonânticos /l, r, s, n/, em outras palavras, por líquidas, sibilantes ou nasais, por ex.: *senhor*, *luz*, *paz*, *animal*, *baron*. Nesse tipo de nome a VT vai aparecer na forma do plural (*senhores*, *luzes*, *pazes*, *animaes*, *barões*). Note-se, ainda, que no período arcaico, alguns itens que hoje se incluem no tipo VT < e > , se incluíam no tipo VT Ø, como: *árvor*, *cález* ou *cálix*, *cárcer*, *féver*, *mármor*, hoje: *árvore*, *cálice*, *cárcere*, *febre*, *mármore* (exemplo dos DSG 1989:113).

São também analisados como atemáticos nomes oxítonos terminados em vogal como: *pé*, *pó*, *cru*, *nu*. No período arcaico a sua grafia — *pee*, *poo*, *cruu*, *nuu* revela ainda a VT etimológica que se fundiu à vogal do lexema pela regra fonológica de crase ou fusão de vogais idênticas. Seriam então nomes de

VT explícita. Há nomes, entretanto, no período arcaico que são terminados por vogal acentuada com VT Ø, *fê*, por exemplo.

Vale lembrar ainda que, segundo a análise que estou seguindo, nomes do tipo *amiga, filha, meestra, monja, branca, vermelha* também são do tipo VT Ø, em que o *-a* é o morfema de gênero que, ao acrescentar-se ao lexema, apaga a VT < o, e >, própria ao correspondente masculino.

Por esses fatos pode-se dizer que a classificação dos nomes quanto à VT pode ser a mesma tanto para o português contemporâneo como para o arcaico com diferenças nos itens do inventário, correspondentes aos tipos classificados, como as destacadas anteriormente.

Tal como os verbos são tradicionalmente classificados segundo a VT, podem ser os nomes do português agrupados por esse critério mórfico. As tradicionais declinações nominais das gramáticas pedagógicas do latim não são mais que paradigmas organizados segundo a VT. A análise com base no latim clássico apresenta os nomes classificados em cinco declinações ou paradigmas que, de uma maneira simplificada, pode-se dizer que se identificam pela VT < a, o/u, i/e, u, e >, correspondentes, respectivamente, às declinações da 1ª à 5ª.

A par do processo de simplificação da morfologia de gênero, número e caso, também se simplificou e reestruturou o sistema dos paradigmas nominais, com base na VT, no latim imperial falado, base das línguas românicas: das cinco classes de nomes, o português, como outras línguas românicas, pode ser analisado como apresentando três, de acordo com a VT. Nesse processo de reestruturação se integraram os nomes da 5ª declinação ao padrão da 1ª e da 3ª e os da 4ª aos da 2ª. Fatores decorrentes de semelhanças fônicas e de economia estrutural e funcional participaram desse processo: os nomes da 5ª e da 4ª eram pouco numerosos e tinham sua VT e sua morfologia flexional com características semelhantes às dos paradigmas a que vieram a integrar-se.

4.1.3 O gênero dos nominais

Neste item sobre o gênero dos nominais seguirei os nossos dois primeiros gramáticos e estabelecerei uma relação com a análise estruturalista de Mattoso Câmara Jr. (1975:75-80).

Fernão de Oliveira inicia o Capítulo XLIV, dizendo:

As declinações do gênero são muitas e menos para compreender porque, posto que os nomes acabados em hu)a letra qualquer sejam mais d'hum genero que doutro, não por isso se pode dar regra universal, como nestas duas letras a e o, das quaes hu)a é mais masculina e outra feminina (1536 [2001]:143)

Intui, assim, Fernão de Oliveira que *a* e *o* não marcam, respectivamente, o feminino e o masculino.

Apresenta, em seguida, regras para a formação dos gêneros, que considerarei no decorrer deste item.

João de Barros, como prescritivista, estabelece a seguinte e sintética análise do gênero:

Gênero, em o nome, é u)a distinçám per que conhecemos o mácho da fêmea e o neutro d[e] ambos. Os Latinos conhecem o gênero dos seus nomes uns pela sinificaçám, outros pela terminaçám, dos quâes fazem estes sete gêneros: masculino, feminino, neutro, comum a dous, comum a três, duvidoso e confuso. O Gregos, dádo que tenham éstas diferenças de gênero, conhecem-nô per artigos. Os Hebreo, per artigos e terminaçám. Nós nam sòmente conhecemos o nósso gênero per significaçám, como os Latinos, mas per artigo, como os Gregos.

As régras do quá sam as seguintes:

Todo nome que per sexo é conhecido, per ele será mácho ou femea, como: hómem e molhér.

Todo nome que convém a hómem e a molhér será comum a dous, como: inventor, taful.

estes ajetivos fôrte, triste, alêgre e outros semelhantes serám comuns a três porque dizemos: o hómem fôrte, a molhér alêgre, o pecár triste (1540[1971]:308).

João de Barros não reconhece que o gênero dos nomes é arbitrário; relaciona com o “mácho”, a “fêmea” e o “neutro d[e] ambos”. Observe-se também que suas regras são, poder-se-ia dizer, de natureza semântica ou diretamente relacionadas ao referente – “mácho”, “fêmea”, “hómem”, “molhér”, mas reconhece que “conhecemos o nósso gênero per significaçám ... mas per artigo”.

Fernão de Oliveira, ao terminar a sua análise diz:

Porque era longo compreender tanta variedade de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa lingua com os artigos, os quaes sempre ou as mais vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os generos desses nomes (1536[2001]:145).

Vou organizar aqui os nossos dados — as “tanta variedade” de Fernão de Oliveira — seguindo de perto a análise de Mattoso Câmara Jr. (1975) para o português atual, já que é aplicável ao arcaico, com

diferenças no inventário de itens próprios aos três diferentes tipos de nomes quanto ao gênero (cf. *a*) e nas alomorfas, decorrentes de regras fonológicas que ainda não se aplicavam (cf. *b*).

4.1.3.1 Tipos de nomes quanto ao gênero

São eles: 1. nomes de gênero único, isto é, ou masculino ou feminino; 2. nomes de dois gêneros com flexão redundante; 3. nomes de dois gêneros sem flexão redundante.

Como já via claro Fernão de Oliveira, será o artigo masculino ou feminino que sempre indicará o gênero do nome. Apenas para os nomes de tipo 2 é que se soma ao artigo a marca flexional do feminino < a >, que se oporá ao Ø, isto é, ausência de marca do masculino. Ausente o artigo, será a concordância com os determinantes e qualificadores que indicará o gênero do nome, núcleo do SN. Assim sendo, o gênero pode ser compreendido como um traço semântico inerente aos nomes substantivos, nunca será da escolha do falante. É assim hoje, era no período arcaico e isso herdamos do latim, em que a concordância com os adjetivos da primeira classe, com determinantes e qualificadores, que tinham flexões diferentes para o masculino, feminino e neutro, indicava o gênero do nome. Note-se que não dispunha o latim do artigo, inovação românica, que virá a ser o indicador básico do gênero do nome que ele determina, como intuiu Fernão de Oliveira e também admitiu João de Barros, juntamente com a significação.

Sobre os nomes do tipo I, no período arcaico, na maioria o gênero de então coincide com o de agora. Há, no entanto, algumas diferenças:

- há nomes que eram masculinos, como os derivados em *-agem*: *o linguagem, linhagem*; mas já na versão galego-portuguesa do *Foro Real* de Afonso X, fins do século XIII ou começos do XIV (Ferreira 1987:372), a par de *o linhagem* ocorre *a carceragem*;
- há nomes que eram femininos: *a mármore, a fim, a valor, a cometa, a planeta* etc. *Planeta* já em Camões (séc. XVI) é masculino; mas *cometa* ainda ocorre como feminino nos fins daquele século (Said Ali 1964:§323);
- outros ocorrem tanto no masculino como no feminino: *dor* nos DSG é em uma ocorrência masculino e em 29 feminino; *queixume*, em um mesmo documento, ora é masculino ora feminino. (Maia 1986:656).

Essa variação de gênero, em nomes de gênero único, no período arcaico e na diacronia, isto é, confrontando o português arcaico com o moderno, está documentada, em geral, em nomes que eram ou neutros no latim, ou em nomes abstractos ou em nomes de origem grega terminados em *-a*. Relembre-se que tanto no latim como no português o gênero não é motivado externamente; apenas em um subgrupo do léxico está relacionado ao sexo dos entes que nomeia. Sendo assim, e a isso acrescido o facto de os neutros do latim terem se distribuído pelo masculino e feminino, é compreensível a oscilação entre os nomes de gênero único em um momento em que ainda não se tinham iniciado as tentativas de normativizar a língua, o que só começará na quarta década do século XVI.

Sobre os nomes de tipo 2, os nomes de dois gêneros com flexão redundante (do tipo *amigo: amiga; monje: monja*), cujo lexema, entretanto, termina por /r, l, S/ ocorrem no português arcaico sem flexão redundante, em geral. No *Cancioneiro Medieval Português* é corrente *senhor, pastor, sabedor, pecador, espanhol, burguês, português* etc., tanto para o masculino como para o feminino, indicado o gênero masculino ou feminino pela concordância, como os nomes do tipo 3. Vejam-se, como exemplo: o primeiro verso da mais antiga cantiga de escárnio — ‘Ora faz ost’ *o senhor* de Navarra’ — e o 4º da *Cantiga da gárvaia* — ‘*mia senhor* branca e vermelha’, nos mais antigos textos apresentados na *Introdução*; também o conhecido refrão da *Cantiga de louvor* a Santa Maria de Afonso X que demonstra que também no plural é a forma masculina que se usava no *Cancioneiro Medieval Português*.

Rosa das rosas e Fror das froes
Dona das donas, *Senhor das Senhores*

Já em D. Dinis, na sua curiosa pastorela em que dialogam ‘ua pastor’ e ‘um papagai’ encontramos, v. 21 a 28:

...e diss’: “Ai Santa Maria!
que sera de min agora?”

e o papagai dizia:
“Bem, por quant’ eu sei *senhora*”.
“Se me queres dar guarida”
diss’ *a pastor*, “di verdade

papagai, por caridade,
ca morte m' é esta vida”

Estão aí *pastor* sem flexão redundante e *senhora* (rimando, é certo, com *agora*) já com flexão redundante (os textos das *Cantigas* estão cf. Gonçalves e Ramos, 1983). Em um mesmo documento do séc. XV, C. Maia (1986:658) encontra tanto *senhor* como *senhora* para o feminino Said Ali (1964:323) mostra que João de Barros (meados do séc. XVI) usa *nação português*, mas Camões (2^a met.) já usa *a polícia portuguesa*. O erudito André de Rezende, também daquele século, emprega *a boa gente espanhol* (Nunes 1960: 223, n. 2). Note-se que o título da *Gramática* de Fernão de Oliveira é da “linguagem portuguesa”.

Sobre os nomes do tipo 3, há nomes de VT < e > que hoje são desse tipo, mas ocorriam no período arcaico como do tipo 2: no *Cancioneiro Medieval Português* aparecem *sergente: sergenta* e o sinônimo *servente: serventa* (‘servo’); *hereje: hereja*; no *Orto do Esposo*, dos fins do séc. XIV, aparecem *servente, sergente* [± masculino], mas também *sergenta*.

Do que vimos, confrontados o português arcaico com o de hoje, pode-se propor os três tipos de nome quanto ao gênero, mas o inventário para cada tipo apresenta diferenças.

4.1.3.2 As alomorfias do morfema de gênero

Destaco dois casos em que se distinguem o português arcaico e o atual, por ainda não se aplicarem regras fonológicas posteriores.

Por todo o período arcaico encontramos — *irmãã, ermitãã, sãã, vãã* etc., com a VT nasalizada. Essa grafia é indicadora de que, pelo menos na escrita, a fusão das nasais idênticas não está representada nesses nomes, cujo correspondente masculino termina em *ão* (< lat. — *anu*).

A grafia de então, como aliás a de agora, não permite dizer se já haveria a chamada marca submorfêmica de alternância vocálica para opor o masculino ao feminino; hoje:

espantoso : espantosa

formoso : formosa

Fernão de Oliveira, nos caps. VIII e XVIII de sua *Gramática*, informa que *fermoso* e *fermosa* têm o pequeno (= fechado), *fermosos*, plural, tem o grande (= aberto). Disso se pode inferir que, se era assim em 1536, no período arcaico a regra de alternância vocálica ainda não se aplicava para opor os masculinos aos femininos em *-oso*, *-osa*.

Para finalizar quero chamar a atenção para o fato de que, no português contemporâneo como no arcaico, há pares de nomes (cada membro do par é de gênero único), para se referirem ao ser do sexo masculino e ao do feminino. O português usa para isso processos derivacionais vários. Do período arcaico para cá se encontram identidades e diferenças nesses processos derivacionais. Por exemplo: *gali)ha* já era o correspondente semântico feminino de *o galo*, também *a abadessa*, de *o abade*; mas para *o prior*, tanto ocorre *priora* como *prioressa*; para *judeu* ocorre *judea*, não *judia*; já o correspondente de *sandeu* ('louco') era *sandia*.

Fernão de Oliveira apresenta interessantes informações, que são contemporâneas, sobre o gênero dos nomes do que hoje se pode designar como terminados por líquidas, sibilantes e nasais, no Capítulo XLIV:

As consoantes de qualquer outra feição também são duvidosas, ainda que mais enclinadas a hum genero que outro, porque em al mais são masculinos, como bancal, cabeça, brial; e em el, como papel, pichel; e em il, como barril, buril; e em ol, como rol, cerol; e em ar, como lagar, lugar; e em er, como alcacer; e em or, como o grande, como suor. Mas quatro comparativos, maior, menor, melhor e pior são de genero comum (1536[2001]:143-144).

Pois em or com o pequeno também são masculinos polla maior parte, como ardor, fervor; mas alguns são femininos, como flor, cor e dor. Em ur não me lembra outro senão Artur, nome proprio d'homem e mais não é nosso. Os nomes em as com a grande e em es com e grande são masculinos, como entrás, invés; e em es com e pequeno, de genero comum, como português, inglês, francês, posto que tenham femininos em a, como portuguesa. E os com o pequeno, e em os com o grande são masculinos como Marcos, Domingos, cós, retrós. Em az são masculinos, como rapaz, cabaz. E em ez com e grande, como enxadrez, e em ez com e pequeno, como pez, também são masculinos. Mas em iz, delles são masculinos, como juiz, almofariz, e delles

femininos, como boiz, raiz, perdiz. E em oz com o grande e também em oz com o pequeno, e outro tanto em uz são

masculinos, como arroz, catramoz, alcatruz; ainda porém que nesta cidade houve ou cuidou que ainda he viva hu)a mulher que se chamava Cataroz.

Os nomes que se acabam em til, se têm ditongo já dissemos de que genero são; mas não tendo ditongo, se têm a são femininos, como lâ, Covilhã, vilã, cidadã; e se têm e às vezes são masculinos, como vintém, desdém, almazém, arrevém, e às vezes femininos, como linguagem, linhagem, borragem. E se bem olhardes aos femininos, não achareis o acento na ultima, como aos outros. Alguém, ninguém e quem são de genero indeterminado.

Til com i faz os nomes masculinos, como patim e jardim; e com o também, como som e tom; com u também são masculinos, como hum, alghum, nenhum, e mais jejum e debrum. este nome ajetivo comum serve a masculinos e femininos, porque não digamos nos femininos comu)a. Huns certos nomes ajetivos acostumamos nós falar em um, como ovelhum, cabrum, porcum e outros, os quaes damos a genero masculino. Mas porém em seu lugar e tempo diremos que os nomes ajetivos e denotativos não têm certo genero por si (id: 144-145).

4.1.4 O número dos nominais

Tal como no gênero, considereirei tanto Fernão de Oliveira como João de Barros e a análise estrutural de Matoso Câmara Jr.

Iniciarei com uma análise descritiva do número dos nominais, segundo o modelo estruturalista de Câmara Jr. (1975). Em seguida, selecionarei o que dizem os nossos dois primeiros gramáticos.

Diferentemente do morfema de gênero < a > dos nomes de flexão redundante, que antes vimos, o qual provém da VT latina, o morfema que marca o plural do português, tanto contemporâneo como arcaico, é o morfema sobrevivente no português da rica morfologia flexional latina: o < s > que marca o plural tanto dos nomes como dos elementos que com eles concordam no SN é o continuador do < s > do acusativo plural de todos os paradigmas nominais (substantivo/adjectivo) e dos paradigmas dos outros constituintes do sintagma nominal.

Tal como ocorre com o gênero, as regras que se aplicam hoje para a formação do plural, também são aplicáveis ao período arcaico, com algumas diferenças, sobretudo no que se refere às alomorfias do morfema < s >, decorrentes da estrutura fonológica do lexema.

O acréscimo de < s > à forma do singular, que é a regra geral, segue à VT (cf. a), ou ao morfema de feminino nos nomes de flexão redundante de gênero (cf. b); os nomes que no singular terminam por /S, r, l/ apresentam no plural a VT à qual se seguirá a marca de plural (cf. c):

(a)

ajuda: ajudas
anjo: anjos
monte: montes

(b)

amiga: amigas
manceba: mancebas
filha: filhas

(c)

simples: simpleses
juiz: juizes
árvor: árvores
door: doores

Note-se no grupo (c) o plural de *simples*. No português contemporâneo, aos nomes paroxítonos terminados em < s > não se aplica a regra geral, pelo contrário, o plural é marcado por Ø e se identifica com o singular, como em *homem simples: homens simples*, mas no período arcaico não era assim, como se pode ver neste exemplo do *Livro das aves*, século XIV (Rossi 1965:20):

En aqieste livro mais me trabalho eu de prazer aos *simpleses* e aos rudes ca de dar e d'acrecentar sabença aaqueles que letrados e doctores son.

Ourivezes ainda ocorre no erudito Garcia de Resende que morre em 1536, como já referido (1536[1994]:760).

As alomorfas na expressão do plural incidem nos nomes de lexema terminado em < l > e em travamento nasal. Há diferenças do período arcaico para o contemporâneo, decorrentes da não aplicação de regras fonológicas que só atuarão depois do período arcaico.

4.1.4.1 Sobre os lexemas terminados em < -l >

(a) -l precedido de
a, e, o, u acentuado

curral : curraes
leal : leaes
fiel : fiees
sol : soes

(b) -l precedido de
i acentuado

gentil : gentiis
barril : barriis
vil : viis

(c) -l precedido de
i não-acentuado

perduravil : perduraviis ~
perduravees ~ perduravis
estavil : estaviis ~
estavees ~ estavis ~ estaves

Em (a) se nota que a grafia indica a não aplicação da regra que transforma VT em semivogal, constituindo o ditongo (*currais, leais, fiéis, sóis*); em (b) a grafia indica a não aplicação da regra de crase que fundirá a vogal do lexema e a VT (*barris, gentis, vis*); em (c) ocorre uma variação, documentada com frequência no período arcaico no sufixo *-vil/vel*, que resulta nos plurais variantes acima exemplificados. Embora não se tenha um estudo exaustivo sobre os alomorfes do plural no período arcaico, parece que o plural do tipo atual *perduráveis, estáveis* é posterior ao século XVI. Uma pista está na informação do *Dicionário Etimológico* de J. P. Machado, que afirma que *fácis* (de *fácil*) ocorre ainda no século XVI e *fáceis* só está documentado no século XVII; note-se que na fala corrente brasileira, se não em outras variantes do português, dificilmente ouviremos uma articulação do tipo *fáceis*.

4.1.4.2 Sobre os lexemas terminados em travamento nasal

(a) *lexema em -ã + VTo*

Irmão : irmãos
mão : mãos

(b) *lexema em -ã + VT e*

pã/pan : pães
cã/can : cães

(c) *lexema em -õ + VT e*

oraçõ/oraçõn : orações
coraçõ/coraçõn : corações

A diferença, confrontando hoje e então, está nas formas do singular, que estão de acordo com a etimologia, antes da convergência em < -ão >, no padrão português e brasileiro, o plural, também etimológico, já se apresenta, portanto, como hoje.

A seguir considerarei o que diz o nosso primeiro gramático, no *Capítulo XLV*. Diz ao apresentar a regra geral para o plural dos nomes:

Têm diferença as vozes dos nomes: ou se declinam em numeros, porque o singular é diferente do plural, nem o plural se contenta com só as letras do singular; tirando Domingos, Marcos e Lucas, que variam seus numeros. E contudo o genero que tinham no singular os nomes esse terão no plural, como candeia, que he feminino no singular, também o assi será no plural, como candeias.

Variando a letra dos numeros guardamos esta regra geral: que o plural tem como sua letra propria esta letra s, acrescentando-a sobre seu singular. Mas isto diversas maneiras porque às vezes acrescenta também outras co'ella, e às vezes tira alghu)as e outras também muda, ficando sempre s no plural. Os nomes que somente acrescentam s no plural são todos os que no singular acabavam em vogal, como livro no singular, e no plural livros, e porta e portas, ainda que seja com ditongos, como pao, paos, ceo e ceos (1536[2001]:149).

Continua com o que hoje se designa de alomorfes e começa com aqueles lexemas terminados por travamento nasal:

E os nomes acabados em til também acrescentam s no plural e não mais, se não têm ditongos, como vilã, vilãs; som, sons; jardim, jardins; alghum, alghuns; imagem, imagens. E quando têm ditongo antes de til, muitas vezes acrescentam s, não mais, como mãe, mãis; mão, mãos; rábão, rábãos; ruim, ruins. Mas outras muitas vezes os nomes acabados em ão com ditongo e til mudam alghu)a das vogaes desse ditongo ou ambas, como tabalião, tabaliães; cordão, cordões. Tabalião muda hu)a só letra do ditongo, e cordão ambas: tabalião muda o em e, e cordão muda todo o ditongo ão em outro, ãe.

Mas para limitar quaes são os nomes que acrescentam s ou mudam hu)a só letra ou ambas as do ditongo, eu não acho regra mais geral qu'esta que agora darei, ainda que terá muitas eiceições. A regra é esta: que os nomes acabados em ão, se sinificam officios ou tratos, mudam a letra derradeira do ditongo, que é o, em e, como tabalião, tabaliães; escrivão, escrivães; capitão, capitães; capelão, capelães; refiã, refiães; pião, piães; trugimão, trugimães. E também pão, pães; cão, cães; Damião, Damiães; gavião, gaviães, diamão, diamães; e maçapão, maçapães, Guimarães. Verdade é que uchão faz uchões e hortelão, hortelões. E assi pode haver outros que me não lembram.

Pois dos nomes acabados em ão ditongo que não mudam esse ditongo no plural, damos esta regra que poderá alcançar a maior parte: que os nomes de nações, quando se acabam nesse ditongo ão, fazem o que dizemos, como africão, africãos; indião, indiãos; e se fosse em costume, também driamos romão, romãos; italião, italiãos; valencião, valenciãos. E também Jorge da Silveira, no Cancioneiro que ajuntou Garcia de Resende, diz castelão, do qual singular, se o houvesse no mundo, diríamos no plural castelãos.

Além destes, também guardam o seu ditongo assi como o tinham estoutros: cortesão, que faz cortesãos; e cidadão, cidadãos; aldeão, aldeãos; vilão, vilãos; rábão, rábãos; órgão, órgãos; zimbão, zimbãos; zângão, zângãos; távão, távãos; grão, grãos; cõvão, cõvãos; pintão, pintãos; mão, mãos; chão, chãos; ourégão, ourégãos; órfão, órfãos; ruão, ruãos; frângão, frangãos. E também Nuno Pereira, no Cancioneiro português que dissemos, disse de serão, serão.

Mas porque dixemos que os nomes de nações faziam no plural em ãos, alemão não faz assi, mas faz alemães, e bretão, bretões, e assi haverá outros muitos. A parte desta regra que mais comprehende é dos nomes que mudam todo o ditongo, como lição, lições; podão, podões; melão, melões. Estes nomes, posto que parecem mudar mais que nenhuns dessoutros que já dissemos, todavia, se olháremos ao singular antigo que já tiveram, não mudam tanto como agora nos parece, porque estes nomes todos, os que se acabam em ão ditongo, acabavam-se em om, como liçom, podom, melom, e acrescentando e e s formavam o plural lições, podões e melões, como ainda agora fazem. E outro tanto podemos afirmar dos que fazem o plural em ães, como pães, cães, dos quaes antigamente era o seu singular pã, cã, cujo testemunho aind'agora dá Antre-Douraminho.

Os outros nomes que fazem o plural em ãos, como cidadãos, cortesãos, assi tiveram sempre o seu singular acabado em ão como agora têm cidadão, cortesão. Estes guardam sua antiguidade em tudo, e aqueloutros só no plural, cuja mudança assi como doutras muitas cousas não estranhemos, porque também o falar tem o seu movimento, diz Marco Varrão, e muda-se quando e como quer o costume (1536[2001]:146-147).

Trata em seguida do plural dos nomes cujo lexema termina em < l >:

Os nomes acabados em letra consoante têm sua formações no plural de duas maneiras: os cabados em l mudam essa letra l em i e acrescentam s, que é próprio do plural, como cabeça, cabeças; real, reais. Assi quando é substantivo como ajetivo. E não digamos dous reeis, três reeis. Os nomes que têm seu singular em el esses fazem o plural em eis, como pichel, picheis; burel, bureis, pella regra que já demos. E os nomes acabados em ol a mesma regra seguem, como caracol, caracois; rouxinol, rouxinois; ourinol, ourinois. E em ul também, como taful, tafuis; azul, azuis. Mas em il não acrescentam i, senão somente mudam l em s, como ceitil, ceitis; covil, covis.

Dos nomes acabados em ol parece que deviamos tirar alghu)a eiceição, porque alghuns nomes temos cuja rezão e boa voz requiere que se não acabem no plural em ois, posto que o costume não seja por hu)a parte mais que por outra, como são portacol, portacolos, e não portacois nem portacoles; este porque soa assi melhor. E sol fará soles e não sois; e rol, roles e não rois, por diferença das segundas pessoas destes verbos soio, soes por acostumar, e roio, roes por roer. Dei a estes nomes no plural estes ditongos ai e oi com i e não com e, porque as minhas orelhas assi o julgam. Não é muito enganar-me, pois i e e pequeno são mui vezinhos; mas contudo os verbos se escreverão com e; assi: soes, roes, tomae, tomaes, andaes (1536[2001]:147-148).

Por fim, descreve e exemplifica, como sempre faz, o plural dos nomes cujo lexema termina por sibilante e vibrante ou / S, r /:

Os nomes acabados em r ou s ou z acrescentam sobre seu singular es no plural, como lagar, lagares; altar, altares; alcaçer, alcaçeres; amor, amores; e entrás, entrases; revés, reveses; arnês, arneses; cabaz, cabazes, e juiz, juizes; alcabuz, alcabuzes. Destes não me lembra eiceição alghu)a (ib.).

E conclui a sua descrição:

Visto como variam os nomes seus plurais podemos dizer que temos quatro declinações, como vem a saber: a premeira, que somente acrescenta letra, como moço, moços; e a segunda, que acrescenta syllaba, como pavês, paveses; a terceira muda letra, como animal, animais; e a quarta também muda syllaba, como almeirão, almeirões.

Alghuns nomes não têm plural, como prol, retrós; isto, isso aquilo; quem, alguém, ninguém. E outros não têm singular, como dous, três, seis, ambos e ambas. E outro não têm s, que é a própria letra do plural, como dissemos, e todavia sinificam muitos; e não somente no genero de sua letra, mas também em qualquer outro, como quatro, cinco, dez, onze, doze.

Qualquer forma ou genero que os nossos nomes têm no singular, esse guardam também no plural porque nisto, assi como em outras cousas, guarda a nossa lingua as regras da proporção, mais que a latina e grega, as quaes têm em suas dições muitas irregularidades e seguem mais o sabor das orelhas que as regras da rezão. Assi como nós também às vezes deixamos as regras gerais, porque o bo costume e sentido nos mandam tomar alghu)as particularidades (p. 148-149).

Note-se que no último parágrafo defende a língua portuguesa em relação ao latim e ao grego – “guarda a nossa língua as regras de proporção, mais que a latina e grega”, com a ressalva seguinte: “nós também às vezes deixamos as regras gerais, porque o bo costume e sentido nos mandam tomar alghu)as particularidades” .

Vejamos o que diz sobre o plural o nosso primeiro gramático “preceitivo”, na parte de sua *Gramática* intitulada “Da formaçám dos nomes em o plurár”. Como organiza o nome por declinações, é a partir delas que apresenta as suas regras para o plural:

A formaçám dos nomes no plurár da primeira declinaçám é cousa mui fácil, ca nam tem máis que acreçentár-lhe ésta lêtera *s*, como óra vimos em o nome *rainha* que declinámos. E per semelhante módo se póde fazer em os outros nomes désta primeira declinaçám.

Tiram-se désta régra os nomes que acábam em *ái*, como pái, contrái, os quâes levádos ao plurár dizemos: páies, contráies, acreçentando-lhe ésta sílaba *es*.

Os nomes da segunda declinaçám sam mais dificultósos de fomár que ôs da primeira porque leixam lêteras e tóмам lêteras per ésta maneira: ôs que se acábam em *ál, él, ól, ul*, fôrmam-se perdendo a lêtera *l* e tomando ésta sílaba *es*, e dizemos: cardeal, cardeáes; papél, papées; foról, foroes; taful, tafues.

Em ésta regra nam entram os nomes de u)a só sílaba como: sál, mél, sól, sul, porque sam irreguláres e nam tem plurár. Mál e cál de moinho, paréçe que ôs formamos acreçentando-lhe *es e dizemos: máles, cáles* (1540[1971]:316-317).

Prossegue, tratando do que hoje chamamos de alomorfes do morfema < s > do plural:

Os nomes que se acábam em *il*, em lugar do *l*, que lhe tiramos, se acreçenta *is*, e dizemos: çeitil, çeitiiis; fonil, foniis.

Os máis dos nomes que se deviam acábar em *am*, se escrevem a este módo: razão, razãoes. E se o uso nam fosse em contrário, que tem gram força açerca das cousas, nam me pareceria má desterrámos de nós esta prolaçám e ortografia galega. porque, a meu ver, quando quisérem guardár a verdadeira ortografia déstas dições, se déve dizer: razám e no plurár razãoes. Ca este *m* final nósso tem ali o ofício do *mem* çerrado dos Hebreos que é u)a das lêteras que eles chamam dos beiços, a qual lhos fáz fechár quando acábam néla, de maneira que se vái fazendo aquéla variaçám, ocando-se a voz. E este é um módo de afrautar como se fráutam os instrumentos da música. E entám ôs que pouco sentem quérem remediár o seu desfaleçimento escrevendo agalegadamente, poendo sempre *o* final em todalas dições que acábam em *am*.

E se a régra deles fosse verdadeira, em todolos vérbos que na terceira pessoa do número plurár acábam nésta sílaba *am* ô deviam usár, e assi em outras muitas dições como páam, cáam. Isto nam guárdam eles, pois vemos que na formaçám do plurár dizem cães, páes, porque aqui vem eles, muito ao olho, seu erro: que nam pódem dizer paões, caões. Assi, que na verdadeira formaçám destes nomes terminádos em *am*, quando viér ao plurár diremos formações, convertendo o *am* final em *õ*, escrito a este módo, e acreçentando-lhes *es*.

E quando escrevemos estes nomes maçã, aldeã e ôs levámos ao plurár, diremos maçãas, aldeãas, acreçentando-lhe ésta sílaba *as*. Porque éstas terminações *ã, e), i), õ, u)*, a que podemos dezer refléxas em si, tem diferença déstas *am, em, im, om, um* ca tem diferentes ofícios: um: sérvem por si em semelhantes dições como pus exemplo; e outro: sérvem por estoutras *am, em, im, om, um*.

Os nomes que se acabam nestas terminações *am, em, im, om, um*, se fórmam acreçentando-lhes *es, is, os, us*; e o *m* final poemos em çima da vógal preçedente e fica refléxa. E dizemos: bem, be)ees; pentem, pente)es; beliguim, beligui)is; çetim, çeti)is; bom, bõos; tom, toõs; atum, atu)us; ipretum, ipretu)us.

E porque em todalas gramáticas nam póde [h]aver régras tam gèraes que nam [h]aja i algu)as eçeições, quando se achárem algu)as, déstas régras das formações, a novidade da óbra ô póde desculpár. E no título da Ortografia diremos algu)a cousa dô que a élas tóca.

Os nomes que se acabam em *r, s, z*, se fórmam acreçentando-lhe ésta diçám *es*, como: pomár, pomáres, deos, deoses; páz, pázes, etc. (p. 317-319).

Esse confronto entre uma descrição estruturalista e o que dizem, e como dizem, os nossos primeiros gramáticos, parece-me interessante não só por ouvir vozes contemporâneas à fase final do português arcaico, mas, sobretudo, porque, lendo seus textos, aprendemos, principalmente, pelos exemplos que ambos nos apresentam.

4.2 Morfologia verbal

Iniciarei com Fernão de Oliveira que, no *capítulo XLVII* de sua *Gramática*, apresenta em longo parágrafo uma visão de conjunto do que entende por verbo:

Havendo de falar da analogia dos verbos, não dizemos que cousa é verbo nem quantos generos de verbos temos, porque não é desta parte a tal acupação, mas só mostraremos como são diversas as vozes desses verbos em generos, conjugações, modos tempos, numeros e pessoas; e também como em cada genero, conjugação, modo e tempo, numero e pessoa desses verbos se proporcionam essas vozes e medem hu)as por outras, não dando porém comprida e particularmente as inteiras formações e as eiceições de suas faltas, senão só amoestando em breve o que he nellas, para que despois a seu tempo, quando as tratáremos, sejam melhor e com mais facilidade entendidas (2000[1536]:150).

João de Barros, em tom solene, apresenta o verbo:

Como o rei, per razám de alteza de seu ofiçio, se póde chamár cási divino, em comparaçám de seu povo (posto que todos sejam da mássa dos quátro elementos), assi estes nóssos dous reies – nome e vérbo –, dádo que sejam compóstos de lêtera e sílaba, primeiros elementos da linguágem, per razám da eçelência e álto ofiçio que tem, govérnam e régem todalas linguágens da térra em tanta páz e amor antre si, que nam se vio república assi governáda per um como estes, sendo dous, govérnam a sua.

Té aqui tratámos do nome e pronome conjunto a ele por matrimónio e vimos todolos açidentes de sua natureza. Fica agóra tratármos do poder deste nóssos rei – vérbo –, nam segundo convém à sua majestáde, mas como ô quèrem os grmáticos, a quem nam é dado tratár máis que de sua humanidáde (1971[1540]:324).

Numa definição nos moldes estruturalistas, o verbo é o núcleo do sintagma verbal. Organizei esta *Parte II*, com uma breve memória do verbo, do latim para o português arcaico. Tratarei primeiro dos verbos de padrão geral ou regulares e sua estrutura mórfica (lexema; vogal temática (VT); morfemas modo temporais (MMT) e morfemas número-pessoais (NP), seguindo e adaptando o que propõe Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1975). Depois tratarei dos verbos de padrão especial ou irregulares e, por fim, das seqüências verbais, ou seja, verbos auxiliares seguidos de formas nominais do verbo – participípio passado (PP), gerúndio (GER) e infinitivo (INF).

Buscarei, na medida do possível, estabelecer um diálogo entre os nossos dois primeiros gramáticos e uma descrição estrutural.

4.2.1 Breve memória: o verbo do latim ao português arcaico

Segundo a hispanista catalã Coloma Lleal,

O *sistema verbal* latino se baseava em um entrelaçado de oposições em torno das noções de *aspecto*, *modo*, *tempo*, *pessoa número* e *voz*, expressos por desinências: *amabam* ~ *amaui* [aspecto], *amo* ~ *amabo* [tempo], *amo* ~ *amem* [modo], *amo* ~ *amas* [pessoa], *amo* ~ *amamus* [número], *amo* ~ *amor* [voz]. Essas desinências, como ocorria no sistema nominal, permitiam freqüentemente fenômenos de alomorfismo ({futuro} > [-bo]/[-am] *amabo*, *legam*), de coincidência formal ([-am] > {futuro}/{presente} + {subjuntivo} e de insegmentalidade dos morfemas ([-o] > {infectum} + {indicativo} + {presente} + {1ª pessoa} + {singular} + {ativo}). Tal sistema se viu submetido a profundas mudanças, sobretudo a partir do Baixo Império (1990:88. Tradução minha).

Depois de desentrelaçar esse complexo “sistema de oposições” (p. 88-92), apresenta o seguinte quadro-síntese, em que as setas indicam as correspondências entre o sistema verbal do “latim clássico” e do “latim vulgar”:

	Latín clásico			Latín vulgar	
Indic.	<i>Amo</i>	<i>amaui</i>	[pres]	[ámo]	[ájo amádu]
	<i>amabam</i>	<i>amaveram</i>	[pas]	[amáj] [+perf]	[amára]
	<i>Amabo</i>	<i>amavero</i>	[fut]	[amáβa [-perf]] [amarájo]	[aβéa amádu] [aβrájo amádu]
Subj.	<i>Amem</i>	<i>amaverim</i>	[pres]	[áme]	[ája amádu]
	<i>amarem</i>	<i>amavissem</i>	[pas]	[amára]	
			[fut]	[amáse]	[amáro]/[amáre]

O verbo do latim clássico para o latim vulgar (Lleal, 1990:92).

Quando o português aparece documentado nos inícios do século XIII, as profundas reestruturações que sofreu o sistema modo-temporal do verbo latino já tinham, no geral, ocorrido. As distinções que marcam o sistema verbal do período arcaico, em confronto com o atual, decorrem, fundamentalmente, de diferenças, como veremos, no nível da morfologia.

O verbo latino, e por isso o português, é um vocábulo eminentemente flexional. Esse sistema flexional era orientado, do ponto de vista semântico, para o sujeito da frase, já que os morfemas número-pessoais (MNP) marcavam a pessoa e o número do sujeito, tal como hoje, apesar das simplificações que continuam a ocorrer em variantes faladas do português. Era também orientado para a expressão da significação interna das categorias verbais de aspecto, tempo e modo (MMT). No português de então e de agora, a expressão aspectual não é morfologicamente marcada, tendo ficado, segundo alguns analistas, o remanescente na oposição pretérito perfeito/imperfeito. Tal como na ativa, na estrutura passiva, o verbo latino dispunha de flexões específicas para a passiva dos “tempos do *inflectum*” (= ‘imperfeito’, ‘inconcluso’) e uma passiva do tipo analítico (*esse* + PP), para os “tempos do *perfectum*” (= ‘perfeito’, ‘concluso’).

O sistema latino, no que se refere ao aspecto, tempo e modo, no padrão clássico, em largos traços e acompanhando a análise de Mattoso Câmara Jr. (1975:127-142), apresentava para o modo indicativo seis “tempos (= ‘paradigmas flexionais’). Três (pres., pret. e fut.) para o “*inflectum*” e três outros

(pres., pret. e fut.) para o “perfectum”. O modo imperativo era flexionalmente marcado tanto para a expressão do Imp. presente, como para a do Imp. futuro. As chamadas formas nominais do verbo eram numerosas e, exceto o infinitivo presente e o infinitivo perfeito, se declinavam, conforme a sua VT, ou pelo padrão dos nominais (substantivos ou adjetivos), de VT < a, u > — assim se comportavam o infinito futuro, o gerúndio, o gerundivo, o supino, o particípio passado e o particípio futuro — ou pelo padrão dos adjetivos de 2.^a classe de VT < e > — o particípio presente.

Esse sistema sofreu profundas reestruturações no latim corrente do Império Romano e é daí que partem os sistemas verbais românicos, entre eles o português, “sistema francamente novo”, como o qualifica Câmara Jr. (1975:133), quanto à sua organização aspecto-modo-temporal.

A oposição aspectual deixa de ser marcada morfológicamente, marcação que já não era muito nítida no latim padrão, e será por meio de sequências ou locuções verbais que essa categoria em geral se expressará, com exceção morfológica única para a oposição, no modo indicativo, do pretérito perfeito (IdPt2)/pretérito imperfeito (IdPt1). A oposição temporal, no indicativo, far-se-á, basicamente, numa oposição presente/passado, distinguindo-se neste, além do perfeito ou conclusivo e do imperfeito ou inconclusivo, já mencionados, um passado conclusivo que precede o perfeito, denominado, tradicionalmente, de mais que perfeito (IdPt3).

Nesse novo sistema, a forma do presente pode expressar o futuro. Contudo, perdidos os futuros perfectivo e imperfectivo do latim, formou-se, no romance, uma locução verbal para a expressão da futuridade. Foi constituída do infinito de qualquer verbo seguido de *habēre*, no indicativo presente ou no pretérito imperfeito (do tipo: *amare + habeo/amare + habebam*) que, por processos fonológicos regulares, resultaram nas formas gramaticalizadas do futuro do presente/futuro do pretérito (*amarei/amaria*).

O modo subjuntivo, que podia ocorrer também em orações principais no latim, passa a ser sempre uma forma verbal própria a orações dependentes e selecionada a partir de características das frases em que se encaixam, por isso é considerado um padrão formal sem a marcação de valores semânticos

independentes: o presente, o pretérito e o futuro do subjuntivo no português vão depender ou ser selecionados de acordo com o tempo do verbo da principal ou por outras determinantes estruturais. Note-se que, hoje, em variantes faladas, já o indicativo supera a presença do subjuntivo, antes exigido. As reestruturações esboçadas referentes ao indicativo e ao subjuntivo, do latim para o português, podem ser representadas no quadro seguinte, considerados apenas os chamados tempos simples:

Modo	Lgs.	Latim			Português			LatimPortuguês		
	Aspecto (lat.)	Infectum –			Perfectum –					
		Tempo pres. pret. fut.	Tempo (port.) pres. imp. pret. fut.	Tempo (port.) pres. imp. pret. fut.	Tempo (port.) pres. imp. pret. fut.	Tempo (port.) pres. imp. pret. fut.	Tempo (port.) pres. imp. pret. fut.	Tempo (port.) pres. imp. pret. fut.	Tempo (port.) pres. imp. pret. fut.	Tempo (port.) pres. imp. pret. fut.
Indicativo		Amo	Amas	Amat	Amem	Amatis	Amant	Amavi	Amavisti	Amavit
		Amabam [Amabo]	Amabas	Amabat	Amabam	Amabatis	Amabant	Amaveram [Amavero]	Amaveras	Amaverat
Subjuntivo	pres.	(Amare habeo) Amem [Amare]	Amas	Amat	Amem	Amatis	Amant	(Amare habebam) Amem [Amare]	Amas	Amat
	pret.		Amas	Amat	Amas	Amatis	Amant			

O verbo do latim para o português¹

O futuro do imperativo desapareceu, permanecendo no português o presente. Das múltiplas formas nominais antes mencionadas, permanecerão no sistema do português: o infinito presente, o gerúndio e o particípio passado, que, além de serem usados nas subordinadas reduzidas, vão se associar a verbos específicos na constituição de locuções verbais (INF e GER) e dos tempos compostos (PP). Criou-se, entretanto, um infinito flexionado, inexistente no latim, que, tendo na sua flexão a referência do sujeito da sentença, adquire um “status de padrão oracional” (Câmara Jr. 1975:142) em si e o impede de constituir locuções verbais, como ocorre com o infinito não-flexionado.

¹ Entre colchetes as formas que não são o étimo do “tempo” correspondente no port. ou que desapareceram: entre parênteses a locução do latim imperial que deu origem às formas portuguesas; as setas indicam as formas latinas que são o étimo das formas portuguesas.

A morfologia própria à passiva dos tempos do “infectum” latino, chamada passiva sintética, desapareceu e se generalizou, por analogia, para todos os paradigmas temporais a passiva analítica que no latim se circunscrevia aos “tempos do perfectum”, como já mencionei.

Criou-se um sistema de “tempos compostos”, constituído do verbo derivado de *habere* + PP, correspondente aos tempos simples, que tem como marca semântica geral, mas não exclusiva, o traço aspectual conclusivo ou perfectivo.

Essas reestruturações sumarizadas, que mostram perdas e ganhos do latim para o português, quase todas, já se encontravam concluídas quando o português aparece escrito. No período arcaico, no entanto, ainda encontramos remanescentes verbais do particípio presente. Assim começa o *Testamento de Afonso II* (1214):

Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e salvo, *teme)te* o dia de mia morte... (= ‘temendo’)

Veio depois a fixar-se como adjetivo, substantivo ou em outras classes de palavras (*presente, constante, tirante, durante* etc.). Piel (1989:220) considera que a “decadência do particípio presente parece ter-se produzido nos meados ou fins do século XIV”, mais ainda o encontra no século XVI em Garcia da Orta: “*estante* em Goa” (= *estando* em Goa’).

Os tempos compostos, por sua vez, ainda estavam em processo de gramaticalização, como veremos adiante no item *Sequências verbais*.

4.2.2 Verbos de padrão geral ou regulares

4.2.2.1 Vogal temática

Os verbos latinos, no padrão clássico, se agrupavam em quatro paradigmas ou conjugações (C), identificadas pela VT < ā, ē, ē, ī > . No período arcaico, como no atual, são três (CI, CII e CIII), identificadas pela VT < a, e, i > . A VT se evidencia, sem exceção, na forma do infinitivo dos verbos de padrão geral: *amar*, *vender*, *partir*, por exemplo.

Já os gramáticos do latim clássico informam sobre verbos que podiam ser da 2ª ou 3ª conjugações, ou seja, de VT < ē ou ě > , como *ole(re/ole#re)*, *stude(re/stude#re)*, *ferve(re/feve#re)* e no latim corrente há verbos da 3ª < ě > do padrão clássico em uso como da 2ª < ē > (Piel 1989:215).

No latim corrente da Hispânia, parece ter dominado um sistema com três paradigmas, quanto à VT, já que tanto o galego-português, o castelhano e o leonês apresentam esse tipo de estruturação. Quando o português aparece documentado já se pode afirmar que os verbos originários da 3ª conjugação latina, na sua maioria, mas não exclusivamente, já se tinham fundido com os do padrão da 2ª latina, o que se pode facilmente ver, já que só os verbos da 3ª < ě > não tinham a VT acentuada, eram portanto proparoxítonos *véndĕre* > *vender*, *bibĕre* > *beber*, *fácĕre* > *fazer* etc. Outros verbos da 3ª do latim, menos numerosos, vão para o paradigma em < i > do português: *fúgĕre* > *fugir* > *pétĕre* > *pedir*, *párĕre* > *parir*, *múlgĕre* > *mungir*. Outros, também da 3ª latina integram-se na CI < a > do português: *minúĕre* > *minguar*, *tórrĕre* > *torrar*, *fidĕre* > *fiar*. Distribuíram-se assim os verbos da 3ª pelos três paradigmas, embora a maioria tenha se integrado ao paradigma em < e > .

Do período arcaico para o moderno, também se documentam deslocamentos de verbos, principalmente do paradigma em < e > para < i >, ou seja, de CII para CIII: *cingĕre*, *fingĕre*, *tingĕre*, *caerĕ*, *enquerĕre*, *traerĕ*, *espargerĕ*, *confonderĕ*, depois *cingir*, *fingir* etc. É pelo século XV que tais verbos começam a fixar-se no paradigma < i > . Maia (1986:727) afirma que, na documentação seriada que analisa, *caerĕ*, por exemplo, já varia com *cair* no século XIV, vindo o primeiro a desaparecer no século XV.

De todos os paradigmas o mais produtivo, portanto o mais numeroso desde o latim até hoje, é o de VT < a > ; vejam-se inovações recentes como *checar*, *xerocar*, *breocar* etc., todas se integram na 1ª. Nos

Diálogos de São Gregório (1989:309) ocorrem 388 itens verbais de CI, 137 de CII e 42 de CIII; os dados de Ferreira (1987:427) sobre o *Foro Real* confirmam essa escala.

4.2.2.2 Os alomorfes de VT < a, e, i > :

A distribuição mais generalizada da VT é em *sílaba acentuada* e aí está representada por < a, e, i > para CI, II e III, respectivamente. Isso ocorre no período arcaico, em geral coincide com o atual, no Inf., Inf. fl., Ger., de todos os paradigmas e no PP de CI e III; em todas as pessoas (P) do IdPt3, Sblt e Sb Ft e no Imp. P4 de todos; no TdPt1 de CI e II; de P2 a Pt do IdPr de CI; de P2 a P6 do IdPt2 de CII e em P2, 4, 5, 6 de IdPt2 de CI e CIII. Os “tempos” não mencionados apresentam os alomorfes seguintes:

a. Os alomorfes de VT < a > de CI: a representação gráfica < a > ocorre em *sílaba não-acentuada*, provavelmente com realização fonética diferenciada daquela em sílaba acentuada: de P1 a P6 do IdFt1 e IdFt2 (calarei, desejaria), em sílaba pretônica; e, em *átone final*, no Imp. P2 (alegra) e em P2, 3 e 6 do IdPr (afirmas, ama, aman).

Os alomorfes < e > e < o > ocorrem em *posição acentuada* — IdPt2 P1 e P3 (amei, amou, lat *amavi, amavit*) e decorrem das mudanças fônicas ocorridas, sendo que a altura <o8> e <e8> do português é consequência da assimilação de VT latina à semivogal subsequente.

A VT é Ø no IdPr P1 e em todas as pessoas do SbPr. Se confrontarmos esses alomorfes com os do português contemporâneo, conforme a análise de Câmara Jr. (1975), verificaremos que não há diferenças.

b. Os alomorfes de VT < e > de CII: em *sílaba não-acentuada* ocorre também grafado por < e > no IdFt1 e no IdFt2 de P1 a P6 (morrerei, beberia), ainda em sílaba pretônica e também postônica está representado por < i > ou < h > com valor semivocálico no SbPr em um subgrupo de verbos como *comer, saber* (*cómha ~ cómia, sábha ~ sábia*), refletindo ainda o seu étimo (*come(at), sape(at)* em que

o elemento semivocálico ou se transferiu para a sílaba anterior ou desapareceu fechando antes a vogal do lexema. Em *sílaba átona final* ocorre < e > no IdPr, P2, 3 e 6 (deves, deve, devem) e no Imp P2 < e > ~ < i > : bévi ~ beve; cólhi ~ colhe; entende ~ enténdi [o sinal de acentuação, indicando a sílaba forte nesses e em outros exemplos, é de nossa responsabilidade, para evitar erro de pronúncia].

Em *sílaba acentuada* o alomorfe < i > vocálico, ocorre no IdPt2 (acendi) como hoje, por vezes, no IdPt2 (ascondisti, conhocisti, recebisti, respondisti). Essa não é uma variante geral na documentação arcaica, talvez tenha a ver com pronúncias regionais.

Ainda em sílaba acentuada ocorre o alomorfe < u > para o PP: até fins do século XIV a documentação apresenta o PP de CII sempre com VT *u + do*. Está assim, sem exceção, por exemplo, no *Foro Real* (séculos XIII-XIV) e nos *Diálogos de São Gregório* (século XIV). Já no *Orto do Esposo*, datado de 1380, aparece em variação *u + do ~ i + do* e é a forma que se identifica com o PP de CIII que se manterá na língua. Para Câmara Jr. (1975:161-162), essas formas desaparecem por falta de apoio estrutural no paradigma CII e por homonímia com o sufixo nominal *-udo*.

Nesta estrofe de Joam Garcia de Guilhade (século XIII), vemos *-udo* como marca de PP e como sufixo nominal:

— Foi-se ora daqui *sanhudo* (= ‘irado’)
amiga, o voss’ amigo.
— Amiga, *perdud*’é migo
e, pero migo é
perdudo,
o traedor *conhoçudo* (O e R 1983:158)

Ainda em Gil Vicente (século XVI), excepcionalmente, ocorre *-udo*, no Juiz da Beira: “E o trigo era *creçudo*” (Teyssier 1959:244).

A VT é Ø no IdPr1 (devØo); no SbPr P1 a 6 (devØa) e no IdPt1 P1 a P6 (devØia, devØias etc.).

A propósito da substituição de <-u-do> por <-i-do>, Maria José Carvalho, na sua dissertação de Mestrado (1996) e em artigo posterior (1999-2000), apresenta amplo estudo dessa mudança no sistema morfológico do português, com base em documentação diversificada (sécs. XIII a XVI), dividindo os verbos em três grupos conclui que remonta ao século XIII a referida substituição e que,

em todos os gêneros textuais, três grupos de verbos apresentam diferentes ritmos de mudança, no que se refere ao fato lingüístico em foco, como mostrarei a seguir, com base no artigo referido:

Grupo 1 – Verbos cuja terminação participial está precedida de fonema alveolar (/s/, /z/, /t/), dental (/d/ e /t/) ou palatal (/s/, /z/, /ʎ/): *conoscer, cozer, constranger, entender, encher, meter, mexer, requerer, tolher, vender*, etc.

No século XV as terminações das formas deste tipo são já, de um modo geral, em *-ido*, sendo que, quando precedidas de fricativa palatal sonora /z/ ou das oclusivas dentais (/t/ e /d/), perduram ainda até meados desse século, apesar de já terem um nítido sabor arcaico. Importa referir que, em meios cultos, as formas arcaicas dos verbos deste tipo eram, muito provavelmente, já em meados deste século, sentidas como formas de marcar pejorativamente os falantes que as actualizavam. Delas se terá, eventualmente, servido Fernão Lopes para ridicularizar algumas personagens castelhanas, nas suas intervenções algo infelizes.

Mas só decorrido cerca de meio século Gil Vicente conseguiria mostrar pelo riso as assimetrias sociais provocadas pelo franco progresso económico-cultural da era de Quinhentos. Para esse riso do público muito contribuiriam as formas arcaicas utilizadas por camponeses: a forma *creçudo* provém, precisamente, da boca da mulher, que tenta justificar *ab absurdo* o comportamento (pouco digno) da sua filha.

Grupo 2 – Verbos cuja terminação participial está precedida de fonema fricativo labiodental (/f/ e /v/) ou bilabial, quer se trate de fonema contínuo, quer de fonema oclusivo (/m/, /p/ e /b/): *apremer, aver, dever, receber, romper, saber, sofrer, temer*, etc.

Quanto a este grupo participial, as formas em *-ido* levam de vencida as antigas, na prosa literária do 2º quartel do século XV, com excepção dos participios dos verbos *aver* e *saber*, que só começam a ceder (com mais celeridade o 2º) no 3º quartel do século XV, coabitando, em formulários diplomáticos, até ao fim do século com as antigas variantes. Um dos melhores representantes dessa coabitação é o texto do *Tratado de Tordesilhas*, que apresenta em variação “*auídos* e por auer” e “*auudos* e por auer”. É muito provável que caíssem em desuso nos finais desse século; de uma dessas formas se serviu Fernão da Silveira apenas para colmatar uma necessidade rimática.

Grupo 3 – Verbos com duas vogais em hiato, normalmente resultantes da síncope de consoante intervocálica: *creer, leer, teer, veer*, e seus compostos: *conteer, descreer, manteer, perleer, proveer*, etc.

No século XVI apenas persiste nos textos o participio antigo do verbo *ter* (e seus compostos), tudo levando a crer que, no segundo quartel, foi apenas com o sentido de “moralmente obrigado”, que permaneceu até ao século XIX na linguagem jurídica. Os outros participios começaram a implementar as suas novas variantes, também a partir de meados do século, apesar de começarem por exhibir as formas intermédias, sem assimilação, *creida/-o, leida/o e proveido*.

Face ao que foi exposto, parece importante concluir que, no que concerne à evolução de *-udo* para *-ido* e a sua propagação no tempo, estamos perante fenómenos de natureza diversa: os participios de **tipo 1** não deixaram vestígios na língua de hoje, pois fixaram-se rapidamente na língua arcaica; os participios de **tipo 2** e **3** deixaram marcas visíveis no português contemporâneo (cf. *Temudo, conteúdo, teúdo*, etc.), configurando, assim, um fenómeno de acentuada projecção diacrónica (1999/2000:407-408).

c. Os alomorfes de VT < i > de CIII: em *posição acentuada* pretônica ocorrem representados por < i > no IdFt1 e IdFt2 de P1 a 6, às vezes, variando com < e > (parteria ~ partiria, consenteria ~ consentiria). Tal variação possivelmente reflete a insegurança na representação das vogais em posição não-acentuada. Como nos verbos de CII, há um subgrupo de CIII que apresenta ainda a VT

representada por < h > ou < i > , como *sérvio* ~ *sérvho*, *dórmio* ~ *dórmho*, que virá a desaparecer, fechando antes a vogal do lexema (*sirva*, *durma*). Em posição átona final está representada por < e > no IdPr P2, 3 e 6 (*partes*, *parte*, *parten*) e no Imp. P2, podendo aí variar com < i > . Nos *Diálogos de São Gregório* (1989:326) ocorrem:

- — Parte de min, molher!
- — Levanta-te e fúgi muit' agiã
- — Óuvi e apréndi!

A VT é Ø em Id.Pr.P1 (consentØo), SbPr. de P1 a P6 (consentØa etc.) e de P1 a P6 de IdPt1 (partØia etc).

As principais distinções entre o período arcaico e agora estão na VT < u > do PP de CII; a VT como semivogal em verbos de CII e CIII; a variação possível entre as representações < e > e < i > para formas de CII e CIII, que, provavelmente, indicam variantes fônicas. A morfologia da VT em CI já era a mesma que a atual.

Antes de tratar da morfologia modo-temporal, vejamos o que diz Fernão de Oliveira, no *Capítulo XLVIII*, sobre a conjugação. É claro que não falará em vogal temática; seria, certamente, um anacronismo:

Porque não é mui disforme do que aqui fazemos direi, como de caminho, que cousa é conjugação e em outra parte o repetirei ou declararei mais por inteiro. Conjugação é ajuntamento de diversas vozes que segundo boa ordem se ordenam seguindo-se huᵒas trás outras em os verbos. E porque dissemos que estas vozes eram diversas, vejamos agora, porque d'huᵒa maneira proporcionamos huns por outros .

Os verbos que fazem o infinitivo em *ar* e a segunda pessoa em *as* , como *falo*, *falas*, *falar*; e doutra maneira, os que têm a segunda pessoa em *es* e o infinitivo em *er*, como *faço*, *fazes*, *fazer*; e doutra maneira proporcionamos os verbos que têm infinitivo acabado em *ir*, como *durmo*, *durmir*, *ouço*, *ouvir*, porque esta é a diferença que têm as conjugações antre nós mais clara e em melhor se conhecem. A quaes conjugações nossas ou dos nossos verbos são três; e cada huᵒa dellas tem seus modos, como *falamos*, *falemos*, *falae* e *falar*; e cada modo tem seus tempos, como *falo*, *falava*, *falei* e *falarei*; e cada tempo seus numeros, como *falo* e *falamos*, *falas* e *falaes*, *fala* e *falam*; e cada numero tem suas pessoas, como *falo*, *falas*, *fala*, *falamos*, *falaes*, *falam*.

E também têm os nossos verbos gerundios, como *sendo*, *amando*, *fazendo*; e particípios, como *lido*, *amado*; *regido*, *lente*, *regente*, *perseverante*; e nomes verbaes, como, como *lição* e *regedor*.

E porém alguns verbos não têm todos os modos e outros faltam em tempos; e assi em cada hu᳚a das outras cousas também às vezes alguns verbos têm alhu᳚a falta, ao menos em não seguir as regras geraes da

formação das suas conjugações, porque assi na analogia dos verbos como das outras partes não temos regras que possam compreender todos, senão os mais. Do que não havemos d'espantar, porque os gregos, cuja lingua é bem concertada, têm hum bo caderno de verbos irregulares e alghuns nomes; e os latinos têm outro tão grande de nomes com seus verbos de companhia. E nós dos nossos faremos memorea a seu tempo; mas não nesta obra, na qual não fazemos mais que apontar os principios da grammatica que temos na nossa lingua (2000[1536]:151-152).

João de Barros apresenta detalhadamente as conjugações, como bom pedagogo que era:

O derradeiro açidente do vérbo, nesta nossa ordem, é a conjugaçám, a qual se póde chmár discurso ou jornáda que o vérbo fáz per todalas pessoas, números, tempos e módos, assi como vimos que o nome discurreia per todolos cásos e números.

Peró, vái o vérbo mudando as terminações e as lêteras fináes, assi per as pessoas como pelos módos quando ô conjugamos, ô que nam fáz o nome àçerca de nós: porque sòmente a sua variaçám é de singular a plurár, como vimos.

Os Latinos tem quátro conjugações, nós três, as quáes conheçemos no módo infinitivo, onde eles conhêçem as suas.

A primeira nossa é dos verbos que no infinitivo acábam em *ár*, como: amár, namorár, adorár, rogár, etc.

A segunda é dos vérbos que acábam em *er*, como: ler, escrever, comer, beber, etc.

Ôs que acábam em *ir* sam da terceira, como: ouvir, ir, dormir.

Os Latinos conjugam os seus vérbos per çinquo discursos: presente do indicativo, pretérito, infinitivo, gerúndios, supinos e partiçípios, assi da vóz autiva como da passiva, dizendo: *amo, amas, amavi, amare, amandi, amando, amandum, amatum, amatu, amans, amaratus; amor, amaris, amatus, amandus*.

Nós conjugamos os nossos vérbos per estes discursos: pelo primeiro, presente, pretérito, infinito, gerúndio do ablativo e per o partiçípio do pretérito que é formádo na passiva. E dizemos: *amo, amas, amei, amár, amando, amádo*. Todalas outras máis pártes que os Latinos tem soprimos ou pelo infinitivo à imitaçám dos Gregos, ou per circunlóquio, a que podemos chamár rodeo, como veremos no fim das conjugações (1971[1540]:331-339).

A seguir, das páginas 332 à página 339, apresenta didaticamente as conjugações. Utiliza como exemplos os verbos *amar, ler, ouvir* e *ser*. Organiza a partir do *módo pera demonstrár*, ou seja, indicativo, nos tempos *presente, passádo nam acabádo, passádo acabádo, passádo máis que acabádo* (respectivamente pretérito imperfeito, perfeito e mais que perfeito). Em seguida, o *tempo vindoiro*, isto é, o futuro. No *módo para mandar* (o imperativo) está o *tempo presente*. No *módo pera desejár* (o subjuntivo) apresenta o *tempo presente, o tempo passádo nam acabádo* e diz que o *tempo passado mais que acabádo* “soprimos per rodeo dizendo – tivéra amado” etc. No *módo d’ajuntar* (o subjuntivo) apresenta o *tempo presente, o passádo nam acabádo, passado acabádo, tempo vindoiro*. No *módo infinito*, apresenta o *tempo presente, passádo per rodeo, vindoiro per rodeo*. Finaliza com o *gerúndio* e o *partiçípio do tempo passádo*.

4.2.2.3 Morfemas modo-temporais

O sistema dos morfemas modo-temporais (MMT) no período arcaico pode ser assim representado:

Modo-tempo	MMT	P	C
IdPr	O	1 a 6	I, II, III
IdPt1	-va-	1 a 6	I
	-ia-	1 a 6	II e III
IdPt2	-O-	1 a 5	I, II, III
	-ro- ~ -ra-	6	
IdPt3	-ra-	1 a 5	I, II, III
	-ra~-ro-	6	
IdFtl	-re-	1, 4, 5	I, II, III
	-ra-	2, 3, 6	
IdFt2	-ria-	1 a 6	I, II, III
SbPr	-e-	1 a 6	I
	-a-	1 a 6	II e III
SbPt	-sse-	1 a 6	I, II, III
SbFte Inf fl	-r-	1,3, 4, 5	I II III
	-re-	2,6	
Imp	O	2 e 4	I, II, III
Inf	-r-	-	I, II, III
PP	-d-	-	I II III
GER	-nd-	-	I, II, III

Se confrontarmos este sistema com o proposto para o português contemporâneo por Mattoso Câmara Jr. (1975:99), veremos que há apenas duas diferenças entre a morfologia dos MMT do período arcaico em relação a hoje:

a. O MMT do IdPt1 — *va-* e *-ia-*; de IdPt3 — *ra-* e o de IdFt2 — *ria-* não apresentam, respectivamente, o alomorfe *-ve-*, *-ie-*, *-re-*, *-rie-* para P5, como no português moderno, porque ainda não tinham atuado regras fonológicas de apagamento do *-d-* intervocálico (*a*), de assimilação vocálica (*b*) e de ditongação (*c.*), como se pode ver abaixo:

Port. arc.					Port. mod.
IdPt1		(a)		(b)	(c)
Amávades	→	amavaes→	amávees	→	amáveis
Devíades	→	devíaes →	devíees →		devíeis
Partíades	→	partíaes →	partíees →		partíeis
IdPt3					
Amárades	→	amáraes →	amárees →		amáreis
Devérades	→	devéraes	→ devérees	→	devéreis
Partírades	→	partíraes	→ partírees→		partíreis
IdFt2					
amariades	→	amariães	→ amariées	→	amariéis
deveriades	→	deveriães	→ deveríees	→	deveriéis
partiriades	→	partiriães	→ partiríees	→	partiriéis

O apagamento do *-d-* intervocálico que desencadeou as regras assimilatórias subsequentes começa a aparecer documentado “nos inícios do século XV, o mais tardar” (Piel 1989:218). No *Foro Real* (séculos XIII-XIV) e nos *Diálogos de São Gregório* (XIV), o *-d-*, sem exceção, está presente nessas formas verbais e em todas as ocorrências de P5. Em Gil Vicente ainda ocorre, mas como marcador estilístico, para caracterizar a fala das “comadres” (Teyssier: 1959:182 e ss).

b. O MMT de P6 tanto de IdPt2 como de IdPt3 apresenta a alomorfia *-rõ-* ~ *rã-*. Etimologicamente P6 de IdPt2 vem do lat. *-ru(nt)* e P6 de IdPt3 do lat. *-ra(nt)* (*amarõ/amarã; deverõ/deverã; partirõ/partirã*). A variação gráfica *-rõ-* ~ *-rã* nesses dois “tempos”, que já ocorre, por exemplo no *Foro Real* (Ferreira 1987:427) e também nos *Diálogos de São Gregório* (1989:335-338) é um indício de que já então não se faziam as distinções etimológicas. Note-se que a nasalidade se deriva do MNP (*-nt*). A ditongação nasal final, que veio a caracterizar pelo menos o padrão moderno, tanto de Portugal quanto do Brasil [*amarã*u); *deverã*ũ; *partirã*ũ], não aparece indicada na grafia medieval nessas terminações verbais e as regras ortográficas modernas que adoptaram *-ram*, tanto para IdPt2 como para IdPt3, também não a indicam. A variação referida, na documentação arcaica, apenas pode ser interpretada no sentido de que não se distinguiam mais pelo MMT os descendentes de *-ra(nt)* dos de *-ru(nt)* latinos.

Vale notar, para finalizar essas observações sobre os MMT no período arcaico, que o MMT *-re-* ~ *-ra-*

do IdFt1 e *-ria-* do IdFt2 resultam do encontro, já mencionado, do infinitivo de qualquer verbo seguido

do IdPr de *habēre* ou do IfPt 1; no primeiro caso para o futuro presente e no outro para o futuro do pretérito *-amare + habeo → amarei; amare + habebam → amaria*. Complexas mudanças fônicas gramaticalizaram a locução verbal original, tornando-a uma nova forma simples. As mudanças fônicas referidas estão nas gramáticas históricas e em Câmara Jr. (1975:132) e já estavam concluídas quando o português aparece documentado. Com esse destaque quero chamar a atenção para o fato de que, com exceção dos MMT de IdFt1 e de IdFt2, que são criações românicas, os MMT remontam à morfologia verbal do latim padrão.

Sobre o apagamento do *-d-* intervocálico de P5, Esperança Maria da Cruz Marreiros Cardeira, na sua tese de Doutorado, *A língua portuguesa na primeira metade do século XV: elementos para uma caracterização do português médio* (1999), entre outros fatos lingüísticos, analisa, em documentos do século XIII ao XVI, o que designa de “síncope do *-d-*” (p. 182-212). Das sua cinco conclusões, destacarei a primeira:

A aplicação da regra de apagamento de -d- intervocálico na 2ª pessoa do plural na documentação analisada regista-se, embora esporadicamente, logo na segunda metade do século XIV. É possível, contudo, encontrar exemplos isolados de formas sincopadas logo nos finais do século XIII, princípios do XIV. Entre 1410 e 1430 a percentagem de formas sincopadas aumenta e passa a suplantar a de formas plenas. Nos anos seguintes, embora ainda se registem formas plenas, elas tornar-se-ão cada vez mais raras (p. 213).

4.2.2.4 Morfemas número-pessoais

O sistema dos morfemas número-pessoais e seus alomorfes no período arcaico pode ser assim apresentado:

P	MNP	Alomorfes			
			MteC		MteC
1	O	-o	IdPr, CI, CII, III	-i ~ y, j	IdPt2, CI IdFt, CI, IIeIII
2	-s	-ste ~sti	IdPt2 CI, II, III	O	Imp. CI, II e III

3	O	-u ~o	IdPt2 CI, II, III	-	-
4	-mos	-	-	-	-
5	-des	-ste	IdPt2 CI, II, III	-de	Imp., CI II, III
6	-n ~ m, ~	-	-	-	-

Em todos os “tempos verbais”, o morfema de P4 é sempre *-mos*, eventualmente pode ocorrer a grafia *-mus*, reflexo da latina. O MNP de P6 é o travamento final nasal que representei no quadro < n, m, ~ > (do lat. *n[t]*), já que as três possibilidades de escrita conviviam.

O morfema de P1 é, em geral, Ø, com as variantes anotadas: < o > para IdPr dos três paradigmas (*acho*, *devo*, *parto*) e o < i > assilábico do IdPt2 de Ci (*achei*) e do IdFt dos três paradigmas (*calarei*, *morrerei*, *partirei*). Na documentação arcaica essa semivogal pode estar grafada < i, y, j >, grafias mais comuns para a representação da semivogal anterior.

O MNP de P2 é, em geral *-s*, exceto no IdPt2, < -ste > que pode ocorrer grafado < -sti >, talvez reflexo da grafia do morfema latino *-sti*; este é o procedimento que encontramos, por exemplo, em todo o texto dos *Diálogos de São Gregório* — 88 ocorrências com verbos tanto do padrão geral como especial, sem exceção (*começasti*, *desti*, *respondisti*, *ouvisti* etc.), mas a grafia tal como a atual ocorre usualmente na documentação antiga. O MNP é Ø no imperativo dos três paradigmas (*ama*, *bévi* ~ *beve*, *parte*).

O MNP de P3 é, em geral Ø, como o de P1, com a variante < u ~ o > para IdPt2 dos três paradigmas (*achou* ~ *achoo*; *acaeceu* ~ *acaeeço*; *partiu* ~ *partio*): nos *Diálogos de São Gregório*, por exemplo, a grafia *prioritária* é < u > para CI e II, predominando < o > nos verbos de CIII.

O MNP de P5, com exceção do IdPt2 dos três paradigmas *-stes*, do lat. *-stis*, é *-des* (lat. *-tis*) — *alegrades*, *corredes*, *partides* depois *alegrais*, *correis*, *partis*), para todos os “tempos verbais”, com

exceção do imperativo em que é *-de* (lat. *-te*) *-alegrade, correde, partide depois alegrai, correi, parti*. Aí reside uma marcante diferença entre os morfemas número-pessoais do período arcaico e do contemporâneo. No item anterior, tratei do desaparecimento ou síncope desse *-d-*, quando intervocálico, que acarreta outras mudanças fônicas. O *-des/-de* etimológico se mantém até hoje quando em contextos não-intervocálicos: no SbFt e infinito flexionado, precedido de *r-* *amardes, fazerdes, fizerdes*; ou precedido de travamento nasal, como em *vindes, vinde, tendes*. Ocorre também em verbos monossilábicos em contextos intervocálicos (*ledes, lede; credes, crede; ides, ide* etc.). Como já mencionei, a partir do século XV, começou a aparecer documentada a variação com ou sem *-d-*, do tipo: *amades ~ amaes*, por exemplo, mas ainda sem a indicação da ditongação, que parece ter sido posterior. O texto dos *Diálogos de São Gregório*, por exemplo, apresenta a situação típica dos documentos anteriores ao século XV: nas 31 ocorrências o *-d-* está sempre presente.

Estas duas estrofes finais da “tenção” entre os trovadores Joam Soares Coelho e Picandon ilustra *-des*, em contextos em que se mantém o < d > até hoje e em contextos intervocálicos em que veio a desaparecer:

— Sinher, conhosco-me-vos, Picandon,
e do que dixi peço-vos perdom
e gracir-vo-l'ei, se mi *perdoardes*.

— Joam Soares, mui de coraçom
vos perdoarei, que mi *dedes* dom
e mi *busquedes* prol per u *andardes*

(Gonçalves e Ramos, 1983:173)

4.3 Variação na representação do lexema

Chamo aqui atenção para reflexos de variações fônicas existentes no período arcaico — e a ausência de uma norma ortográfica rígida deixa transparecer que atuavam em lexemas de verbos de padrão geral que, por definição, não deveriam apresentar variação do lexema. São fenômenos fonéticos gerais, não próprios à morfologia verbal, que também se aplicam aos lexemas verbais. Os dados aqui apenas se restringem ao que observei na descrição dos *Diálogos de São Gregório* (1989:344-350), mas que não

são exclusivos desse *corpus*, nem esse *corpus* apresenta, é óbvio, outras possibilidades análogas, ocorrentes no português arcaico.

(1) Variação decorrente do alteamento da vogal do lexema, favorecida por um contexto subsequente com vogal alta:

vegiaron/vigiando, vigiava
menguando, menguava/mingou
tolheu, tolhe/tulhisti “Tu *tulhisti* a sa oferta”
correde, corren/cúrri “-*Cúrri ca* aquel meni $\text{\textcircled{D}}$ ho
caeu” *meteo, metera/míti* “-*Míti ta* espada na bainha”
vestiu, vestir/vistio
fogia, fogindo/fúgi, fugira
recodir, recodio/recudiu, recudio

(2) Variação decorrente de outros processos fonéticos:

espero, espera etc./asperarnos
perseguiam, persegues/pesseguiam
julgar, julgava/juigar

Vale notar que verbos que hoje têm variação no lexema decorrente de ditongação nas chamadas formas rizotônicas (IdPr, P1, 2, 3, 6; Imp. P2; SbPr P1 a P6), não apresentavam ainda essa ditongação. A grafia ditongada começa a aparecer no início do século XVI (Williams 1961:§37.7), por exemplo: *alumea*, *nomea*, *creo*, *amercee-se* e não *alumeia*, *alumeias*, *creio*, *amerceie-se*.

Neste trabalho procurei apresentar o que me pareceu necessário para a compreensão da formação sócio-histórica do galego-português e história das estruturas fônicas e mórficas do período arcaico da língua portuguesa.

5. Referências bibliográficas para aprofundamento

1. Sobre a formação histórica da língua portuguesa: Huber (1933), Câmara Jr. (1972), Teyssier (1982), Tarallo (1990), Castro (1996), Cardeira (1999), Lleal (1990).

2. Sobre a periodização da língua portuguesa: Castro (1991), Mattos e Silva (1994).

3. Sobre a formação do sistema fonológico: Cunha (1961), Maia (1986), Williams (1961), Naro (1973), Mattos e Silva (1991), Ramos (1995), Carvalho (1995).

4. Sobre a formação do sistema morfológico: Williams (1961), Câmara Jr. (1972), Mattos e Silva (1993).

6. Glossário

Texto: Um breve olhar para os estudos históricos do passado sobre a língua portuguesa([Link1](#))

- Filologia - Disciplina voltada para a compreensão dos textos da antiguidade clássica (= Filologia Clássica) que, além de desenvolver métodos e técnicas destinados a recuperar a forma original dos textos que sobreviveram, reuniu uma enorme massa de conhecimentos lingüísticos e históricos necessários para a sua compreensão. Também os textos contemporâneos podem ser mais bem editados graças às técnicas da Filologia Moderna.
- Dialectologia (ou Dialectologia) - Disciplina da Linguística que estuda os dialetos, valendo-se de registros magnetofônicos, seguidos da anotação dos resultados fonéticos, vocabulares, morfológicos, sintáticos e semânticos nos pontos do território em que eles ocorreram. O mesmo que Geografia Linguística.

Texto: O sistema vocálico em posição acentuada ([Link7](#))

- **Grafema - Não consta**
- **Traço distintivo - Não consta**